



## CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

### DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO PASTORAL DA IGREJA NO BRASIL 1991/1994

#### APRESENTAÇÃO

O Conselho Permanente da CNBB, cumprindo o mandato que recebeu da 29ª Assembléia Geral, aprovou, no dia 28 de junho de 1991, o texto das Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil, para o período 1991 - 1994.

Estas Diretrizes são fruto de ampla consulta aos agentes e organismos de pastoral e às dioceses. A Assembléia Geral acolheu as ricas contribuições, aprofundou-as e definiu o Objetivo Geral e as grandes linhas das Diretrizes.

Entregamos hoje o documento a todos os católicos – leigos e leigas, religiosas e religiosos, diáconos e presbíteros – para que, unidos a seus Bispos e segundo os seus dons, participem do projeto que as Diretrizes oferecem para uma Nova Evangelização.

O texto das Diretrizes é introduzido pelo lema “Jesus Cristo ontem, hoje e sempre”, que nos coloca em sintonia com a próxima Conferência do Episcopado Latino-Americano, em Santo Domingo.

Está organizado de forma nova:

- a primeira parte, o Objetivo Geral, comentado globalmente, apresenta os *horizontes da Evangelização* no Brasil de hoje;
- a segunda parte – *os caminhos da Evangelização* – está dividida em cinco capítulos: I- a evangelização: missão da Igreja; II- as dimensões da evangelização; III- mudanças na sociedade e desafios à evangelização; IV- novas acentuações na evangelização; V- os evangelizadores.

O texto propõe orientações para a ação pastoral em suas dimensões permanentes e em suas novas urgências da evangelização. Indica exigências e responsabilidades para os evangelizadores. Tudo isto à luz da missão permanente da Igreja – evangelizar, tendo presente a dinâmica atual da sociedade e da cultura.

A elaboração das Diretrizes, desde os estudos preparatórios e a avaliação do quadriênio passado até a redação final, nos fez ressaltar a urgência da “nova evangelização”. Não foi esquecido nenhum dos aspectos fundamentais: da missão “ad gentes” à ação pastoral que acompanha e sustenta as comunidades eclesiais. À Igreja no Brasil se impõe uma nova prioridade: o trabalho evangelizador e missionário dirigido aos católicos não praticantes, a maioria da população. Apesar do batismo e de certa religiosidade, eles se acham, de fato, afastados da comunidade eclesial ou só ocasionalmente dela se aproximam.

Este afastamento tende a crescer, se não houver um “renovado ardor missionário” e uma mudança de atitude dos próprios católicos que participam da vida litúrgica e eclesial. Todos somos chamados a nos converter em apóstolos ativos, em missionários incansáveis. Todos somos chamados a tomar consciência de nossa dignidade como cristãos, de nossa missão como evangelizadores.

A nova consciência da responsabilidade eclesial e a necessidade da presença cristã no coração das realidades humanas tornam urgente uma atuação profética dos leigos. “Os

fiéis leigos, por força de sua participação do múnus profético de Cristo, estão plenamente envolvidos nesta tarefa da Igreja (a “nova evangelização”). Cabe-lhes dar testemunho de como a fé cristã é a única resposta plenamente válida para os problemas e as esperanças que a vida impõe a cada homem e a cada sociedade. Isso será possível se souberem ultrapassar em si mesmos a ruptura entre o Evangelho e a vida, refazendo na sua cotidiana atividade em família, no trabalho e na sociedade, a unidade de uma vida que, no Evangelho, encontra inspiração e força para se realizar em plenitude” (João Paulo II, cf. 34).

Assim, poderemos alcançar o nosso Objetivo: a caminho do Reino, formar o povo de Deus e participar da construção de uma sociedade justa e solidária, a serviço da Vida e da Esperança.

Brasília, 28 de junho de 1991

Dom Antônio Celso de Queiroz  
Secretário Geral da CNBB

## **I. PARTE: HORIZONTES DA EVANGELIZAÇÃO**

1. Jesus convidava os discípulos a olhar os campos prontos para a colheita<sup>1</sup> e a levantar a cabeça para perceber a libertação já próxima.<sup>2</sup> Também a Igreja no Brasil convida os cristãos a descobrirem os novos horizontes que se descortinam. São os horizontes do atual momento histórico, que conclamam todos os católicos para uma “nova evangelização”. Celebrando o 5º centenário da chegada dos primeiros evangelizadores à América Latina, no limiar do terceiro milênio cristão, interrogamo-nos: Que atitudes devemos assumir como resposta a esses desafios da evangelização?

A Igreja no Brasil busca responder a tais desafios, assumindo com renovado ardor missionário sua missão evangelizadora.

2. “JESUS CRISTO: ONTEM, HOJE E SEMPRE”<sup>3</sup> é o lema que escolhemos como fonte e motivação da ação pastoral da Igreja no Brasil. Nele se proclama Cristo como protagonista permanente da História, da Evangelização e da Salvação. É o mesmo lema que nos faz proclamar o Aleluia da Vigília Pascal e vai inspirar a próxima Conferência de Santo Domingo. Nós o vamos repetir, interiorizar e vivenciar, para que contagie o nosso ser e venha a constituir-se em luminosa bandeira de esperança e de zelo apostólico para todos.

3. A 29ª Assembléia Geral da CNBB, atendendo às urgências do tempo presente, aprovou o OBJETIVO GERAL da ação pastoral para o período de 1991-1994:

**EVANGELIZAR  
com renovado ardor missionário,  
testemunhando Jesus Cristo,  
em comunhão fraterna, à luz da evangélica opção preferencial  
pelos pobres,  
para formar o Povo de Deus  
e participar da construção de uma sociedade justa e solidária,  
a serviço da vida e da esperança  
nas diferentes culturas, a caminho do Reino definitivo.**

4. *EVANGELIZAR* – Palavra-chave que resume toda a ação de Jesus.<sup>4</sup> Evangelizar é fazer chegar a Boa Nova a todos. E a Boa Nova, que Jesus anuncia, é o Reino de Deus e a salvação para toda a humanidade. Cristo realiza, em sua pessoa e em sua vida, o que Isaías preanunciara: Cumpriu-se o tempo. “O Reino de Deus está no meio de vós”.<sup>5</sup>

5. "Evangelho" não é apenas anúncio da salvação: é toda a existência de Jesus, desde seu nascimento até sua morte e ressurreição gloriosa. Viver como Jesus há de ser também o projeto de todo cristão evangelizador.

6. Só evangeliza quem aceita e segue o caminho de Jesus: "Vem e segue-me" é o convite fundamental que o Senhor continua fazendo a todos os que querem participar da aventura do Reino.<sup>6</sup> Para ser verdadeiro evangelizador, é necessário, antes de tudo, deixar-se evangelizar, sendo ouvinte atento ao que Deus fala, a exemplo da Virgem Maria. É necessário acolher a Palavra "com a alegria do Espírito Santo"<sup>7</sup> e aceitá-la "não como palavra humana, mas como verdadeiramente é: Palavra de Deus que está produzindo efeito entre vós".<sup>8</sup>

7. Só uma Igreja missionária e evangelizadora experimenta a fecundidade e a alegria de quem realmente realiza sua vocação. Assumir permanentemente a missão evangelizadora é, para todas as comunidades e para cada cristão, a condição fundamental para preservar e reviver o clima pascal de "alegria no Espírito" que animou a Igreja em seu nascimento e a sustentou em todos os grandes momentos de sua história. Por isso, o apóstolo Paulo podia afirmar com todo o vigor: "Anunciar o Evangelho não é título de glória para mim. É, antes, uma necessidade que se me impõe. Ai de mim se não evangelizar"!.<sup>9</sup>

8. Evangelizar *COM RENOVADO ARDOR MISSIONÁRIO* – O evangelizador deve comunicar o Evangelho com vibração, entusiasmo e alegria, na certeza de ser instrumento de Deus e sabendo que está cumprindo a missão recebida no batismo. O mundo precisa de uma nova evangelização, com a descoberta de novas formas e de novas possibilidades, para que a Palavra de Deus se torne fonte de inspiração para a vida das pessoas e para a construção da sociedade.

9. O renovado ardor missionário exige que a pregação do Evangelho responda aos novos anseios do povo, no contexto de uma sociedade marcada por rápidas e profundas mudanças. Evangelizar é colocar a Boa Nova como fonte de esperança no meio de tantos conflitos que surgem no coração do homem e na sociedade desigual, impedindo a realização do projeto de Deus.

10. O renovado ardor missionário exige ainda dos evangelizadores uma nova disposição que leve a romper com as acomodações e a rotina na ação missionária. Superando a mera atitude de espera, é preciso ir, com coragem evangélica, às pessoas, grupos e ambientes onde o nome de Jesus não foi ainda proclamado ou onde sua ressonância perdeu o vigor. Na força do Espírito Santo, sobre nós derramado, somos chamados a superar todo medo e timidez no testemunho explícito da fé no coração das realidades terrenas.

11. Evangelizar *TESTEMUNHANDO JESUS CRISTO* – Não basta falar de Deus. É necessário testemunhá-lo por uma vida de santidade encarnada em nossos dias. O testemunho de vida é a primeira e insubstituível forma de missão.<sup>10</sup> O homem contemporâneo escuta muito mais as testemunhas que os mestres. E se escuta os mestres, é porque são testemunhas.<sup>11</sup> Em nosso tempo, muitas são as testemunhas coerentes e perseverantes na fé e no amor a Cristo, até mesmo com o sacrifício da própria vida.<sup>12</sup>

12. Evangelizar *EM COMUNHÃO FRATERNA* – Cristo mandou que todos se amassem como Ele amou.<sup>13</sup> A fraternidade parte de um Deus-Comunhão e de um Deus que se faz irmão, para que todos sejam um.<sup>14</sup> O testemunho cristão é essencialmente comunitário. Jesus envia seus discípulos "dois a dois"<sup>15</sup> e Ele mesmo vive em comunhão com seus apóstolos. A comunhão fraterna era o ideal das primeiras comunidades cristãs, que queriam ser "um só coração e uma só alma". Fraternidade que não se expressava apenas nos bens materiais, mas também nos bens espirituais.<sup>16</sup> Caridade fraterna que se deve manifestar entre os próprios evangelizadores, e entre todos os que crêem no Cristo.

13. A comunhão fraterna é fruto necessário da própria ação evangelizadora. A resposta ao anúncio só se completa com a adesão ao Reino “nova maneira de ser, de viver, de estar junto com os outros, que o Evangelho inaugura. Essa adesão não pode permanecer abstrata e desencarnada, mas se manifesta concretamente pela entrada visível numa comunidade de fiéis”.<sup>17</sup> A nova evangelização “tem por fim formar comunidades eclesiais maduras”.<sup>18</sup>

14. A Igreja no Brasil procurou concretizar essa fraternidade no espírito da experiência comunitária, reconstruindo na sua base aquele tecido de pequenas comunidades eclesiais, ligadas com profundos vínculos de fraternidade, sempre abertas, no meio social em que vivem, à solidariedade com o povo.

Viver a comunhão fraterna é também sentir solidariedade com toda a criação, que vem de um Deus-comunhão, que deseja a promoção da vida e a busca da harmonia entre todos os seres criados.

15. *“A EVANGÉLICA OPÇÃO PREFERENCIAL PELOS POBRES”* é uma atitude de Jesus, que deve ser assumida pela Igreja. Cristo veio evangelizar a todos e, por isso, teve como preferência específica: “evangelizar os pobres”.<sup>19</sup> “Os primeiros destinatários da missão são os pobres, sendo a sua evangelização sinal e prova, por excelência, da missão de Jesus”.<sup>20</sup>

16. A opção pelos pobres pode e deve impulsionar a Igreja a descobrir, sempre de novo, a exigência radical do Evangelho, libertando-a da acomodação e do conformismo aos “esquemas deste mundo”.<sup>21</sup>

Jesus, ao aproximar-se dos marginalizados pela sociedade e das vítimas da rejeição e do desprezo, fá-los sentir e viver uma experiência de libertação, e uma partilha junto à mesma mesa.<sup>22</sup>

Entre o anúncio evangélico e a promoção do homem, entre a caridade cristã e a promoção humana, há uma estreita e profunda conexão, como mostra o ensino social da Igreja.

17. *EVANGELIZAR PARA FORMAR O POVO DE DEUS E PARTICIPAR DA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA.*

**FORMAR O POVO DE DEUS** – Desde o Antigo Testamento Deus quis formar um povo, que lhe fosse fiel e que preparasse a chegada do Messias. Com ele estabeleceu uma aliança e lhe deu meios e mensageiros: “Para que sejam o meu povo e eu seja o seu Deus”.<sup>23</sup> O Povo de Deus continua e se aperfeiçoa na comunidade de salvação que é a Igreja, novo Povo de Deus, comunidade congregada daqueles que crêem em Cristo.<sup>24</sup> Formar o Povo de Deus é também construir a comunidade para viver em comunhão e participação. A grande comunidade eclesial expressa sua vida em comunidades concretas através da comunhão na fé, vivida, celebrada e testemunhada. A nova evangelização busca criar novas comunidades e exige profunda revisão nas estruturas comunitárias.

18. *PARTICIPAR DA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE JUSTA E SOLIDÁRIA* é realizar o projeto de Deus na solidariedade e na busca do bem comum. A justiça exige que se dêem condições de viver com dignidade e com oportunidades iguais; e a solidariedade descobre as necessidades e os problemas dos outros, particularmente dos mais empobrecidos.

19. A sociedade concreta em que vivemos, em nosso país e em grande parte do mundo, está marcada pelas desigualdades, egoísmos e injustiças. Por isso, “a evangelização comporta uma mensagem sobremaneira vigorosa em nossos dias, sobre a Libertação”.<sup>25</sup> Para a Igreja, o amor ao ser humano se concretiza na promoção da justiça. “A solidariedade ajuda-nos a ver o outro – pessoa, povo ou nação – não como um instrumento qualquer de que se explora, a baixo preço, a capacidade de trabalho e a

resistência física, para o abandonar, quando já não serve; mas, sim, como um nosso semelhante".<sup>26</sup>

20. *A SERVIÇO DA VIDA E DA ESPERANÇA NAS DIFERENTES CULTURAS* – A edificação de uma sociedade justa e solidária depende de uma nova "cultura", de novos valores que inspirem a vida humana. Infelizmente, a cultura contemporânea, sob certos aspectos, pode ser denominada uma "cultura de morte" pelas múltiplas formas de sacrifício da vida humana aos ídolos da riqueza, do poder e do prazer. A vida hoje vem sendo desprezada e até eliminada, desde a concepção até as mais variadas formas de destruição. O Deus da vida exige o respeito e a promoção da vida em todas as suas formas e estágios.

21. Diante de tantos sinais de morte, o evangelizador não pode perder a esperança. Esperança que não é apenas uma virtude humana, mas dom do Deus da vida. Num mundo dominado pelo temor e desespero, deve-se proclamar a esperança pascal. Cristo ressuscitado, vencedor da morte, é a certeza de vitória e de total libertação. "Sem esmorecer continuemos a afirmar a nossa esperança, porque é fiel quem fez a promessa".<sup>27</sup> A esperança em Cristo é também compromisso para mudar as situações de pecado, existentes no mundo e na sociedade.

22. O anseio por uma sociedade mais justa, o ressurgimento das culturas oprimidas, a valorização dos direitos fundamentais da pessoa humana, a solidariedade entre os povos, o clamor contra as mais variadas formas de injustiça, a sensibilidade pelas situações de miséria e de fome, o crescente interesse pela ecologia: são aspirações do homem de hoje e alguns sinais dos tempos em que vivemos e que representam sementes de esperança.

23. A Igreja tem consciência de que sua missão exige respeito pelas diferentes culturas. A cultura deve ser considerada como "o bem comum de cada povo ou grupo étnico, a expressão de sua dignidade, liberdade e criatividade, o testemunho do seu percurso histórico".<sup>28</sup> Evangelizar as culturas não é deformá-las ou destruí-las, mas propiciar seu pleno desabrochar à luz do Evangelho. A Igreja sente necessidade de redobrar seus esforços na defesa dos direitos dos povos indígenas, dos negros, das minorias étnicas e no respeito pelas variadas tradições culturais.

24. A evangelização exige a inculturação da fé e o respeito pelos valores próprios de cada grupo humano. Nesse sentido, a religiosidade popular é um caminho privilegiado de evangelização, e nela os pobres manifestam seu potencial evangelizador.<sup>29</sup>

25. *A caminho do Reino Definitivo*, os cristãos são reconfortados pela certeza da esperança na difícil luta pela libertação integral da pessoa humana e pela construção de uma sociedade justa, solidária e fraterna. O cristão tem consciência de seu compromisso na edificação da cidade terrena, mas sempre com seus olhos voltados para a Jerusalém celeste, para o triunfo final de Deus, quando todas as coisas lhe serão submetidas e quando Deus será "tudo em todos".<sup>30</sup> É o desfecho glorioso da História da salvação, com a vitória absoluta e definitiva de Deus.

## II. PARTE: OS CAMINHOS DA EVANGELIZAÇÃO

### CAPÍTULO I - EVANGELIZAR: MISSÃO DA IGREJA

26. Cristo, Evangelizador do Pai, escolheu Doze "para que ficassem com ele, para enviá-los a pregar"<sup>31</sup> e a eles associou discípulos e discipulas. O Senhor Ressuscitado confirma e amplia a tarefa da evangelização, quando ordena: "Ide por todo o mundo e proclamai o Evangelho a toda a criatura".<sup>32</sup> A prática evangelizadora de Jesus continua na Igreja.

27. Olhando a urgência e os desafios da missão, na atual sociedade brasileira, sentimos a necessidade de despertar ainda mais a consciência missionária da Igreja.

#### 1. ORIGEM E CONTEÚDO DA MISSÃO

## Jesus Cristo: ontem, hoje e sempre

28. A Bíblia revela um Deus Criador e Redentor, presente e atuante no mundo e na história, que se comunica “por acontecimentos e palavras”.<sup>33</sup>

29. Deus coloca no centro de sua obra Cristo, “imagem do Deus invisível e o primogênito de toda criatura, porque nele foram criadas todas as coisas”.<sup>34</sup> Foi em Cristo que Deus criou o universo e, de modo especial, o homem e a mulher, feitos à sua imagem e semelhança.<sup>35</sup>

Cristo é o mediador e a plenitude da revelação, que vem nos manifestar as maravilhas do Pai, estabelecendo sua morada no meio de nós.<sup>36</sup> Cristo continua na sua Igreja, que mostra como se realiza o Plano do Pai, num diálogo salvífico e misterioso no coração do homem, na marcha da história e na busca constante dos povos e suas culturas.

30. Deus não quer salvar os homens isoladamente. Por isso, congregou na Igreja os que creêm em Cristo. Desde a origem do mundo, ela foi prefigurada, preparada na história de Israel, fundada por Cristo, manifestada ao mundo com a efusão do Espírito Santo, e será gloriosamente consumada no final da história.<sup>37</sup>

31. Assim, a Igreja se torna “sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano” e “povo reunido na unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo”.<sup>38</sup>

Cristo permanece na Igreja até o final dos tempos<sup>39</sup> e leva à plenitude a história da salvação, que desabrochará no Reino definitivo de Deus. “Tudo é vosso; mas vós sois de Cristo, e Cristo é de Deus”.<sup>40</sup>

## O Valor da Criação

32. A criação é a expressão do poder do Deus vivo, manifestando sua sabedoria, bondade e amor. Nas coisas criadas, Deus proporciona permanente testemunho de si. Através da ação criadora, as Pessoas divinas comunicam algo de sua própria vida trinitária.

33. O ser humano, imagem de Deus e senhor da terra, é chamado a aperfeiçoar-se no exercício do seu domínio sobre o mundo e a respeitar, com sabedoria, valores e leis das realidades terrestres, em harmonia com a obra do Criador.

34. Reconhecer o valor da criação é também preservá-la. A questão ecológica não é apenas ambiental. É, sobretudo, antropológica. O homem deve descobrir sua capacidade de transformar e, de certo modo, criar o mundo com seu próprio trabalho, mas sempre levando em conta o plano originário do Criador. Realiza, assim, “seu papel de colaborador de Deus na criação”.<sup>41</sup>

35. Colaborar com Deus na criação é ainda denunciar a utilização da ciência e da técnica, fora de qualquer padrão ético, contra a vida e o futuro da criação. Isso se refere, de modo especial, à energia atômica, às drogas químicas, às armas biológicas, ao controle das fontes da vida e à exploração predatória e mau uso da natureza.

## O Povo de Deus

36. Na busca de sua realização, a humanidade tropeçou no pecado e se afastou do caminho do bem. Deus, porém, veio apontar o caminho da salvação e reunir novamente o seu povo. Desde Abraão, inicia um novo diálogo que se aprofunda na história de Israel.

37. Em sua pedagogia humano-divina, Deus escolhe este povo, o liberta da escravidão, firma com ele uma aliança e o conduz à terra prometida. Assim, através dos séculos, Ele prepara o caminho para a chegada do Messias.<sup>42</sup>

38. A Antiga Aliança, ordenada a preparar a chegada de Cristo e seu Evangelho, adquire seu pleno significado na Nova Aliança.<sup>43</sup>

A Igreja, novo Israel, é a comunidade daqueles que, crendo, voltam seu olhar a Jesus Cristo, autor da salvação e sacramento visível de unidade. Assim, os cristãos são “constituídos em linhagem escolhida, sacerdócio régio, nação santa, povo escolhido e Povo de Deus”.<sup>44</sup>

### **Jesus Cristo, plenitude da revelação**

39. Deus, após ter falado, antigamente, de muitas maneiras pelos profetas, fala agora, de forma definitiva, por seu próprio Filho, herdeiro de todas as coisas e resplendor da glória do Pai, que veio revelar o coração de Deus.<sup>45</sup>

40. Cristo tem em tudo a primazia e nele habita corporalmente a plenitude da divindade.<sup>46</sup> Ele é também quem dá novo sentido à existência humana e resposta às grandes questões da vida.

Em Jesus, Verbo encarnado na história humana, se realiza plenamente o plano salvífico do Pai.

### **O Reino Anunciado aos Pobres**

41. O Reino de Deus constitui ponto fundamental da pregação e ação de Jesus. Ele anuncia o Reino de Deus, contempla-o já presente e trabalha pela sua plena e total realização. Este Reino estabelece um novo relacionamento filial dos homens com o Pai e um relacionamento fraterno com os outros.

42. Jesus foi o evangelizador de todos. Para isso, aproximou-se particularmente dos mais necessitados, já que viera para anunciar a Boa Nova aos pobres e marginalizados. A opção da Igreja deve ser a mesma que a de Cristo: “Uma opção preferencial pelos pobres no intuito de sua integral libertação”,<sup>47</sup> como “forma especial do primado da caridade cristã”.<sup>48</sup> Esta opção não é passageira ou circunstancial, mas constitutiva de sua missão.

43. O Reino de Deus diz respeito às pessoas, às estruturas, e à sociedade, ao mundo inteiro. “Trabalhar pelo Reino significa reconhecer e favorecer o dinamismo divino, que está presente na História humana e a transforma. Construir o Reino significa trabalhar pela libertação do mal, sob todas as suas formas”.<sup>49</sup>

### **A Missão dos Discípulos**

44. Cristo envia seus discípulos para dar continuidade à missão que recebeu. “Como o Pai me enviou, eu também vos envio”.<sup>50</sup> Este mandato do Senhor, fortalecido no Pentecostes, fez com que os discípulos assumissem a tarefa de evangelizar todos os povos.

45. A fé nasce do anúncio. A comunidade eclesial cresce, se consolida e se manifesta na medida em que responde fielmente ao Deus que se comunica, tornando-se experiência de vida. O anúncio deve revestir-se de uma linguagem concreta e adaptada às circunstâncias, dentro do contexto vivencial das pessoas e dos povos, no respeito às condições da época e das culturas.<sup>51</sup>

46. A comunhão sustenta e impulsiona a missão, também na hora da perseguição e da denúncia profética. Quando necessário, a Igreja deve assumir posição corajosa e profética em face do poder político ou econômico e dirigir-se aos “novos areópagos” para proclamar, como Paulo, a força transformadora do Evangelho.

## O Espírito Santo, Agente e Termo da Evangelização

47. Os discípulos são animados pelo Espírito Santo que é o protagonista da missão eclesial, agente principal da evangelização. A presença e a ação do Espírito não atingem apenas os discípulos, mas também os povos, a sociedade e a própria história. Prepara a acolhida do Evangelho e a constituição da comunidade eclesial nas diferentes culturas.

48. O Espírito Santo leva pessoas, comunidades, povos e culturas, à plenitude da história da salvação, fazendo conhecer toda a verdade e levando o universo à sua plena glorificação.

A plenitude da história, onde Deus será “tudo em todos”, realizará a comunhão da humanidade na Trindade, comunhão de amor do Pai e do Filho no Espírito.

## 2. CAMINHOS DA MISSÃO

### De Jesus Evangelizador à Igreja Evangelizadora

49. O caminho da evangelização parte de Jesus Cristo, que não é apenas o primeiro e maior evangelizador, mas o próprio Evangelho. Jesus é, portanto, a referência e o modelo da missão evangelizadora da Igreja, que está essencialmente a serviço da mesma obra do Senhor Jesus. Existe uma ligação profunda entre Jesus, a Igreja e a evangelização.

50. Portanto, para poder evangelizar, a Igreja deve deixar-se evangelizar, sendo assídua ouvinte da palavra do Senhor. É exigência do evangelizador ouvir aquilo que deve acreditar e, por uma conversão e renovação constantes, praticar na comunhão fraterna e no serviço.<sup>52</sup> Assim pode transmitir com autenticidade aquilo que vive.

51. A Igreja, evangelizada, é enviada também a evangelizar. A obra da evangelização é dever fundamental do Povo de Deus. Deve ser uma proclamação clara: em Jesus Cristo, Filho de Deus feito homem, morto e ressuscitado, a salvação é oferecida a todos.

52. Como Cristo se encarnou num povo e numa cultura do seu tempo, assim a Igreja deve encarnar o Evangelho nas diferentes culturas. Inculturação é “a íntima transformação dos valores culturais autênticos pela sua integração ao cristianismo e o enraizamento do cristianismo nas várias culturas”. Por ser um processo profundo e globalizante, os pastores e as comunidades cristãs têm a responsabilidade do discernimento e do estímulo para tal realização.<sup>53</sup>

### A Solidariedade dos Discípulos de Cristo

53. “O caminho da Igreja é o caminho do homem”, diz o Papa João Paulo II.<sup>54</sup> E ainda repete de maneira mais incisiva: “A Igreja, também no terceiro milênio, permanecerá fiel ao assumir como próprio o caminho do homem, sabendo que não caminha só, mas com Cristo, seu Senhor. Foi ele que fez seu o caminho do homem, e o guia, mesmo quando este não se dá conta”.<sup>55</sup>

54. Para exercer sua missão na história humana e nela distinguir sementes e sinais do Reino, a Igreja deve, antes de tudo, tornar-se solidária com as alegrias e esperanças, tristezas e angústias da humanidade.<sup>56</sup> Por isso ela procura:

- descobrir e ajudar a promover o valor inviolável da pessoa humana;
- solidarizar-se com a situação do outro, de modo especial dos mais pobres, pela promoção da justiça e do desenvolvimento integral da pessoa humana;
- testemunhar os valores evangélicos da gratuidade e das bem-aventuranças, vivendo em comunhão existencial com os pequenos e os que sofrem;
- partilhar a experiência religiosa com todos os que buscam a Deus, no respeito à diversidade e na procura da verdade.

55. Estas e outras iniciativas haverão de abrir caminho para que se “conheça o único Deus verdadeiro e aquele que por ele foi enviado, Jesus Cristo”.<sup>57</sup> Assim, o Espírito abrirá os corações para que todos possam acreditar no Senhor e confessá-lo. Dessa forma, a Boa Nova, proclamada pelo testemunho e expressa pela palavra, leva a acolher a pessoa e a mensagem de Jesus de Nazaré, o Filho de Deus.

56. Surgem muitas oportunidades para lançar sementes de evangelização. A sensibilidade do evangelizador saberá descobri-las e concretizá-las. Paulo, diante do areópago, serve-se de uma inscrição no monumento ao deus desconhecido, para pregar sobre o culto ao verdadeiro Deus. Filipe entra em diálogo com o funcionário da rainha Candace, que lhe pede explicações sobre trechos da Bíblia.<sup>58</sup> É a pastoral ambiental a exigir a descoberta de melhores meios e estratégias de evangelização nas situações, as mais variadas, e com interlocutores, os mais diversos.

### Situações diversificadas de Evangelização

57. A Igreja no Brasil se acha, hoje, de fato, diante de três grandes situações que desafiam sua ação pastoral.

58. *Situação dos não-evangelizados:* São grupos humanos e contextos sócio-culturais, onde o Cristo e seu Evangelho ainda não são conhecidos, ou, pelo menos, não são devidamente acolhidos e considerados.

59. *Batizados não praticantes:* São aqueles que, apesar de terem tido uma tradição cristã, perderam o sentido da fé e não mais se reconhecem membros da Igreja, ficando distantes de Cristo e de sua palavra. Por vezes, a própria prosperidade material, mergulhando cada vez mais no consumismo, pode ter ocasionado esse afastamento. Outras vezes, trata-se de pessoas que reduziram a sua prática religiosa a uma participação rara ou ocasional. De qualquer forma, todos necessitam de uma forte reevangelização ou de uma nova evangelização.

60. *Os fiéis pertencentes ao rebanho:* Vivem sua vocação batismal dentro da comunidade cristã e, muitas vezes, irradiam o testemunho do Evangelho em seus ambientes e nas atividades pastorais da Igreja. Sentem-se cristãos coerentes com sua fé e membros vivos da comunidade eclesial. Para esses, a ação evangelizadora deve consistir, sobretudo, em dar uma consciência sempre mais lúcida do que é ser Igreja, oferecer formação permanente, desenvolver os diversos ministérios, alimentar o aprofundamento da fé numa vida eclesial, participativa e sacramental.<sup>59</sup>

61. A urgência e a novidade dos desafios à evangelização do tempo presente aparecerão mais nitidamente nos capítulos que se seguem.

## CAPÍTULO II: AS DIMENSÕES DA EVANGELIZAÇÃO

### 1. ORIGEM E FUNÇÃO DAS DIMENSÕES

62. O atual quadro das dimensões nas Diretrizes Gerais da Ação Pastoral começou a ser definido na 7ª Assembléia Geral Extraordinária da CNBB, realizada em Roma, 1965, durante a última sessão do Concílio. É fruto da rica experiência pastoral da Igreja no Brasil e da acolhida atenta e fiel do próprio Concílio, que se fez vida na nossa Igreja. Foi seguidamente reformulado e melhorado à luz da caminhada da Igreja na AL.

O resultado dessa 7ª Assembléia Geral da CNBB foi o *Plano de Pastoral de Conjunto* (PPC), para os anos 1966-70. Nele se apresentava o Objetivo Geral desdobrado em seis objetivos específicos.<sup>60</sup>

63. Estes seis objetivos foram tomados “como ponto de partida” para o estabelecimento de “seis linhas fundamentais de trabalho”, a saber: a unidade visível da Igreja, a ação

missionária, a catequese, a liturgia, o ecumenismo e a presença da Igreja no mundo. Elas se tornaram um “quadro de referência para a nossa ação pastoral”.

64. Na 14ª Assembléia Geral, em 1974, surgiu uma das regras de “autenticidade” da ação pastoral. “Uma linha de ação pastoral só será autêntica, isto é, inserida no esforço comum de missão de Cristo e da Igreja, na medida em que não pretenda se separar ou isolar das outras linhas de ação”. Em outros termos: os diversos objetivos específicos devem evidenciar o único Objetivo Geral de um modo adequado, levando a compreender e abranger gradualmente os outros aspectos essenciais da ação pastoral e da missão da Igreja, e a empenhar-se por eles.<sup>61</sup>

65. Em 1983, a 21ª Assembléia Geral começou a chamar as seis linhas também de “dimensões”. A palavra “linhas” não parecia feliz para exprimir a “unidade global da ação pastoral”. Poderia sugerir paralelismo ou ação pastoral em compartimentos estanques. A expressão “dimensões”, ao contrário, mostra que os vários aspectos da única realidade global, que é a missão da Igreja, estão ligadas entre si.<sup>62</sup>

66. De fato, “as seis linhas correspondem às grandes dimensões da vida eclesial”. Constituem, desta forma, um esquema interpretativo dos vários aspectos da missão, sem esgotar o mistério da Igreja. Expressam, de maneira funcional e prática, tanto a inserção da Igreja na diversidade de situações, quanto a unidade da missão na variedade das vocações e tarefas.<sup>63</sup>

67. Foi assim que elas começaram a ser chamadas: dimensão comunitária e participativa (linha 1), dimensão missionária (linha 2), dimensão catequética (linha 3), dimensão litúrgica (linha 4), dimensão ecumênica e do diálogo religioso (linha 5), dimensão profética e transformadora (linha 6). Deve-se observar, no entanto, que tanto o número quanto a ordem delas têm caráter pedagógico e prático. Podem e devem se abrir a posteriores explicitações para enriquecer nossa compreensão do mistério da Igreja.

68. O importante é que se considere: 1) que o conjunto das linhas ou dimensões “constitui o quadro de referência geral da Ação Pastoral da Igreja no Brasil em todos os níveis”; 2) que “cada nível da Igreja, cada Igreja Particular pode e deve organizar seus planos ou ação pastoral, a partir de um quadro operacional que melhor se adapte à sua realidade”.<sup>64</sup>

69. A 26ª Assembléia Geral de 1988 aprovou o documento “Igreja: Comunhão e Missão”, “como desdobramento das Diretrizes Gerais da Ação Pastoral”. Comunhão e missão aparecem como duas faces do mesmo ser da Igreja: diante de Deus uno e trino e diante do mundo a ser salvo.<sup>65</sup>

70. Por fim, a 29ª Assembléia Geral de 1991 votou a continuidade das seis dimensões e a mudança de nomenclatura da linha 3, que passa a se chamar “bíblico-catequética”, e da linha 6, que passa a se chamar “sócio-transformadora”.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEOLÓGICA DAS DIMENSÕES

71. As seis linhas ou dimensões têm seu amplo quadro teológico de referência no Concílio e na sua acolhida na Igreja do Brasil. Segundo o mesmo Concílio, a Igreja deve viver o mistério de Deus a nós revelado como “comunhão”, ao mesmo tempo una e pluriforme, na diversidade de vocações e ministérios (Lumen Gentium – linha 1). Deve alimentar-se da Palavra de Deus (Dei Verbum – linha 3) e da Sagrada Liturgia (Sacrosanctum Concilium – linha 4). Assim vivendo e se alimentando, ela acolhe a missão (Ad Gentes – linha 2), busca uma comunhão cada vez mais ampla com os demais cristãos e com outras religiões (Unitatis Redintegratio – diálogo ecumênico; Nostra Aetate – diálogo religioso: linha 5) e se coloca a serviço do mundo (Gaudium et Spes – linha 6).

72. Propondo, ainda em 1965, um Objetivo Geral desdobrado em seus objetivos específicos, o episcopado se fundamentou nas “riquezas insondáveis do Mistério de Cristo e da Igreja”, buscando no Concílio “um ensinamento mais preciso sobre a natureza e a missão universal da Igreja”.<sup>66</sup>

73. De fato, o Concílio ensina que a Igreja é, ao mesmo tempo, Povo de Deus e Mistério. Povo de Deus, enquanto “constituído por Cristo para a comunhão de vida, caridade e verdade, por Ele ainda assumido como instrumento de redenção de todos e enviado ao mundo inteiro como luz do mundo e sal da terra”. Mistério, enquanto enraizada na comunhão trinitária, que se torna visível no “organismo social” da Igreja.<sup>67</sup>

74. Pode-se sintetizar, ainda, essa visão de Igreja como “comunhão missionária”. Ela haure da intimidade com o Pai, o Filho e o Espírito, em atitude de adoração e ação de graças, o ardor missionário e o vigor profético para enfrentar os desafios que o mundo de hoje lhe apresenta.

### 3. COMPREENSÃO ATUAL DAS SEIS DIMENSÕES

75. As seis dimensões, adotadas como quadro referencial da Ação Pastoral, sem esgotar o mistério da Igreja, têm a função de mostrar ao mesmo tempo a variedade de aspectos e a unidade dinâmica que deve existir entre eles. De fato, elas se interpenetram e se exigem mutuamente. A tarefa de integrá-las entre si nas Diretrizes é exercida pelo Objetivo Geral.

As seis dimensões são descritas, a seguir, em seus aspectos essenciais e permanentes. No Capítulo IV elas serão novamente retomadas, à luz das novas acentuações que a ação pastoral deve assumir, em face dos desafios da modernidade.

#### Linha 1: Dimensão Comunitária e Participativa<sup>68</sup>

76. É a dimensão que revela a natureza íntima da Igreja, a sua identidade básica. A Igreja é convocada para ser comunhão pela participação de todos e cada um dos seus membros no mistério da comunhão trinitária. Incorporados a Cristo, todos se tornam filhos de Deus, pelo Espírito Santo, e irmãos para viverem entre si uma profunda comunhão fraterna.

77. A dimensão comunitária abrange, de um lado, a consciência da presença do Espírito vivificador, que distribui dons e carismas para o bem de todo o Corpo. Por outro, abrange também a vivência de uma crescente comunhão, pela qual, acolhendo e incentivando as diversas vocações e carismas, a Igreja se organiza em estruturas sempre mais participativas para a construção da unidade orgânica, sinal da comunhão dos homens com Deus e dos homens entre si.

78. A Igreja se caracteriza essencialmente como comunidade. Enquanto tal, ela toma consciência de si mesma, da sua natureza, do que ela é na vida íntima.

79. Inseridas nos mais variados contextos humanos e permanecendo em comunhão entre si e especialmente com a Igreja de Roma, “as Igrejas particulares, formadas à imagem da Igreja universal”, são, por excelência, o sujeito eclesial. “Nelas e por elas existe a Igreja Católica, una e única”.<sup>69</sup> Por elas se manifesta o próprio desígnio de Deus. Nelas as várias comunidades eclesiais, movimentos ou grupos apostólicos, leigos ou religiosos, se reconhecem membros vivos do Povo de Deus pelo batismo e exercem suas vocações e ministérios.

#### Linha 2: Dimensão Missionária<sup>70</sup>

80. A comunhão exige a missão como seu dinamismo essencial. A Igreja, que se percebe como comunidade de fé, é impelida naturalmente a continuar a missão de Jesus que a convocou, constituiu e enviou. Ela é chamada a assumir ativamente, em todos os seus

membros, a mesma missão de Cristo, proclamando o Reino de Deus e testemunhando o Evangelho em todo tempo e lugar, em todas as épocas e nações, reconhecendo a riqueza evangélica das diferentes culturas.<sup>71</sup>

81. A dimensão missionária exprime, pois, um aspecto particular da única e abrangente missão da Igreja, correspondente à primeira evangelização, para despertar a fé nos não-cristãos, integrando novos membros em sua comunhão visível.<sup>72</sup>

82. Neste sentido, o Papa João Paulo II, em sua recente Encíclica sobre “a validade permanente do mandato missionário”, identifica, “no âmbito da única missão da Igreja”, a dimensão missionária, como “atividade missionária específica, cuja peculiaridade deriva do fato de se orientar para “não-cristãos”. É propriamente a missão “ad gentes”. Esta “tarefa especificamente missionária, que Jesus confiou e continua cotidianamente a confiar à sua Igreja, não se deve tornar uma realidade diluída na missão global de todo o povo de Deus, ficando desse modo descurada ou esquecida”.<sup>73</sup>

83. Lembramos ainda que a dimensão missionária deve sempre enfrentar o constante desafio da inculturação da fé, procurando encarnar o Evangelho nas culturas dos povos. O nosso Objetivo Geral atual inclui a preocupação pelo respeito às diversas culturas. Esse é um ponto em que deveremos nos diferenciar em relação à prática missionária daqueles que realizaram a primeira evangelização da América, cujo V Centenário estamos comemorando.

84. A Igreja no Brasil, nos últimos anos, tem manifestado seu dinamismo por um novo ardor missionário “ad gentes”, não apenas se preocupando com as situações missionárias presentes no país, mas ampliando seu horizonte missionário para “além-fronteiras”.<sup>74</sup>

### **Linha 3: Dimensão Bíblico-Catequética<sup>75</sup>**

85. Fonte da vivência comunitária e da missão da Igreja é a Palavra de Deus, que se expressou plenamente na pregação e na existência de Jesus Cristo e se encontra na Bíblia e Tradição. Ela suscita a fé que reúne os membros da Igreja e os integra no corpo de Cristo.

86. Pela vivência do Mistério de Cristo na vida cotidiana, o povo de Deus aprofunda constantemente o sentido da fé. Por ele, “adere indefectivelmente à fé e, com reto juízo, penetra-a mais profundamente e, mais plenamente, a aplica na vida”.<sup>76</sup>

87. Pelo mesmo sentido da fé, o Povo de Deus realiza uma constante “interação” entre Palavra de Deus, as formulações da fé cristã e as situações da vida, interligando a experiência da fé com o crescimento humano da vida eclesial, nos níveis pessoal, comunitário e social.

88. A dimensão bíblico-catequética visa promover um processo de educação pessoal e comunitária, progressiva e contínua, orgânica e sistemática do cristão na fé, na esperança e na caridade. Nesse processo, o cristão amadurece sua relação filial com o Pai, pelo Filho, no Espírito Santo. No exercício dos dons e carismas, faz crescer a comunidade eclesial na comunhão e participação. No compromisso com a justiça e a solidariedade, empenha-se na construção de uma sociedade justa e solidária.<sup>77</sup>

89. Na 29ª Assembléia Geral, com muita pertinência, essa dimensão passou a se chamar de “dimensão bíblico-catequética”. Com isso pretende-se valorizar a Palavra de Deus contida na Bíblia para a nossa salvação. A fé, como “um grão de mostarda”, cresce e se desenvolve a partir da palavra de Deus, contida especialmente na Bíblia, “ecoando” nas pessoas, grupos e comunidades.

Ela promove assim a educação e o crescimento permanente de sua fé. Esse destaque dado à dimensão bíblica vem em boa hora responder ao dinamismo das comunidades

eclesiais, dos grupos apostólicos e movimentos que se aproximam da Sagrada Escritura, com novos métodos e nova sensibilidade.

90. A dimensão bíblico-catequética expressa o chamado de toda a Igreja a se fazer permanente ouvinte da Palavra, assimilando-a sempre mais profundamente ao confrontá-la com a vida dentro do mundo e da história. Como afirma a Constituição “Dei Verbum”, da mesma palavra da Sagrada Escritura também se nutre salutarmente e santamente floresce o ministério da palavra, a saber, a pregação pastoral, a catequese e toda a instrução cristã.<sup>78</sup>

#### **Linha 4: Dimensão Litúrgica<sup>79</sup>**

91. Essa dimensão expressa a Igreja como comunidade sacerdotal organicamente estruturada pelos sacramentos, nos quais celebra os mistérios da fé. “Na liturgia, especialmente na Eucaristia, celebra-se a realidade fundamental da Páscoa: morte e ressurreição de Jesus Cristo, morte e ressurreição do batizado com Cristo. Na ação litúrgica, devem encontrar espaço todas as realidades da vida cotidiana do cristão, pois é com todos os aspectos da sua pessoa que ele tem de passar deste mundo ao Pai. Ao participar na celebração, o cristão terá presente suas aspirações, alegrias, sofrimentos, projetos, bem como os de todos os seus irmãos. E colocará todas estas intenções na oração que sua comunidade, com toda a Igreja, dirige ao Pai, com Cristo Salvador, na unidade do Espírito Santo”.<sup>80</sup>

92. A dimensão litúrgica exprime, pois, o caráter celebrativo da Igreja. Constitui, na terra, a expressão mais significativa da comunhão eclesial. Na liturgia, o Povo de Deus encontra seu momento maior de festa e de comunhão eclesial.

93. A Liturgia é, acima de tudo, fonte e lugar de comunhão e evangelização, pois ela é a própria Boa Nova presente e celebrada como acontecimento no agora da Igreja. Não pode ser vista, apenas, como meio e instrumento pedagógico para aprofundar o conhecimento dos fiéis.

94. Nenhuma atividade pastoral pode realizar-se sem se referir à liturgia. Toda e qualquer celebração tem dimensão evangelizadora e catequética, enquanto aceita o homem como ser sacramental. Por ela, a criação inteira se torna, de certa forma, sacramento de Deus.

95. Levando-se em conta a sensibilidade cultural do nosso povo, é meta da adaptação da liturgia, num justo e sadio processo de inculturação, a introdução de novos símbolos, de novos ritos sacramentais para diversas necessidades e circunstâncias da vida, mais compreensíveis ao povo de hoje, porque criados pela piedade popular, experimentados nas CEBs e outros grupos de oração, ou ainda, provenientes das exigências da modernidade.<sup>81</sup>

#### **Linha 5: Dimensão Ecumênica do Diálogo Religioso<sup>82</sup>**

96. O testemunho missionário da Igreja procede da sua tendência dinâmica a ser, ao mesmo tempo, una e católica. Só assim ela pode constituir-se na terra “o germe e o início do Reino de Cristo e de Deus”, Reino único e universal. Por outro lado, o principal motivo de credibilidade do seu testemunho é a unidade dos seus membros. Para que todos creiam que o Pai enviou seu Filho ao mundo é preciso que todos os discípulos de Jesus sejam “perfeitos na unidade”.

Diante da lastimável divisão dos cristãos em confissões e Igrejas diferentes, “escândalo para o mundo”, a Igreja, una e católica, sente a urgência de buscar o diálogo com as outras Igrejas cristãs em vista do crescimento da comunhão visível sob o único bom pastor, Jesus.<sup>83</sup>

97. “Este movimento de unidade é chamado de movimento ecumênico. Dele participam os que invocam o Deus Trino e confessam a Jesus como Senhor e Salvador, não só individualmente, mas também reunidos em Assembléia, onde ouviram o Evangelho, e que declaram, cada um, ser sua Igreja e de Deus”.<sup>84</sup>

98. Esse diálogo, próprio da dimensão ecumênica, acabou se estendendo, nas devidas proporções e formas, às outras religiões e a quantos estão à procura da Verdade, mesmo “às apalpadelas”.

99. O diálogo religioso – ou mais propriamente inter-religioso – aproxima-se pedagogicamente do diálogo ecumênico. No mundo pluralista e secularizado de hoje, por vezes fechado à transcendência, importa unir esses dois tipos de diálogo para uma abertura “àquele supremo e inefável mistério que envolve nossas existências, donde nos originamos e para o qual caminhamos”.<sup>85</sup>

100. No diálogo religioso (ou inter-religioso), distinto do diálogo ecumênico, exige-se reconhecer a peculiaridade da relação dos membros de cada uma das religiões com a Igreja de Cristo. Merece atenção especial o diálogo com os judeus que têm em comum com os cristãos “um tão grande patrimônio espiritual”.<sup>86</sup>

### **Linha 6: Dimensão Sócio-Transformadora<sup>87</sup>**

101. A Igreja, embora não seja do mundo, está presente no mundo, no meio das sociedades humanas. Por esta presença, ela deve agir como fermento na massa, contribuindo para que essas sociedades humanas se organizem em conformidade com os valores e exigências do Reino de Deus. Solidarizando-se com as aspirações e esperanças da humanidade, é levada pela “fome e sede de justiça”<sup>88</sup> a colocar-se a serviço da causa dos direitos e da promoção da pessoa humana, especialmente dos mais pobres, denunciando as injustiças e violências, para que possa surgir uma sociedade verdadeiramente justa e solidária.

102. Estando presente na sociedade, a Igreja como um todo – tanto os fiéis individualmente como os grupos, instituições e organizações eclesiais – vive profunda relação de influência mútua com essa mesma sociedade. Crescendo na fé, o Povo de Deus vai tomando consciência da missão que lhe cabe de contribuir para a transformação da sociedade.

103. A 29ª Assembléia Geral decidiu chamar esta dimensão de “sócio-transformadora” e não “profético-transformadora”. É que o exercício da função profética não é exclusivo da tarefa de transformar as sociedades humanas. Ele penetra em todas as outras dimensões do mistério da Igreja.

104. Essa dimensão na Igreja do Brasil desenvolve-se, sobretudo, em três áreas de capital importância para a presença do Evangelho na sociedade: nas áreas da educação, da comunicação social e da pastoral social. Na atuação dessa dimensão, a comunidade cristã situa-se e age profeticamente em áreas de fronteira do mundo das comunicações sociais, da educação formal e informal e, sobretudo, no amplo espectro da realidade social do país.

## **CAPÍTULO III: MUDANÇAS NA SOCIEDADE E DESAFIOS À EVANGELIZAÇÃO**

105. O Concílio Vaticano II apontou a principal característica do mundo atual: “O gênero humano encontra-se, hoje, em fase nova de sua história, na qual *mudanças profundas e rápidas* estendem-se progressivamente ao universo inteiro”.<sup>89</sup>

106. O processo de *modernização* encontra-se na raiz dessas transformações, que atingem todas as dimensões da vida humana. É um processo complexo que se manifesta mais claramente nas transformações técnicas, econômicas e políticas, trazendo consigo uma nova visão do homem e da sociedade.

107. Como o Concílio observa, este processo tende a difundir-se rapidamente por todo o mundo. Uma das características da modernidade é a “*planetarização*”, através da crescente internacionalização da economia, da técnica e dos meios de comunicação de massa.

108. Um dos fatores que desencadearam a modernidade foram as descobertas científicas, com suas aplicações técnicas, dando ao homem uma *capacidade de transformar a natureza*, multiplicando a produção de bens. A economia assumiu, na prática, uma influência determinante na nova sociedade. Os meios de produção foram adquirindo tanta importância, que o próprio pensamento passou a ser reduzido à “razão funcional” ou “instrumental”, enquanto se perdia o sentido da ética ou dos valores morais.

109. Os sistemas implantados procuraram o domínio desses meios: o capitalismo, privilegiando o poder econômico; o “socialismo real”, privilegiando o poder político como instrumento de dominação.

110. Esta obsessão de dominação leva à perda do sentido de convivência e de liberdade, bem como à ameaça de desequilíbrio ou mesmo da destruição predatória da natureza. A consciência ecológica levanta hoje, dramaticamente, a questão dos limites do crescimento econômico e da própria sobrevivência da humanidade.<sup>90</sup>

111. É nas grandes transformações econômicas que mais aparecem os frutos do progresso tecnológico, e ao mesmo tempo suas contradições e limites. É preciso reconhecer que essas transformações econômicas vieram agravar a questão social, que adquiriu dimensões mundiais, aumentando o número de indivíduos e de povos inteiros desprovidos do mínimo necessário, difundindo a exploração e o empobrecimento, tornando o mundo mais desigual que nunca.

112. Diante dos desastres ecológicos e do crescente empobrecimento de muitos povos, a modernidade começa a *reconhecer seus limites* e a questionar sua concepção da razão e do progresso. Em nossa análise pastoral, convém ter presente este fato. Fica, assim, facilitado o caminho para perceber as oportunidades de evangelização que o mundo de hoje oferece. Isto não dispensa o discernimento crítico para apontar deficiências e indicar caminhos de superação.

Nosso olhar sobre a modernidade quer perceber valores, identificar limites e discernir as atitudes pastorais mais adequadas. Ele se voltará especialmente para o Brasil, sem ignorar, contudo, o contexto internacional que o condiciona.

113. O *fenômeno da modernidade*, porém, é extremamente *complexo e diversificado*. Não é aqui o lugar de uma análise exaustiva.<sup>91</sup> Aliás, é importante frisar, desde já, que o fenômeno da modernidade deve ser estudado e acompanhado permanentemente, se quisermos manter atualizada a nossa ação pastoral. Aqui selecionamos e salientamos três aspectos, particularmente significativos, que questionam a nossa consciência de cristãos e oferecem desafios inéditos para a evangelização.

## 1. INDIVIDUALISMO E EMERGÊNCIA DA SUBJETIVIDADE

114. O *processo de modernização*, iniciado há séculos, atingiu gradativamente as várias áreas da sociedade (ciência, técnica, economia, religião...) e transformou a própria concepção de vida das pessoas, primeiro entre as elites, depois em todos os níveis.

115. O *desejo de autonomia* do homem moderno, formulado de início filosoficamente, como afirmação do sujeito livre, dono de si mesmo, senhor da natureza, construtor do seu mundo, manifesta-se hoje – em larga escala – através da emergência não apenas da reivindicação sempre mais consciente e difusa de direitos individuais e de participação,

mas também em *múltiplas formas de expressão e de defesa da subjetividade*. Pode-se citar como exemplo:

116. A recusa de sacrificar a felicidade pessoal a ideais coletivos que se tornaram incertos (daí a chamada “crise do militantismo”); a busca de realização no plano afetivo, com uma conseqüente valorização (às vezes excessiva e frustrante) da vida sexual, com rejeição dos padrões de comportamento até há pouco socialmente aceitos; a busca de liberação de papéis impostos pela sociedade tradicional, em favor de maior liberdade de escolha subjetiva; a reivindicação de uma efetiva igualdade de direitos para todas as pessoas, o que aparece mais vivamente nas reivindicações das mulheres, dos jovens e das minorias culturais; a procura de uma espiritualidade mais pessoal, menos padronizada por esquemas exteriores e menos diluída nas práticas coletivas e comunitárias.

117. Um outro fenômeno que revela a tendência ao individualismo nos países ricos é a diminuição do tamanho da família e o aumento do número das pessoas adultas, homens ou mulheres, que vivem sozinhas. Esta mesma realidade começa a se manifestar também no Brasil, particularmente nas camadas mais abastadas.

118. A modernidade pode proporcionar um *desenvolvimento mais autêntico da pessoa*, para assumir de maneira mais livre a configuração de sua vida. homem e mulher modernos sentem-se protagonistas de sua realização pessoal, rica de possibilidades, sem a rigidez dos papéis que a sociedade tradicional lhes impunha. Aí podemos encontrar um dos pilares da tradição cristã, que afirma o valor da pessoa humana, de sua liberdade e de sua realização integral.

119. Mas existe também a possibilidade de interpretar ideologicamente a autonomia humana de forma radical, em oposição a qualquer reconhecimento da transcendência, podendo resvalar na *auto-suficiência* e no *ateísmo*. A autonomia do homem é saudável, faz parte do dom que recebeu de Deus em sua natureza humana. O que está errado é transformar esta autonomia em auto-suficiência. Errada é a autonomia que exclui o “outro” na pessoa do próximo, e exclui o “Outro”, na recusa de Deus.

120. Nesse sentido não se deve confundir o *individualismo com o egoísmo*. Como fato cultural que caracteriza a sociedade moderna, o individualismo contém valores positivos (por exemplo, incentiva a responsabilidade pessoal), embora esteja sempre ameaçado pelo risco do fechamento sobre si mesmo. O *egoísmo*, entendido como atitude moral negativa, rompe os laços de solidariedade com o próximo.

121. A efetivação dos ideais modernos de liberdade e de realização individual está condicionada pela situação real (cultural, religiosa, política, econômica). No Brasil, a grande maioria da população tem possibilidades muito escassas até quanto às necessidades básicas para sua sobrevivência: alimentação, educação, saúde...

122. Mesmo assim, as pessoas não perdem a *esperança de um futuro melhor*, para si ou para os filhos. Essa esperança pode ser nutrida de ilusões, alimentadas pelos meios de comunicação social. Pode traduzir-se em ativa solidariedade e luta em defesa dos próprios direitos. Pode expressar-se na participação em movimentos sociais, políticos e religiosos. De qualquer forma, tende a crescer a consciência da dignidade de toda pessoa humana e a reivindicação de direitos fundamentais.

123. Entre as classes médio-superiores e entre os ricos, difunde-se a *tendência ao consumismo* e à imitação dos padrões de vida dos países “avançados”. Chega-se, às vezes, ao desperdício e à ostentação, mais escandalosos ainda em face do crescente empobrecimento do povo. O consumismo constitui uma forma de alienação da pessoa, como mostra perspicazmente a “Centésimus Annus”.<sup>92</sup>

124. Assim, o sonho moderno de uma plena realização da pessoa e de sua liberdade pode tragicamente transformar-se em *novas formas de escravidão*: a dos pobres, que

lutam pela sobrevivência e não têm o necessário; a dos ricos, que acabam tornando-se dependentes de uma corrida incessante para ter mais, e frustram sua realização humana no consumismo e no materialismo.

125. Analisando a sociedade moderna sob outro ponto de vista, constata-se que ela difere notavelmente da *sociedade tradicional*, onde predominava a comunidade rural, relativamente auto-suficiente. Nela, as atividades econômicas, políticas, religiosas e de lazer eram realizadas juntamente, num espaço restrito, familiar. A vida das pessoas era determinada pela tradição, apoiada e controlada pela comunidade. A própria estruturação do tempo e do espaço fazia convergir a vida comunitária para um centro e para “tempos fortes” onde a comunidade se reunia e se reconhecia, constituindo-se tanto como comunidade humana (ou civil) quanto como comunidade cristã. Isto gerava uma identificação, de fato, entre comunidade humana (civil) e comunidade eclesial.

126. Na *sociedade moderna*, urbana, a atividade humana tende a se dividir em áreas autônomas: economia, política, ciência, lazer, religião.... A pessoa não está mais ligada a uma “comunidade” (no sentido tradicional), mas desenvolve sua vida em diversos ambientes, multiplicando seus relacionamentos. Nesse espaço complexo e diversificado, abre-se a possibilidade tanto para o individualismo (o indivíduo vive suas relações tendo como centro a si mesmo), quanto para a adesão a um novo tipo de comunidade (religiosa ou não) que dá apoio ao indivíduo e, às vezes, o controla e absorve quase completamente. Não é mais a sociedade que lhe impõe uma única visão do mundo. O indivíduo tem que construir sua identidade, fazendo escolhas, valorizando traços de sua experiência, ligando-se a grupos ou comunidades caracterizados por uma visão do mundo, uma tradição, uma cultura.

127. *A escolha do individualismo é mais freqüente entre as classes médias e superiores*, porque nelas o indivíduo tem recursos para escolher como quer. Nas classes populares, as possibilidades de escolha são menores as opções são impostas pela família ou pelo meio social, e o indivíduo necessita muito mais da solidariedade de um grupo ou de uma comunidade. De qualquer forma, os indivíduos não se acham mais – na sociedade moderna – diante de uma única “cultura” (conjunto de padrões de comportamento, valores, concepções de vida), mas diante de um fato novo: o *pluralismo*.

## 2. PLURALISMO CULTURAL E RELIGIOSO

128. Ainda antes de compreender suas causas, o homem moderno constata que vive num mundo pluralista, onde coexistem lado a lado (tolerando-se mutuamente ou, às vezes, em conflito aberto) grupos humanos que possuem culturas, religiões, valores morais diferentes.

129. A sociedade tradicional tendia a reduzir ou submeter todos a uma única cultura, religião, visão do mundo. A sociedade moderna, promovendo o individualismo, incentivando a opção pessoal, defendendo em princípio a liberdade de pensamento e de religião, aos poucos, gerou um *mundo diferenciado e pluriforme*.

130. Embora as tradições culturais e étnicas continuem fortes, o indivíduo hoje pode se subtrair a elas e “converter-se” a outra visão do mundo, religião ou cultura, abandonando a de sua família ou de seu grupo de origem. Pode até criar sua visão do mundo pessoal, selecionando elementos de procedência diferente, operando um “sincretismo” cultural segundo seu próprio gosto.

131. O fenômeno é evidente também no *plano religioso*, onde encontramos, na sociedade moderna, um amplo leque de posições, desde o indiferentismo, o agnosticismo e o ateísmo, até a adesão fanática a movimentos fundamentalistas ou sectários. A maioria, geralmente, permanece ligada às grandes religiões tradicionais, seja por simples adesão formal ou ocasional, seja pela participação plena e ativa. Outros preferem grupos novos, fervorosos, exigentes, às vezes, exóticos.

132. A situação do pluralismo cultural tornou-se mais complexa e contraditória pela presença de uma *"indústria cultural"*. Ela se serve principalmente dos meios de comunicação de massa (imprensa, cinema, rádio, TV, discos etc.) e seleciona seus produtos basicamente segundo um critério de rentabilidade. Esta cultura de massa entra em conflito, não apenas com a cultura intelectual ou erudita, mas também com a cultura do povo. Este se vê agredido ou seduzido por produtos muitas vezes alheios e alienantes, aos quais nem sempre consegue opor uma resistência consciente e crítica.

133. Resultado desses fatos é também uma situação de *pluralismo ético*. A sociedade moderna considera os valores morais uma questão de escolha pessoal. O resultado é uma fragmentação que torna problemática também a atuação das instituições. O Estado não encontra valores comuns sobre os quais fundar sua ação. Tende a gerir tecnicamente a administração pública, protegendo ou conciliando os interesses de grupos. Reforça-se assim o *corporativismo*, de um lado e o *clientelismo*, do outro. A escola e a educação encontram uma tarefa muito mais difícil que na sociedade tradicional. Seus esforços são, muitas vezes, solapados pela influência poderosa dos meios de comunicação social, a desorientação das famílias, a pluralidade de valores e modelos que a sociedade oferece.

134. A *tarefa educativa* torna-se, ao mesmo tempo, mais difícil, e mais necessária, para ajudar a criança e o jovem a adquirir uma personalidade coerente, madura, capaz de opções firmes e de discernimento crítico dos valores. O mesmo vale para missão da *família*.

135. *No caso brasileiro*, o pluralismo cultural possui raízes étnicas que não se encontram em outras sociedades modernas mais homogêneas. No momento atual é evidente a reivindicação do direito à existência das culturas indígenas, longamente reprimidas quando não eliminadas, e das culturas negras ou afro-brasileiras, que reivindicam liberdade de expressão e reconhecimento de sua dignidade.

136. O Brasil está marcado também por uma *rápida transição da cultura rural para a cultura urbana*. A população urbana, que não atingia 35% do total em 1950, está hoje próxima dos 75%. Além desse fenômeno global de *migração* do campo para a cidade, envolvendo boa parte da população brasileira, há um *fluxo migratório constante* e parcelas significativas da população trabalhadora (bóias-frias, garimpeiros etc.), que vivem em permanente instabilidade e, muitas vezes, em condições subumanas. Esses fenômenos contribuem para a desagregação da família e da cultura tradicional, sem introduzir condições de vida modernas ou mesmo, simplesmente, suportáveis.

137. *Outros fenômenos* de pluralismo cultural estão ligados à emergência de grupos que reivindicam liberdade de expressão e pleno reconhecimento de seus direitos em face de uma tradição patriarcal, que desconhecia – por exemplo – a igualdade de direitos de jovens e mulheres.

138. *No plano religioso*, que nos questiona mais diretamente, é possível fazer uma análise um pouco mais aprofundada, corroborada por dados estatísticos.

Antes de tudo, permanece no povo brasileiro uma *religiosidade de fundo*, que se expressa de muitas maneiras. Quase todos os brasileiros acreditam em Deus (mesmo nas grandes cidades, os que declaram "não acreditar em nada" não passam de 1% a 1,5% dos adultos). A Igreja continua confiável para a grande maioria da população e por ela prestigiada (78%, segundo recente pesquisa do IBOPE), muito acima das outras instituições (MCS, políticos etc.).

139. *A porcentagem dos que se declaram católicos*, porém, *continua diminuindo* lentamente, como vem acontecendo há mais de um século, na medida em que se difunde o pluralismo religioso. Segundo os censos, os católicos eram 98,9% em 1890; 95% em 1940; 91,8% em 1970; 89,1% em 1980. Estimativas recentes fazem pensar que o número atual dos católicos se aproxime de 85% da população.

140. Ao mesmo tempo, *cresceu o número dos seguidores de outras religiões*. Os evangélicos (protestantes tradicionais e pentecostais) subiram de 1% em 1890 para 2,6% em 1940; 5,2% em 1970; 6,6% em 1980. Hoje, podem ser estimados em cerca de 8% da população.

141. As pesquisas mais recentes, por amostragem ou por observação direta, revelam novos *fenômenos qualitativos*, debaixo dos números citados. Estas pesquisas dizem respeito à população adulta das cidades médias e grandes (outro discurso deveria ser feito a respeito do interior rural ou das pequenas cidades).

142. Um primeiro fenômeno a ser assinalado, coerente com a tendência moderna para o individualismo, é o elevado número de brasileiros que *reduzem a religião a uma convicção interior, pessoal*, a uma religião "invisível", que abandona totalmente ou quase as práticas comunitárias. As pesquisas recentes indicam, nas grandes cidades, que 8% a 9% das pessoas (sobretudo homens abaixo dos 50 anos) declaram-se desligados de qualquer religião. Além disso, há uma porcentagem elevada de católicos (cerca de 2/3) que têm uma prática religiosa rara ou nula. É este, certamente, o maior desafio para a ação evangelizadora da Igreja.

143. Entre os que aderem a outras igrejas cristãs ou a outras religiões, a prática religiosa é alta. Estas mesmas pessoas, porém, *freqüentam não raro, mais de uma religião, ou trocam de Igreja com relativa facilidade*, ou ainda misturam elementos e práticas de religiões diferentes. Entre os próprios católicos, embora em medida menor, há alguma tendência a confundir crenças e práticas de outros cultos (por exemplo, muitos acreditam na reencarnação, sem ter clara consciência nas implicações espíritas dessa doutrina).

144. Na origem da situação atual, existe não apenas o impacto da modernidade, com o processo de desagregação e desenraizamento da cultura tradicional, uma acelerada urbanização, as contínuas migrações, atividade missionária de igrejas e seitas etc.

Existe também, e principalmente, a *história do catolicismo brasileiro*, em grande parte constituído por devoções aos santos, transmitidas de geração em geração no ambiente rural e nas famílias, mas, desde o século passado, pouco assistido pastoralmente por um clero escasso e mal distribuído. Isto trouxe como consequência a falta de uma iniciação cristã e de uma ligação estável e consciente com os sacramentos e com a instituição eclesial.

145. Compreende-se, assim, como muitos católicos não receberam claramente o primeiro anúncio de Jesus Cristo, nem passaram pelo processo de crescimento e amadurecimento pessoal da fé, através de uma verdadeira experiência catequética. Não é, então, de se estranhar que estes católicos não sintam uma vinculação atual com a Igreja e sejam atraídos por outras religiões, agora que mudaram as condições culturais, em especial pela acelerada urbanização.

146. Um outro fato, que ajuda a compreender os dados e as pesquisas, é a coincidência da renovação conciliar com a aceleração do processo de modernização de nossa sociedade. Um terço dos católicos declaram participar regular ou assiduamente da vida da Igreja. Neles podemos reconhecer o contingente de leigos mais conscientes, que assumiram a renovação conciliar. A grande porcentagem dos que estão desligados de qualquer prática religiosa católica coincide com expressivo número dos que têm enfraquecido os laços religiosos tradicionais. Não se identificam mais com suas devoções antigas, nem aderiram à nova situação da Igreja.

147. A renovação pastoral recente tem melhorado notavelmente a prática religiosa e o apostolado social dos católicos mais ligados às comunidades eclesiais e aos novos movimentos (desde a Ação Católica até os mais recentes). Mas a maioria dos católicos é ainda pouco atingida pela ação do clero, que continua escasso (menos de um padre para 10.000 habitantes) e pelo apostolado leigo, ainda pouco desenvolvido institucionalmente.

148. O contexto da modernidade, gerador de mudanças e, portanto, de provisoriedade e incerteza, tem gerado também fenômenos religiosos de apego ao passado e de busca de segurança dentro e fora do âmbito católico.

149. Esta busca de segurança pode se manifestar por duas atitudes religiosas: o fundamentalismo, que encontra a segurança na aceitação cega de formulações históricas da fé, e o sentimentalismo, que valoriza a religiosidade pelo simples fato de fazer parte dos seus sentimentos, nos quais o indivíduo encontra a afirmação de sua subjetividade.<sup>93</sup>

150. O quadro da situação religiosa não seria completo, sem mencionar o esforço amplo e multiforme da ação pastoral da Igreja católica. A multiplicação das iniciativas tem até levado, nos últimos anos, a uma certa fragmentação da ação pastoral, algumas vezes por influência da modernidade, outras como fruto de divergências metodológicas e falta de diálogo e comunhão.

151. Problemas e desafios da ação pastoral, bem como orientações e caminhos para torná-la mais adequada e coerente, serão refletidos nos capítulos seguintes. Neles, procurar-se-á aproveitar a experiência acumulada em vinte e cinco anos de renovação conciliar, a tradição religiosa e pastoral mais antiga e, sobretudo, os esforços mais lúcidos já empreendidos para responder à modernidade e às mudanças recentes.

### 3. CONTRADIÇÕES SOCIAIS E CAUSAS ESTRUTURAIS

152. Os aspectos da modernidade que analisamos – individualismo e pluralismo – estão condicionados pela transformação da própria estrutura da sociedade. A sociedade tradicional era hierarquizada e tinha como eixo central ou referência, a religião. A sociedade moderna, voltada de forma obsessiva para a produção e o domínio da natureza, *valoriza antes de tudo a economia* e o poder político necessário para regulá-la ou, no mínimo, protegê-la. Ao mesmo tempo, ela gera um processo de *diferenciação* das instituições e de *especialização*, separando mais nitidamente ciência, religião, artes, lazer etc. A especialização contribui para a fragmentação da vida social e intelectual, e torna difícil a comunicação entre os diversos campos do saber e da existência humana.

153. A religião não mais é a guardiã de valores da sociedade. Hoje, com maior evidência, a política, a ciência, a técnica, a economia, as artes e as diversas expressões culturais reivindicam e praticam, de fato, uma autonomia pela qual não vêm razão de manter relações com a esfera religiosa e dela receber orientações.

154. A separação entre economia, ética e política<sup>94</sup> manifesta-se tragicamente no enorme poder e na imensa riqueza acumulada por poucos, e na condição de penúria da maioria da humanidade.

155. Especialmente na última década, nos anos 80, década “perdida” para o desenvolvimento, na América Latina e em quase todo Terceiro Mundo, o nível de vida dos pobres decaiu mais ainda. Enquanto isso, aumentava a concentração de renda e os capitais eram drenados para os países ricos, inclusive através dos serviços da dívida externa. Esta é uma das causas que contribuem para diminuir os investimentos e perpetuar a situação de empobrecimento do nosso povo. O endividamento externo representa uma forma moderna do tributo que as metrópoles cobravam dos povos colonizados.<sup>95</sup>

156. A concorrência da economia internacional, nos anos 90, pode agravar ainda mais a situação, exigindo do Brasil um empenho maior em favor de investimentos produtivos e aumento de empregos.

157. Os indicadores sociais mostram que as condições de vida do povo estão se deteriorando. Dados educacionais revelam que, em 1988, o Brasil ainda contava com 18,9% de analfabetos na população de 15 anos ou mais, índice que sobe para 30,5% no Nordeste. O investimento estatal em obras e serviços como escolas, hospitais vem caindo

a cada ano. A questão da habitação aflige grande parte da população, sobretudo os que são obrigados a sobreviver com o salário mínimo.

158. Os dados estatísticos comprovam o processo de concentração de renda e de marginalização dos pobres. Conforme Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo IBGE em 1989, os 10% mais ricos da população brasileira detinham 53,2% da renda nacional, contra 0,6% dos 10% mais pobres. O que mostra o agravamento da situação, pois em 1981 os 10% mais ricos detinham 46,6% da renda contra 0,9% dos 10% mais pobres.

159. Uma outra pesquisa, do IPEA, revela que, de 1980 a 1989, o contingente de brasileiros absolutamente pobres, isto é, com rendimento inferior a um quarto de salário mínimo, aumentou de 29,4 milhões para 44,8 milhões. Com a estagnação econômica, a desvalorização dos salários e o desemprego, a população acaba por recorrer cada vez mais à economia informal. O departamento de Contas Nacionais do IBGE calculou em 1989 que a economia informal chegava a 46 bilhões de dólares, ou seja, a cerca de 13% do Produto Interno Bruto (PIB).

160. Uma inversão efetiva dessa tendência, para nosso país, supõe uma opção política bem definida e um projeto global coerente, metas claras, critérios de moralidade na administração da coisa pública, valorizando nosso potencial em recursos materiais e em recursos humanos.

161. Após o período de autoritarismo militar, a Constituição de 1988 alimentou a esperança de solidificação do processo democrático. No entanto, a efetivação da ordem democrática tem se defrontado com numerosos obstáculos no campo sóciopolítico, sócioeconômico e sócio-cultural.

162. A democracia não se realiza, de fato, quando o sistema econômico exclui parcelas da população dos meios necessários a uma vida digna: acesso ao trabalho com justa remuneração, à moradia, à terra, à educação, à organização sindical, à participação nos lucros e na gestão da empresa.<sup>96</sup>

163. A existência de milhões de empobrecidos é a negação radical da ordem democrática. A situação em que vivem os pobres é critério para medir a bondade, a justiça e a moralidade, enfim, a efetivação da ordem democrática de uma nação.<sup>97</sup>

164. A situação de desigualdade social tem tornado pequeno o peso político da massa popular, concentrado nos meios de comunicação, que têm se tornado mais instrumento de alienação do que de educação do povo para o ideal democrático.

165. A Igreja do Brasil, reafirmando a evangélica opção preferencial pelos pobres, tem dado crédito à democracia. Ela olha o conjunto do país a partir das “massas sobranes” da modernização, cujo grito não cessa de clamar aos céus. E aponta a solidariedade, a união e a organização do povo como caminho para uma sociedade justa e solidária, para uma sociedade democrática.

166. “Uma autêntica democracia só é possível num Estado de direito e sobre a base de uma reta concepção da pessoa humana. Aquela exige que se verifiquem as condições necessárias à promoção, quer dos indivíduos através da educação e da formação nos verdadeiros ideais, quer da “subjetividade” da sociedade, mediante a criação de estruturas de participação de corresponsabilidade”.<sup>98</sup>

#### **CAPÍTULO IV: NOVAS ACENTUAÇÕES NA EVANGELIZAÇÃO**

167. No capítulo III, foram ressaltados três aspectos da modernidade que questionam fortemente a ação pastoral:

– individualismo e emergência da subjetividade;

- pluralismo cultural e religioso;
- contradições sociais e causas estruturais.

168. A esses desafios, propomos três respostas:

- valorização da pessoa e da experiência subjetiva;
- vivência comunitária e diversificação das formas de expressão eclesial;
- presença mais significativa da Igreja na sociedade.

## 1. VALORIZAÇÃO DA PESSOA E DA EXPERIÊNCIA SUBJETIVA

### Fundamentação teológica

169. A valorização da pessoa é um ponto central da antropologia cristã, da prática de Jesus e da tradição eclesial, desde os primeiros séculos até os desenvolvimentos recentes do magistério e da teologia.

170. Ao lado da caridade a favor dos pobres e da prática da justiça, o testemunho evangélico a que o mundo de hoje é mais sensível é o da atenção às pessoas.<sup>99</sup> Somos, pois, convocados a “evangelizar, testemunhando Jesus Cristo, em comunhão fraterna”.

171. Tanto o Concílio Vaticano II, como o atual Código de Direito Canônico, afirmam claramente o direito e o dever de todo cristão de participar da missão da Igreja e recordam a igualdade fundamental de direitos de todos os seus membros. O Papa João Paulo II tem reafirmado esses mesmos princípios, especialmente na Exortação Apostólica sobre os leigos (“Christifideles Laici”) e em sua recente encíclica sobre “a validade permanente do mandato missionário” (“Redemptoris Missio”). Este dever de todo cristão é, também, dever e missão de toda família.

172. A própria dinâmica da fé faz apelo à dimensão pessoal e subjetiva, pois “a fé nasce do anúncio, e cada comunidade eclesial consolida-se e vive da resposta pessoal de cada fiel a esse anúncio”.<sup>100</sup>

173. Associa-se ao sentido da subjetividade, uma forte consciência da liberdade. Na visão cristã, a subjetividade deve estar subordinada à solidariedade e à doação. A liberdade deve ser vivida em Cristo, na perspectiva da caridade e do serviço aos outros, especialmente ao pobre, como fez Jesus que veio anunciar a Boa Nova aos pobres e apontou o serviço ao pobre como sinal da presença do Reino.<sup>101</sup> A liberdade, entendida como capacidade de escolher o bem, leva diretamente à busca da verdade.

### Indicações práticas e conseqüências pastorais

174. A todo cristão reconheça-se a condição de *sujeito*, no sentido pleno do termo, abrindo espaço para a experiência subjetiva e pessoal da fé, valorizando o sacerdócio comum dos fiéis e o consenso na fé de todo o Povo de Deus.<sup>102</sup>

175. A experiência religioso-cristã não se realiza em mera experiência subjetiva, mas no encontro com a Palavra de Deus confiada ao Magistério e à Tradição da Igreja, nos sacramentos e na comunhão eclesial.

176. A vocação, os dons e carismas pessoais sejam colocados a serviço da comunidade eclesial e de sua edificação, fazendo-se da participação ativa uma forma de realização cristã da pessoa.

177. Importância especial seja dada ao *acolhimento* às pessoas. Para isso, algumas medidas podem ser postas em prática: “ministério da acolhida”; visitas às famílias que chegam; visitas domiciliares nos momentos marcados pela alegria ou pela tristeza; postura acolhedora, alegre, disponível e bem humorada, por parte do presbítero e demais agentes de pastoral.

178. A atitude de amizade e de acolhimento acentua a valorização da pessoa, num mundo onde a técnica e o progresso nem sempre deixam espaço para a comunicação pessoal. Assim, imita-se o gesto de Cristo acolhendo Zaqueu que, por sua vez, o recebe alegremente em sua casa. Ou a atitude de Jesus ao acolher as crianças ou, ainda, o gesto de Filipe e André que acolhem alguns gentios desejosos de ver o Cristo e os apresentam ao Mestre.<sup>103</sup>

179. A acolhida poderá traduzir-se também em formas sistemáticas e organizadas: *aconselhamento*, com a colaboração de pessoas especificamente preparadas; revalorização do sacramento da reconciliação; disposição para o diálogo e a direção espiritual; diminuição da burocracia e prontidão para servir.

180. A pessoa precisa ser acolhida na comunidade, com abertura e sensibilidade para os diversos aspectos e dimensões de sua identidade e existência. A comunidade, seguindo o princípio da liberdade cristã, evite um controle excessivo sobre as pessoas, ajude seus membros a não cair em atitudes unilaterais, como o intelectualismo, o intimismo, a excessiva importância à experiência emocional, a busca desmedida do “maravilhoso” e a fuga do compromisso com a transformação social.

181. Ao acolhimento segue-se o *acompanhamento*. Após o primeiro anúncio, haja continuidade de contatos para envolver a pessoa na vida da comunidade eclesial.

182. Com relação aos que recebem o primeiro anúncio de Cristo, merecem especial atenção as condições reais da pessoa e sua predisposição subjetiva para receber a semente.<sup>104</sup> Seja ressaltado como a palavra do Evangelho introduz no mistério do amor de Deus, chama-nos a um estreito relacionamento pessoal com ele e predispõe a vida para a conversão.

183. A primeira e fundamental estrutura a favor da “ecologia humana” é a *família*, no seio da qual o homem recebe as primeiras e determinantes noções acerca da verdade e do bem, aprende o que significa amar e ser amado e, conseqüentemente, o que quer dizer, em concreto, ser uma *pessoa*.<sup>105</sup>

184. Na experiência que a pessoa faz da comunidade cristã, deve predominar o primado da *experiência espiritual*, no sentido forte de uma autêntica experiência de Deus, emocionalmente envolvente, levando à conversão pessoal, a uma vivência da fé e a uma mística profundas, nas quais a liberdade humana se abre à comunicação de Deus, em Cristo. A experiência espiritual cristã de alteridade encontra no Outro sua origem e fundamento. Cada um de nós é escolhido e amado primeiro para entrar em aliança e comunhão.

185. Daí decorre a *missão*. O Espírito chama e envia. A resposta ao chamado é sempre uma resposta ativa, de serviço. Para realizar a missão é necessário, porém, ser discípulo, pôr-se à escuta e entrar na escola do seguimento de Jesus, aprendendo com ele a construir o Reino. Isto desperta no cristão a consciência de sua responsabilidade *missionária* para que saiba, respeitando os outros, manifestar e comunicar a sua fé.

186. O católico deve ser levado a evangelizar “com renovado ardor missionário” e a promover a presença cristã nos diversos ambientes da sociedade, recordando-se que o êxito da evangelização depende, em grande parte, da espiritualidade e da mística de quem evangeliza.

187. Haja maior empenho na evangelização das pessoas marginalizadas, aproximando-se delas e acolhendo-as sem discriminação ou preconceito, buscando-se vivenciar concretamente a evangélica opção preferencial pelos pobres.

188. Na *catequese*, busque-se a necessária conexão entre a experiência pessoal e comunitária e a doutrina; entre a experiência de vida e a formulação da fé; entre a vivência atual e o dado da tradição, à luz da Palavra de Deus.<sup>106</sup>

Promova-se uma catequese mais atraente e diferenciada, respeitando os níveis de engajamento cristão das pessoas e procurando levá-las pedagogicamente à inserção na comunidade eclesial e não retardar o início da catequese infantil, pois, desde cedo, a criança está exposta a muitas influências, especialmente dos meios de comunicação.

189. Nas *celebrações litúrgicas*, articulem-se melhor a Tradição da Igreja e a experiência atual dos fiéis, valorizando as pessoas e sua vivência.

É preciso redescobrir o aspecto simbólico da liturgia, enfatizar o sentido do mistério e recuperar as dimensões de festa, alegria e esperança. As celebrações sejam menos apressadas e menos intelectualizadas, proporcionando maiores momentos de silêncio, interiorização e contemplação.

Na Liturgia, valorizem-se os gestos, as posturas, as caminhadas e a dança. Nosso corpo, sensível e dócil ao movimento é uma fonte inesgotável de expressão.<sup>107</sup>

Promova-se maior aproximação entre as celebrações litúrgicas e o universo simbólico das comunidades, através de uma legítima criatividade, adaptação e inculturação.

190. Pratique-se *ecumenismo* com as outras Igrejas cristãs e incentive-se o diálogo com pessoas e grupos de outras religiões.

A Igreja promova sempre o pleno respeito à liberdade religiosa e mantenha uma atitude de cooperação, com quantos se mostrem retamente interessados na busca da verdade e da justiça. Diante dos novos movimentos religiosos autônomos (seitas), a Igreja é chamada a realizar um discernimento conforme as indicações do Concílio Vaticano II.<sup>108</sup> Faça um trabalho de esclarecimento, quando julgar necessário. No entanto, a melhor resposta da Igreja à situação de pluralismo religioso é seu esforço missionário, o empenho em conseguir a autenticidade evangélica de seu testemunho, a santidade de seus membros, a adequação de sua ação pastoral ao contexto em que se situa.

191. Respeite-se a liberdade do cristão na escolha de formas específicas de seu *empenho na sociedade*. Esta liberdade, porém, não deve ser abandonada a si mesma. No contexto da sociedade moderna e no meio urbano, criou-se uma dicotomia entre a fé e a vida, entre a esfera da religião e as esferas da ciência, da política, da economia e das atividades profissionais. É, portanto, necessário e urgente um esforço para descobrir modelos de vida cristã na sociedade moderna e estimular melhor integração entre fé e vida.

192. Uma das maiores expressões da valorização da pessoa por parte da Igreja é certamente o empenho com que a Igreja tem promovido a *educação*, seja no âmbito familiar, seja na escola ou por outros meios. Através da educação, o indivíduo torna-se pessoa e amplia as dimensões de seu ser e de seu agir. É preciso, portanto, continuar e multiplicar as atividades educativas da Igreja, através das escolas católicas ou pelo empenho em levar a presença cristã às escolas públicas, dando-lhes nova qualidade e maior eficácia evangélica.

193. Num mundo tão fragmentado, será muitas vezes ao redor da preocupação com a educação dos filhos que comunidades, movimentos, paróquias e instituições católicas de ensino poderão reunir os pais e envolver ativamente jovens e adultos num trabalho de evangelização, concretizando diversificadas formas de *pastoral familiar*. Na família evangelizada, pais e filhos tornam-se evangelizadores.<sup>109</sup> Hoje, com o preceito constitucional, instituindo a pré-escola, deve-se atender ao despertar precoce da criança para o sentido dos valores no relacionamento com os outros. Não falte nessa fase da infância o despertar para a presença de Deus, que ama a cada um com ternura.

194. A maior parte da população no Brasil de hoje mora na cidade. A Igreja deve estimular os cristãos a assumir a realidade urbana em sua complexidade. O ambiente da cidade é fragmentário e fragmenta as pessoas. Se o caminho da Igreja é o caminho do homem e da mulher, a Igreja deve melhor imitar o exemplo de Jesus que conhece suas ovelhas e elas o conhecem.<sup>110</sup>

## 2. VIVÊNCIA COMUNITÁRIA E DIVERSIFICAÇÃO DAS FORMAS DE EXPRESSÃO ECLESIAL

### Fundamentação teológica

195. Teologicamente, um novo impulso para repensar a comunidade eclesial veio da redescoberta da Igreja local, especialmente a partir do Vaticano II. A teologia da Igreja local procura critérios para estabelecer a “eclesialidade” dos diversos grupos.

Segundo o Concílio, só a diocese pode ser chamada Igreja particular. Todavia, outras comunidades ou grupos, devidamente articulados com a Igreja particular, podem oferecer uma experiência de Igreja. O próprio Concílio, que às vezes parece tomar como modelo da Igreja local a diocese antiga, de pequenas dimensões, reconhece que as paróquias “de algum modo representam a Igreja visível estabelecida por toda a terra”.<sup>111</sup> De fato, a paróquia “permanece um ponto capital de referência para o povo cristão”.<sup>112</sup>

196. Mas o que propriamente constitui a Igreja e a torna presente em determinado tempo e lugar? Conforme o próprio Concílio Vaticano II, a comunidade eclesial é edificada pelo Espírito Santo, mediante o anúncio da Palavra (Evangelho), a celebração da Eucaristia e dos outros sacramentos, a vida de comunhão do povo de Deus com seus carismas e ministérios, entre os quais sobressai o ministério episcopal-presbiteral, que tem a responsabilidade de garantir a autenticidade dos laços que unem a comunidade de hoje com a Igreja apostólica e com o projeto missionário, evangelizador, que lhe foi confiado até o fim dos tempos.

197. A conversão e o batismo inserem na Igreja. Aproveu a Deus “chamar os homens a participar da sua própria vida, não um a um, mas constituí-los como povo, no qual os seus filhos dispersos fossem reconduzidos à unidade”. A atividade missionária tem como objetivo fundar comunidades cristãs, desenvolver Igrejas até à sua completa maturação”. A evangelização tem, pois, como um de seus principais objetivos “formar o Povo de Deus”.<sup>113</sup>

198. A comunidade eclesial deverá estar aberta especialmente aos pobres. Acolhendo-os, acolhe a Cristo. A eles dirige-se prioritariamente o anúncio do Evangelho. Eles trazem à Igreja uma experiência privilegiada da revelação.<sup>114</sup> Assim, eles tornam-se sujeitos da evangelização, trazendo à Igreja um potencial missionário e uma estreita ligação entre fé e vida, testemunho significativo no mundo moderno que freqüentemente ignora a solidariedade e a comunhão fraterna.

199. A valorização do aspecto pessoal nas comunidades eclesiais não deverá diminuir a dimensão da comunhão. A comunhão fortalece o relacionamento e enriquece a própria pessoa, abrindo-a aos outros. A atenção à dimensão comunitária evita também, que se caia nos extremos do individualismo ou da massificação que a sociedade moderna favorece.

### Indicações práticas e conseqüências pastorais

200. Especial importância merece a pastoral urbana, com a criação de novas estruturas eclesiais que, sem desconhecer a validade da paróquia renovada, permitam que se enfrente a problemática apresentada pelas enormes concentrações humanas de hoje.<sup>115</sup>

201. Na cidade é que se encontram em gestação os novos modos de cultura. Daí a necessidade de se buscar caminhos, na experiência e na imaginação, para a *pastoral urbana*.<sup>116</sup>

Multiplicar e diversificar, especialmente no meio urbano, comunidades eclesiais que suscitem, eduquem e apoiem a experiência da fé a partir da Palavra, da Eucaristia, da comunhão fraterna e do empenho no serviço aos irmãos.

202. É preciso que se reconheça a possibilidade de diversas formas de vida comunitária, integração e associação dos fiéis, sem querer impor um único modelo de comunidade. Deve-se buscar a unidade na diversidade.

203. A *paróquia* busque adequar-se às mudanças de nosso tempo. Ela não é principalmente uma estrutura, um território, um edifício, mas é sobretudo a família de Deus e comunidade dos fiéis. A paróquia está fundada sobre uma realidade teológica, pois ela é uma comunidade eucarística. Na Eucaristia, está a raiz viva de sua edificação e o vínculo sacramental de sua comunhão com toda a Igreja.<sup>117</sup>

204. Nos anos recentes, especialmente em face das grandes paróquias urbanas, caracterizadas por uma baixa prática religiosa e o anonimato dos fiéis, reivindica-se a transformação da paróquia em “comunidade de comunidades” ou a subdivisão da paróquia em comunidades de dimensões humanas, possibilitando relações pessoais fraternas. Seja, pois, estimulada a formação de comunidades também em nível ambiental, especialmente nas cidades.

205. Transformando-se em “comunidade de comunidades”, a paróquia deveria formar comunidades não só no meio popular, mas também em outros ambientes e estimular a formação de pequenas comunidades de fé por categorias profissionais.

206. Os fiéis leigos podem e devem fazer muitíssimo para o crescimento de uma autêntica comunhão eclesial, no seio de suas paróquias, e para o despertar do impulso missionário em ordem aos não crentes e, mesmo, aos crentes que tenham abandonado ou arrefecido a prática da vida cristã.<sup>118</sup>

207. Urge estimular as *Comunidades Eclesiais de Base* (CEBs), dar maior apoio e formação aos leigos e abrir espaço para a diversificação dos ministérios, favorecendo as diferentes formas de participação e valorização das pessoas na Igreja.

208. As CEBs representam uma rica experiência eclesial, seja pela participação do laicato, seja pela criatividade pastoral, seja pelo empenho na transformação social. Elas são “força de evangelização”.<sup>119</sup> Entre os desafios das CEBs, hoje, destacam-se:

- trabalhar mais com as massas e não se fechar em pequenos grupos;
- acolher melhor a religiosidade popular e respeitar mais seu universo simbólico, evitando o perigo de um excesso de racionalismo, principalmente por parte dos agentes de pastoral mais intelectualizados;
- abrir-se ao pluralismo;
- empenhar-se para que a experiência das CEBs se consolide e continue acompanhando as mudanças da sociedade;
- manter uma relação dinâmica entre fé e vida, dando maior atenção à espiritualidade.

209. As CEBs podem ajudar também a descentralizar e articular melhor a ação pastoral da Igreja local. Radicadas nos ambientes simples, sejam elas fermento de vida cristã e de transformação da sociedade. Sejam instrumento de evangelização e primeiro anúncio, fonte de novos ministérios e, animadas pela caridade de Cristo, cooperem para a superação das divisões.<sup>120</sup>

210. A comunidade eclesial, pequena ou grande, territorialmente definida ou constituída a partir de outro critério de agregação, não deve se fechar em si mesma. Deve estar aberta em duas direções:

- de um lado, para a pessoa, com sua singular experiência que quer encontrar na comunidade aquela valorização e participação que lhe permitam alcançar o que anseia;
- de outro lado, para as outras comunidades eclesiais e para a Igreja universal com sua missão. Esta missão abrange a atenção aos que devem ser evangelizados e a presença solidária dos cristãos na sociedade.

211. É necessário reconhecer a liberdade associativa dos fiéis leigos na Igreja. Trata-se de uma liberdade reconhecida e garantida pela autoridade eclesiástica e que deve ser exercida sempre e só na comunhão da Igreja: nesse sentido, o direito dos fiéis leigos em associar-se é essencialmente relativo à vida de comunhão e à missão da própria Igreja.<sup>121</sup>

212. Os *movimentos eclesiais* integrem-se nas Igrejas Particulares, trazendo a contribuição de seu próprio carisma, porém sem se deixar condicionar totalmente pelas características do seu país de origem. Embora respondam muitas vezes a anseios das classes médias, procurem assumir a evangélica opção preferencial pelos pobres. Valorizem a fé como experiência pessoal, sem esquecer a dimensão comunitária e social. Cuidem da formação de seus membros, pondo sua organização moderna a serviço da evangelização.

213. Os pastores na Igreja, mesmo perante possíveis e compreensíveis dificuldades de algumas formas agregativas e perante novas formas que vão se impondo, não podem abdicar do serviço da sua autoridade, não apenas pelo bem da Igreja, mas até pelo bem dessas mesmas agregações laicais. Nesse sentido, eles devem acompanhar a sua ação de discernimento com a orientação e, sobretudo, com o encorajamento em ordem a um crescimento das agregações dos fiéis leigos na comunhão e na missão da Igreja.<sup>122</sup>

214. Todos, pastores e fiéis, temos a obrigação de favorecer e de alimentar constantemente os vínculos e as relações fraternas de estima, cordialidade e colaboração entre as várias formas agregativas de leigos. Só assim, a riqueza dos dons e dos carismas que o Senhor nos dá pode dar sua contribuição fecunda e ordenada para a edificação da casa comum.<sup>123</sup>

215. É necessário valorizar e articular os *mecanismos de comunhão e participação* e melhorar a comunicação interna na Igreja para criar um clima de corresponsabilidade.

216. As *pastorais específicas* ajudem nossas Igrejas a enfrentarem problemas e desafios urgentes da sociedade. Algumas “pastorais específicas” facilmente se articulam com a paróquia ou a diocese. Outras, mais especializadas e ligadas com realidades mais conflitivas, às vezes, desenvolvem concepções de Igreja e de pastoral que nem sempre se integram com a Igreja particular. Elas têm o mérito de buscar responder a desafios da modernidade e da realidade social, constituindo-se numa das formas mais eficazes de presença da Igreja no mundo. Daí a necessidade de se aprofundar o diálogo, na perspectiva da missão, visando à superação de certas dificuldades que ainda persistem.

217. Especial atenção seja dada à *família*, também quando incompleta ou dividida. Seja dada atenção aos graves obstáculos que ela encontra na sociedade atual para realizar a sua missão. “É necessário voltar a considerar a família como o “Santuário da Vida”. Contra a denominada cultura da morte, a família constitui a sede da cultura da vida”.<sup>124</sup> Continua atual o apelo de João Paulo II: “Fazei todos os esforços para que haja uma pastoral familiar. Atendei um campo tão prioritário com a certeza de que a evangelização do futuro depende em grande parte da “Igreja doméstica”.<sup>125</sup>

218. Urge levar adiante também, com grande empenho, a *opção preferencial pelos jovens*, “para que evangelizados, evangelizem e contribuam para a libertação integral da pessoa humana e da sociedade, levando a uma vida de comunhão e participação”.<sup>126</sup>

219. Não se pode perder de vista a necessidade de uma *pastoral para as massas*, revalorizando-se as missões populares, romarias, peregrinações, concentrações e outras formas de expressão religiosa do povo.

220. Percebemos a emergência de *novos movimentos sociais* não-eclesiais, nos quais os católicos participam (por exemplo: movimento ecologista, feminista, de cultura negra e outros). Neles, os cristãos atuam como fermento na massa. Muitas vezes esses movimentos sociais colocam grandes desafios para a ação da Igreja no que se refere à evangelização, à catequese, à liturgia.

221. A história da América Latina impôs uma política de assimilação ou integração cultural, submetendo e sacrificando muitas vezes as culturas indígenas e africanas. Impõe-se hoje, urgentemente, à consciência cristã, não apenas reconhecer claramente suas responsabilidades históricas e seus pecados nesta matéria, mas afirmar, com absoluta firmeza, o princípio do respeito a todas as culturas e particularmente a defesa das culturas oprimidas e injustiçadas.

222. É necessário que se aprofunde a *questão da inculturação*, tanto na evangelização de grupos caracterizados por uma cultura própria (por exemplo: negros, índios, nômades etc.), como na maioria do povo que vive um processo de fragmentação cultural.

223. É preciso formar a *consciência missionária* nas comunidades e, em particular, apoiar atividades missionárias além-fronteiras, em sintonia com Puebla, que nos propõe “dar da nossa pobreza”.<sup>127</sup>

224. A *Catequese* busque formar para a consciência e vivência comunitária da fé. Isso exige que se continue investindo com vigor na Catequese Renovada e se dê atenção às diferentes culturas.

225. Na *Liturgia*, sejam valorizadas as expressões simbólicas e culturais da comunidade humana que celebra. Aprofunde-se a consciência comunitária pela celebração da Palavra, da Eucaristia, dos outros sacramentos e demais expressões litúrgicas.

226. No *âmbito ecumênico*, aprofunde-se a reflexão teológica e pastoral sobre o pluralismo religioso e estimulem-se as ações comunitárias que facilitem o diálogo ecumênico e o clima de cooperação.

### 3. PRESENÇA MAIS SIGNIFICATIVA DA IGREJA NA SOCIEDADE

#### Fundamentação teológica

227. Do ponto de vista teológico, a Igreja não pode se limitar a orientar a experiência religiosa individual, nem a formar grupos ou comunidades que vivam isolados. A tradição bíblica e eclesial, bem como o Magistério atual, querem que a Igreja, para ser fiel à sua missão, assuma uma posição explícita em face da sociedade e das macro-estruturas. A Igreja no Brasil quer decididamente “participar da construção de uma sociedade justa e solidária, a serviço da vida e da esperança nas diferentes culturas, a caminho do Reino definitivo”.

228. Essa posição foi assumida pelo Vaticano II, que apresenta a Igreja como “Sacramento de Salvação”, sinal e instrumento que aponta para o destino de toda a humanidade.<sup>128</sup> Isso é claramente manifesto também na “Gaudium et Spes” que, ao tratar das relações da Igreja com a política afirma: “A Igreja que, em razão de sua finalidade e competência, de modo algum se confunde com a comunidade política e nem

está ligada a nenhum sistema político, é, ao mesmo tempo, sinal e salvaguarda do caráter transcendente da pessoa humana".<sup>129</sup>

229. Em sua encíclica "Redemptoris Missio", o Papa João Paulo II afirma: "Com a mensagem evangélica, a Igreja oferece uma força libertadora e criadora de desenvolvimento, exatamente porque leva à conversão do coração e da mentalidade, faz reconhecer a dignidade de cada pessoa, predispõe à solidariedade, ao compromisso e ao serviço dos irmãos, insere o ser humano no projeto de Deus, que é a construção do Reino de paz e de justiça, já a partir desta vida".<sup>130</sup>

230. A missão implica no cuidado da Igreja de não se nivelar com as forças políticas em busca do poder, mas em refletir a imagem de Cristo, Servidor da humanidade, sobretudo dos mais pobres. Veio para servir e não para ser servido.<sup>131</sup>

231. A "nova evangelização", da qual o mundo moderno tem urgente necessidade, deve incluir entre os seus aspectos essenciais o anúncio da doutrina social da Igreja, a qual nos convida a reafirmar uma autêntica teologia da libertação.<sup>132</sup>

232. A Igreja encara com simpatia o sistema da democracia, enquanto assegura a participação dos cidadãos na política e garante aos governados a possibilidade, quer de escolher e controlar os próprios governantes, quer de substituir os participantes, quando tal se torne oportuno; ela não pode, portanto, favorecer a formação de grupos restritos de dirigentes que usurpam o poder do Estado a favor dos seus interesses particulares ou dos objetivos ideológicos.<sup>133</sup>

A Igreja no Brasil procura contribuir para que se torne realidade não apenas uma democracia formal, mas uma justa repartição dos bens e oportunidades, permitindo a todos o exercício pleno da cidadania e garantindo ao povo uma efetiva participação econômica, social e política.

233. No esforço de promoção da democracia e da justiça social, a Igreja colabora com todas as forças sociais e movimentos populares que buscam a defesa dos direitos da pessoa humana, a valorização da cultura popular, a promoção de uma formação política autêntica, respeitando o pluralismo das opções partidárias.<sup>134</sup>

234. No plano religioso, a atitude democrática comporta, ainda, respeito ao pluralismo e atitude ecumênica de diálogo.

235. No plano cultural, essa mesma atitude democrática exige a defesa dos direitos das minorias étnicas, dos povos indígenas, dos negros, a promoção das culturas oprimidas, em que a Igreja hoje se mostra particularmente empenhada.

236. A Igreja Católica, ciente de sua missão universal, testemunha também seu interesse ativo pela paz e solidariedade entre todos os povos e partilha, de forma significativa, a partir de sua pobreza, seus recursos humanos e materiais com as Igrejas de outros Países, em apoio à missão "ad gentes".

### **Indicações práticas e conseqüências pastorais**

237. A Igreja no Brasil quer continuar seu ensino social e sua atuação específica na sociedade. Todavia, diante dos novos desafios e das rápidas mudanças na sociedade, é importante prever também novas iniciativas e tornar mais significativas, do ponto de vista da evangelização, as atividades da Igreja no campo social.

238. A partir de uma atenta análise da realidade, a Igreja continuará a elaborar e desenvolver sua doutrina ou ética social, tornando-a mais acessível à compreensão da maioria do povo, de modo que possa inspirar uma efetiva ação de transformação da sociedade no sentido de maior justiça e solidariedade. Tal elaboração pode ser feita por pastores e leigos, com a colaboração de cientistas sociais e de todos os que possam

contribuir para a mesma finalidade. Para superar a tendência de aceitar uma representação esquemática e simplificada da realidade social, é oportuno incentivar a pesquisa, o estudo da evolução da sociedade e o discernimento dos novos problemas e tendências.

239. Na reflexão sobre a ética social, a Igreja no Brasil procurará não se limitar apenas às grandes orientações gerais, mas descer às situações concretas e às realidades específicas. Esse tipo de reflexão entra mais diretamente nos problemas que angustiam o povo. Sendo objeto de debate na opinião pública, tem chance de ser mais significativo e de obter mais repercussão, também em nível de comunicação de massa.

240. Um ponto particular da ética social, que no atual contexto merece aprofundamento, é a crítica da ideologia liberal (ou neo-liberal) que, no fundo, apenas encobre sua incapacidade de subordinar a economia à política e à ética, segundo as exigências da democracia e da justiça. No contexto do capitalismo liberal e do consumismo, a Igreja se vê desafiada a desmascarar a idolatria do dinheiro e de um estilo de vida baseado sobre a acumulação da riqueza e, às vezes, o exibicionismo e o desperdício, tão mais graves e escandalosos em face da fome e da miséria de milhões de brasileiros.

241. Além de propor uma ética social, a Igreja mostre a raiz de tal ética, isto é, a revelação de Deus, em Cristo. Neste sentido, é importante superar a dicotomia entre mística e política, entre individual e social.

242. A Igreja não apenas proclama uma doutrina social, mas também presta serviços concretos à sociedade. Sobretudo, deve ser coerente e viver efetivamente a evangélica opção preferencial pelos pobres. O Papa João Paulo II exorta os discípulos de Cristo, as comunidades cristãs desde as famílias às dioceses, das paróquias aos institutos religiosos, a fazerem uma revisão da própria vida na perspectiva da solidariedade com os pobres.<sup>135</sup>

243. A Igreja não pode limitar-se à análise, à reflexão e à denúncia. Com as forças sociais e políticas e com os diversos movimentos que expressam o anseio do povo, especialmente dos mais pobres, a Igreja reivindica condições de saúde, alimentação, educação, moradia, trabalho, segurança a que todos têm direito. Ela deve também promover e incentivar a todos a fazer o que possam para aliviar os problemas dos necessitados, em particular dos mais abandonados (menores, doentes, idosos, marginalizados...). Deverá esforçar-se para que suas iniciativas apontem para a meta da "construção de uma sociedade justa e solidária, a serviço da vida e da esperança".

244. Este empenho prioritário pelos mais necessitados e pela defesa dos direitos dos mais fracos não pode ser apenas uma expressão exterior da ação da Igreja, uma pastoral de tipo assistencialista. Deve levá-los a assumir o próprio destino, numa metodologia personalizante e de compromisso.

Tal empenho penetre a vida e a ação eclesial, como opção evangélica, inspirando também a catequese e a liturgia. Este mesmo empenho deveria determinar as opções pastorais de paróquias, dioceses, a distribuição dos recursos humanos e materiais, tornando efetivamente visível a evangélica opção preferencial pelos pobres.

245. Diante das graves e urgentes necessidades do povo brasileiro, especialmente dos pobres, a Igreja sente-se chamada, muitas vezes, a exercer uma função de suplência no campo social, assumindo serviços que deveriam ser realizados pelo Estado ou outros organismos da sociedade.

246. Nesta mesma perspectiva, incentive-se a solidariedade com os outros países pobres, em especial, com os outros povos da América Latina, levando em conta as relações entre Norte e Sul.

247. No contexto da modernidade e da atual fase de economia brasileira, merecem atenção especial, por parte da Igreja, os problemas do trabalho e dos trabalhadores. A Campanha da Fraternidade de 1991 e as orientações pastorais referentes ao “Mundo do Trabalho” do Doc. 40 da CNBB devem ser levados adiante por todas as forças vivas da Igreja no Brasil.

248. É urgente promover a atuação dos leigos nas diversas esferas da sociedade (política, ciências, técnica, artes, MCS) e nos vários campos profissionais. Por isso, é preciso valorizar e reforçar as organizações do laicato.

249. A influência atual dos Meios de Comunicação Social na opinião pública e na formação das consciências requer da Igreja uma atitude mais ativa. A Igreja contribua também para que, na própria opinião pública cresça a consciência crítica em face dos MCS. A própria Igreja empenhe-se para oferecer um tipo alternativo de comunicação, marcada pela transparência, pela capacidade de escutar, pelo esforço em dar a palavra a todos, especialmente aos que “não têm voz” na sociedade. Finalmente, atualize e aprimore seus próprios meios de comunicação, colocando-os efetivamente a serviço da evangelização e prepare seu pessoal para torná-lo mais apto a comunicar melhor.

250. Diante dos conflitos na sociedade e na Igreja, busque-se, antes de tudo, aceitar as diferenças e aprofundar a reflexão sobre os modos de manter o diálogo e expressar a comunhão.

251. É preciso levar adiante o esforço de formação específica, preparando os cristãos para uma inserção ativa na sociedade, inclusive, despertando as Assembléias Litúrgicas para a dimensão social e política da caridade.

252. Para tornar mais claras as exigências do Evangelho e mais significativo o testemunho cristão na sociedade, procure-se a cooperação com outras Igrejas cristãs e com o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC).

253. A pastoral da educação, tanto na escola católica quanto nas escolas públicas, seja estimulada e assumida com empenho nos diferentes níveis da Igreja no Brasil.

254. A presença pública da Igreja deve se manifestar em nível nacional. Isso exige reforçar iniciativas comuns, particularmente através da Conferência Episcopal e de outros organismos do povo de Deus, levando a Igreja a ser chama profética a serviço do Reino.

## CAPÍTULO V: OS EVANGELIZADORES

255. Jesus Cristo continua sua missão evangelizadora pela ação do Espírito Santo, o “agente principal da Evangelização”, através de sua Igreja.<sup>136</sup>

256. A Igreja, toda ela evangelizadora, encarna-se de fato nas Igrejas particulares. “Todo o mistério da Igreja está contido em cada uma das Igrejas particulares, desde que não se isole, mas permaneça em comunhão com a Igreja universal e, por sua vez, se faça missionária”.<sup>137</sup>

257. Em sua Igreja, universal e particular, por graça e ação do Espírito Santo, “Cristo a uns concedeu ser apóstolos, a outros profetas, a outros evangelistas, a outros pastores e mestres, para aperfeiçoar os santos em vista do ministério, para a edificação do Corpo de Cristo”.<sup>138</sup> No entanto, “evangelizar não é para quem quer que seja, um ato individual e isolado, mas profundamente eclesial”, que deve ser exercido em “união com a missão da Igreja e em nome da mesma”.<sup>139</sup>

258. Tendo em vista as mudanças na sociedade, e suas repercussões na ação evangelizadora, parecem emergir algumas urgências e alguns desafios para as mesmas Igrejas particulares, entre os quais queremos destacar a *formação permanente dos agentes, a articulação da ação evangelizadora e os novos sujeitos eclesiais*.

## 1. URGÊNCIAS NO CAMPO DA FORMAÇÃO PERMANENTE

### Vocação e Missão dos Leigos

259. O Concílio Vaticano II, o Sínodo sobre os Cristãos Leigos e o ensinamento do Magistério apontam fortemente para um novo perfil de Igreja, aberta à presença ativa dos leigos, “que tem o seu fundamento sacramental no Batismo e na Confirmação, bem como, para muitos deles, no Matrimônio”.<sup>140</sup> Eles são insistentemente chamados a viverem sua vocação e assumirem sua missão, quer na Igreja, quer na sociedade. À luz de tais orientações, torna-se necessário reexaminar a prática eclesial com relação à vocação e à missão dos leigos, bem como em relação à sua formação.

260. a) Em relação à presença dos leigos nas atividades da comunidade eclesial, constatam-se alguns avanços. Em muitas comunidades, paróquias e Igrejas particulares, exercem tarefas importantes no ministério da Palavra, nas celebrações, de ação social e caritativa e na administração. Sua presença destaca-se nas comunidades eclesiais de base, nas pastorais específicas, seja na animação e coordenação, seja na assessoria nos vários níveis. Participam ativamente nos conselhos e assembléias.

Outros leigos têm encontrado espaço para sua vocação e oportunidade de ação apostólica nos variados movimentos. Receberam incentivo também as organizações próprias dos leigos em seus conselhos diocesanos, regionais e nacional. As mulheres, por sua vez, estão buscando espaço para o verdadeiro reconhecimento de sua responsabilidade pessoal e própria.

261. Constata-se também que a presença dos leigos e seus serviços na comunidade eclesial dão-se, com frequência, num clima de suplência do ministro ordenado. Esta situação levou, quer à clericalização de muitos leigos, quer à sua permanência numa condição diminuída e dependente em face de uma Igreja fortemente centrada no clero. Sua participação nas decisões pastorais, com efetiva responsabilidade, é ainda muito reduzida.

262. Chegou, certamente, o momento de as Igrejas assumirem uma maior definição quanto à presença e ação dos leigos na comunidade eclesial. A experiência já adquirida deve ser amplamente alargada e aprofundada.

263. b) A missão dos leigos na sociedade é conhecida: “O campo próprio de sua atividade evangelizadora é justamente o vasto e complicado mundo da política, da realidade social e da economia, como também o da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos “mass média”, e ainda outras realidades abertas à evangelização, como sejam o amor, a família, a educação das crianças e dos adolescentes, o trabalho profissional e o sofrimento”.<sup>141</sup>

264. Constata-se, no caso brasileiro, que as realidades deste vasto e complicado mundo – campo próprio dos leigos – estruturam-se, em geral, à margem das exigências cristãs e do pensamento da Igreja. É generalizado o fenômeno de separação entre Evangelho e cultura, entre fé e vida, entre fé e política, entre ética e economia. Já não subsiste, de maneira natural, um modelo de comportamento inspirado pela fé cristã. O referencial da vida social e profissional é, antes, o utilitário ou o funcional, sem abertura para o transcendente. Em todas essas áreas a Igreja precisa contar com militantes competentes, em número expressivo e suficiente peso nas decisões sociais.

265. c) Apesar dos esforços já empreendidos, seja através de campanhas por ocasião de eventos políticos, regionais e nacionais, seja através de cursos, encontros, até mesmo com certa regularidade, em Centros de Treinamento, de Evangelização e de Formação, os cristãos leigos encontram-se ainda despreparados, quer para as atividades na comunidade eclesial, quer para sua função cristã na sociedade. Eles não tiveram acesso, em número significativo, a uma formação teológica mais sólida, que os habilite a um

compromisso eclesial e social mais responsável e competente. Da mesma forma, é ainda insuficiente a sua preparação para animar e exercer responsabilidades públicas (políticas) como testemunho do Evangelho a serviço do bem do povo.

266. As “coisas novas” do complicado mundo atual foram analisadas sucessivamente pelo magistério da Igreja, com rica reflexão doutrinal. Da mesma forma, a vocação e missão dos cristãos leigos na sociedade receberam lúcidos ensinamentos teológicos. Mas tais análises, reflexões e ensinamentos não são suficientes. Fazem-se necessárias novas posturas pastorais, entre as quais destacamos:

267. – partir da problemática dos leigos, trazida de seu próprio ambiente temporal, com maior aproximação à sua real situação, em diálogo franco e adulto com eles;

268. – socorrer-se do indispensável trabalho de especialistas, sobretudo leigos, na reflexão teológica sobre questões como “fé e modernidade”, “fé e ciência”, “fé e o mundo da tecnologia”, “ética social e princípios cristãos” para uma presença no mundo contemporâneo;

269. – criar adequados organismos de reflexão e participação. Nossos conselhos e assembleias pastorais, pensados até agora prevalentemente em função daqueles que atuam no interior da comunidade eclesial, devem estender seu alcance à missão dos leigos na sociedade;

270. – realizar maiores investimentos, inclusive financeiros, na formação de lideranças, quer entre os “construtores da sociedade”, quer nos meios populares, sem os quais as estruturas temporais não serão permeáveis aos valores evangélicos;

271. – retomar, com novo vigor de formação, a pastoral da juventude, seja dos meios populares, seja dos meios colegiais e universitários, indispensável para a renovação da sociedade.

272. Em síntese, cabe-nos acolher o apelo e a orientação de João Paulo II aos Bispos do Brasil, no sentido de que “uma prioridade importante e inadiável seja a de formar leigos.... Formar leigos significa favorecer-lhes a aquisição de verdadeira competência e habilitação no campo em que devem atuar; mas significa, sobretudo, educá-los na fé e no conhecimento da doutrina da Igreja naquele campo”.<sup>142</sup>

### **Renovação do Ministério Ordenado**

273. As urgências de uma Igreja evangelizadora, nas circunstâncias atuais do mundo e da sociedade brasileira, levam a uma reflexão sobre a forma de atuação dos ministros ordenados, em todos os seus graus, particularmente dos presbíteros. Tal reflexão é também exigida pelo reconhecimento do direito e do dever de participação dos leigos, bem como pelo testemunho e ação dos membros de Institutos de Vida Consagrada, na tarefa comum da evangelização.

274. Não é possível chegar a uma Igreja, toda ela responsável pela evangelização, sem reformular a posição e o papel tradicionalmente assumido pelos ministros ordenados. É o próprio Concílio que o afirma: “O mesmo Espírito Santo, enquanto impele a Igreja a abrir novos caminhos para abordar o mundo de nosso tempo, sugere e encoraja também adaptações que se impõem ao ministério”.<sup>143</sup> Não se trata, evidentemente, de reformular o ministério ordenado no que o constitui essencialmente. Não estão em jogo suas características como dom do Senhor à sua Igreja, transmitido pelo sacramento da Ordem, com todas as suas conseqüências de ordem pessoal e ministerial. Trata-se do exercício do ministério ordenado, que se realiza em circunstâncias absolutamente novas, tais como se manifestam nas novas necessidades dos homens e no tipo de civilização atual.<sup>144</sup>

275. A ação pastoral de nossas Igrejas, em que pese os esforços realizados e os avanços alcançados, é ainda excessivamente dependente dos ministros ordenados, especialmente do bispo e do presbítero. Ao invés de uma comunhão “orgânica” na diversidade e complementariedade, constata-se freqüentemente uma verdadeira dependência que diminui a responsabilidade dos demais agentes, em face de uma espécie de monopólio pastoral por parte dos pastores. Às vezes, as iniciativas mais dinâmicas de evangelização (CEBs, pastorais específicas, movimentos apostólicos e os leigos em geral) ficam condicionadas à boa vontade dos pastores, muitas vezes absorvidas pela pastoral de manutenção e de administração. Pode-se, assim, compreender as manifestações que reivindicam “autonomia” por parte de leigos, CEBs, movimentos e pastorais específicas, e, mais recentemente, por parte das mulheres.

276. O ministério ordenado necessita recuperar sua vivência colegial. A forma individualista do exercício do ministério ordenado é um dos principais entraves à realização de uma Igreja toda ela responsável pela missão. É ao presbitério como um todo e não aos presbíteros separadamente, nem ao bispo isolado, que é confiado o pastoreio da Igreja particular.

277. Entre outros, podemos destacar alguns pontos para a reformulação da prática pastoral do ministério ordenado. Em primeiro lugar, o ministério ordenado só adquire seus contornos verdadeiros se assumido e exercido como serviço à comunidade eclesial, visando torná-la adulta, responsável e atuante.<sup>145</sup> Isto exige, de um lado, profunda compreensão e senso comunitário e, de outro, o acolhimento dos carismas, abertura aos ministérios e o reconhecimento da justa autonomia dos estados de vida na Igreja e de suas organizações.

278. Em segundo lugar, impõe-se a diversificação do exercício do ministério ordenado diante das múltiplas exigências da ação evangelizadora. A imensa maioria dos presbíteros ocupa-se de tarefas paroquiais. Sente-se a carência de ministros capacitados para outros ministérios, tais como a formação permanente, a coordenação pastoral, o acompanhamento dos movimentos, a animação de áreas pastorais, mesmo tradicionais, como a família e a juventude, a assessoria de pastorais específicas. A maior ausência está no campo da educação, na universidade, na comunicação social e no mundo técnico-científico e da intelectualidade. Não se trata de ser especialista nestes campos, mas de saber levar a eles o específico do ministério ordenado: a educação da fé, o aprofundamento da vivência, o testemunho evangélico.

279. Em terceiro lugar, é necessária a evangelização pelo contato e diálogo pessoal, superando o distanciamento da vida concreta dos homens. Tal distanciamento, provocado também pelo excesso de atividades e pela falta de planejamento, impede uma visão mais abrangente da problemática vivida pelos cristãos leigos. Ora, “não podemos dizer nunca e enaltecer bastante todo o bem que fazem os sacerdotes que, através do sacramento da Penitência ou através do diálogo pastoral, demonstram-se dispostos a orientar as pessoas pelas sendas do Evangelho...”.<sup>146</sup>

280. Estes e outros pontos, que indicam a necessidade da reformulação do ministério ordenado, implicam no problema crucial da formação inicial, mas especialmente da formação permanente.

Esta parece ser mais necessária e, ao mesmo tempo, mais difícil. Não são suficientes as costumeiras reuniões pastorais, nem mesmo os cursos e encontros de curta duração. É necessário oferecer oportunidade para uma formação permanente mais profunda, através de cursos mais longos a nível regional e nacional, e através de organismos de apoio acessíveis. São louváveis as primeiras iniciativas já realizadas.

281. O mesmo se deve dizer da formação permanente dos diáconos. Em virtude de sua formação inicial nem sempre muito profunda, faz-se necessário um processo continuado de atualização, quer teológica, quer pastoral. Como em sua maioria devem cuidar simultaneamente de sua família, de sua profissão e de seu ministério diaconal, é

necessária muita criatividade na busca de um processo formativo que harmonize todas essas dimensões de sua existência.

282. No Brasil, já estão sendo tomadas iniciativas para a atualização do ministério episcopal, tanto em nível regional, quanto em nível nacional. A necessidade de atualização permanente é cada vez mais sentida, e as iniciativas estão sendo bem recebidas. Os novos desafios da evangelização recomendam que se ampliem as oportunidades.

### **Renovação da Vida Religiosa**

283. Em recente carta, o Papa João Paulo II resume a participação dos religiosos e religiosas da AL na nova Evangelização nestes termos: pôr-se a serviço do Reino, a partir de uma profunda experiência de Deus, com o espírito dos Fundadores, em estreita colaboração com os sacerdotes e os leigos, participando da evangelização da cultura e da evangelização fora das próprias fronteiras. No que se refere à evangelização, os religiosos e religiosas do Brasil, nos últimos anos, redescobrem sua dimensão eclesial, através da inserção nas Igrejas particulares, num crescente compromisso com a pastoral de conjunto.<sup>147</sup>

284. Além das tarefas tradicionais nas áreas da educação, da saúde e das obras de assistência e caridade e da participação nas atividades pastorais na comunidade eclesial, a Vida Religiosa, sobretudo feminina, redescobriu recentemente novos campos. Exerce seu ministério profético, através de comunidades inseridas no mundo rural e nas periferias das cidades. Igualmente o faz através da participação na pastoral, pela animação de comunidades eclesiais de base e de pastorais específicas de natureza social, tais como a CPT, CPO, CIMI, Pastoral do Menor, Pastoral da Criança etc.

Nesse processo, a Vida Religiosa tem-se renovado também por dentro dela mesma, aprofundando sua consagração a Deus na vivência dos Conselhos Evangélicos. Esse é, sem dúvida, o melhor serviço que o Povo de Deus espera dela. Com efeito, sua “força pastoral” lhe vem sobretudo do fato de ser expressão do seguimento de Cristo no meio do Povo de Deus e sinal de esperança para ele.

285. Contudo, pela inserção na Igreja particular e na sociedade, ela pode se defrontar com alguns riscos. Em sua relação com a Igreja particular, de um lado, há o risco de fazer uma pastoral sem ligação orgânica com a Igreja local e, de outro, o de reduzir a Vida Religiosa a tarefas pastorais. Em sua relação com a sociedade, há riscos a evitar, tais como o do isolamento da realidade conflitiva da sociedade, formando um mundo à parte ou então, o da redução da Vida Religiosa ao ativismo social. O desafio consiste em cuidar para que a Vida Religiosa se insira na realidade como fermento novo e como testemunho evangélico.

286. Para a renovação da Vida Religiosa, além das iniciativas no interior dos respectivos Institutos, há o vasto serviço da Conferência dos Religiosos do Brasil, com as secções regionais e diocesanas, com inúmeras iniciativas intercongregacionais de formação inicial e de formação permanente. Todo esse esforço de renovação, realizado em comunhão com a Igreja, deve ser estimulado. Assim, a Vida Religiosa, por força de seu carisma específico, tornar-se-á cada vez mais evangelizadora, como testemunho do absoluto de Deus e da dimensão transcendente da vida num mundo em mudança.

## **2. EXIGÊNCIAS NO CAMPO DA ARTICULAÇÃO PASTORAL**

287. Constata-se na ação pastoral, de um lado, a fragmentação e dispersão de atividades e, de outro, a busca de uma articulação. A fragmentação da ação pastoral é fruto de muitas causas, já conhecidas. A busca de uma articulação manifesta-se na prática da planificação pastoral, na instituição de organismos de reflexão e avaliação, nos encontros de comunicação de experiências.

288. A necessidade da articulação decorre também do fato que, no mundo moderno, as realidades peculiares de um território e da respectiva população ultrapassam suas fronteiras, numa permuta de influências. Valores e condições existenciais são fortemente condicionados por dinamismos que extrapolam as divisões territoriais. Os meios de comunicação social fazem com que vivamos numa aldeia global. A colegialidade efetiva na Igreja é, assim, condição indispensável para responder a problemas modernos amplos e para a realização plena de sua missão.

289. Podemos indicar os seguintes princípios que devem orientar o processo de articulação: 1) o da variedade-complementariedade; 2) o da autonomia, 3) o da subsidiariedade e 4) o da participação responsável.

290. a) A articulação pastoral decorre da própria natureza da Igreja-comunhão. Ensina João Paulo II: "A Comunhão eclesial configura-se, mais precisamente, como comunhão "orgânica", análoga à de um corpo vivo e operante: ela, de fato, caracteriza-se pela presença simultânea da *diversidade e da complementariedade* das vocações e condições de vida, dos ministérios, carismas e responsabilidades".<sup>148</sup>

291. b) Pelo princípio da *autonomia*, todos os membros da Igreja, individualmente ou associados, têm o dever e o direito de cultivar, por si mesmos, os próprios carismas, a própria identidade eclesial e a própria espiritualidade, para o enriquecimento da Igreja. Conseqüentemente, a articulação pastoral, longe de nivelar os carismas eclesiais, deve visar ao seu pleno desenvolvimento na comunhão orgânica da Igreja.

292. c) Pelo princípio da *subsidiariedade*, deve ser dado a cada pessoa, à pequena comunidade, à paróquia, maior autonomia possível, em tudo o que cada uma delas é capaz de fazer. Em virtude deste princípio, a articulação pastoral deverá ajudar a estabelecer uma melhor distribuição de tarefas entre os diversos agentes e organismos, definindo as atribuições de cada um. Conexo com o princípio da subsidiariedade está o princípio da descentralização.

293. d) Pelo princípio da *participação responsável*, a articulação deve envolver o maior número possível de interessados, seja na reflexão, seja na decisão, seja na execução, seja na avaliação. A participação não suprime as responsabilidades específicas e nem as nivela. É fundamental ter claro e definir com nitidez, dentro de um grande processo participativo, as competências, de acordo com a natureza das decisões.

294. Decorrente da comunhão orgânica da Igreja, a articulação não significa imposição rígida de esquemas fixos para todos. É, antes, a efetiva comunicação entre agentes e instâncias da evangelização e da pastoral, através de intercâmbio de experiências, melhor distribuição de tarefas em que haja espaço para o pluralismo, sem que um destrua o trabalho do outro, mas o complementa.

### **A articulação envolve pessoas e atividades**

295. a) A *articulação de pessoas* é normalmente realizada mediante reuniões e encontros. Através deles, além da comunicação de experiências e da troca de conhecimentos, desenvolve-se a solidariedade, a fraternidade e a compreensão mútua. Para que não se multipliquem além da necessidade, dever-se-á cultivar o senso da representação, habituando-se a agir com representantes das "bases" junto às instâncias superiores e como multiplicadores junto às "bases", das decisões comuns. O êxito das reuniões e encontros depende da capacidade e até mesmo da virtude de aceitar e acolher as diferenças das pessoas e das opiniões.

296. b) A *articulação das atividades*, significando a adequada distribuição de tarefas entre agentes e organismos, com suas respectivas atribuições, é normalmente realizada através do processo de planejamento pastoral. "A ação pastoral planejada é a resposta específica, consciente e intencional às exigências da evangelização. Deverá realizar-se num processo de participação em todos os níveis da comunidade e pessoas interessadas,

educando-as numa metodologia de análise da realidade, para depois refletir sobre essa realidade do ponto de vista do Evangelho e optar pelos objetivos e meios mais aptos e fazer deles um uso mais racional na ação evangelizadora.<sup>149</sup>

297. Ao se elaborar o conteúdo da ação pastoral, os agentes, grupos ou organismos deverão ter presente todas as “dimensões da evangelização”. Mesmo atuando numa área específica, ou privilegiando uma “linha” determinada, não se esquecerão da integração orgânica do todo. Assim, uma atividade catequética não poderá esquecer que ela deve levar a uma melhor participação na vida litúrgica, a uma consciência missionária, a um empenho social efetivo....

O mesmo se deve dizer das demais dimensões. Além disso, toda a ação pastoral, com as suas dimensões, deve alcançar os níveis pessoal, comunitário e social. Assim, cada dimensão deve também ser pensada e planejada em referência a esses diferentes níveis, atingindo pessoas, comunidades e a sociedade global.

298. Igualmente no planejamento pastoral é importante articular as “atividades permanentes”, tais como a catequese, a liturgia, e “as atividades conjunturais”, como a Campanha da Fraternidade. Essas atividades não podem-se desenvolver de forma paralela ou até ignorarem-se mutuamente. A atividade permanente pode vir a ser questionada e renovada pelo que se descobre no curso de uma atividade conjuntural. As experiências adquiridas durante as atividades conjunturais devem ser incorporadas nas atividades permanentes. Por sua vez, as atividades permanentes devem contribuir para inspirar com os valores evangélicos fundamentais a ação da Igreja em face dos desafios conjunturais que, muitas vezes, envolvem situações novas, diante das quais não é fácil discernir a posição autenticamente cristã. Importa, pois, articular corretamente os dois tipos de atividade, de modo que se reforcem mutuamente.

299. Por fim, a advertência de Paulo VI, válida também para a articulação pastoral: “As técnicas de evangelização são boas, obviamente; mas, ainda as mais aperfeiçoadas, não poderiam substituir a ação discreta do Espírito Santo. A preparação mais apurada do evangelizador nada faz sem ele. De igual modo, a dialética mais convincente, sem ele, permanece impotente em relação ao espírito dos homens. E, ainda, os mais bem elaborados esquemas com base sociológica e psicológica, sem ele, em breve se demonstram desprovidos de valor”.<sup>150</sup>

### 3. NOVOS SUJEITOS ECLESIAIS: FORMAÇÃO E ARTICULAÇÃO

300. Constata-se hoje na sociedade, nas religiões e na Igreja, a emergência de novos agentes, atores ou interlocutores, comumente chamados “novos sujeitos históricos”, os quais, em razão de sua forte consciência coletiva, apresentam-se de forma mais ou menos organizada em movimentos, associações, comitês e comunidades. Surgem de diversas inspirações em torno de várias “bandeiras”, tais como a terra e a moradia, a justiça social e os direitos humanos, a vida e a paz, a defesa do meio ambiente e a preservação das culturas, a dignidade da mulher.

301. Os novos sujeitos históricos, sejam sociais, religiosos ou eclesiais, manifestam-se e apresentam-se ora como o “novo” diante do “estabelecido”, ora como o “divergente” diante do “definido”, ora como o “dissidente” diante do “oficial”. Caracteriza-os, inicialmente, a tendência ao questionamento, à denúncia, à contestação e à reivindicação. Mas progridem para a proposta de novas relações e de novas estruturas, em que haja maior participação e maior autonomia, em vista à construção de uma nova sociedade e de uma Igreja rejuvenescida, numa nova humanidade.

Muitas pessoas e grupos reencontram o sentido da vida, até mesmo o caminho do transcendente, de Deus e da Igreja, através dessa luta por novas causas. Assim, vão surgindo muitos dos “novos mártires” de nossa época. Seus questionamentos contêm muitos desafios, que podem tornar-se fatores de renovação da Igreja e da sociedade.

302. Os novos sujeitos eclesiais vão construindo seu próprio processo de formação, com novos métodos e novas expressões. No caso dos novos sujeitos populares, predomina a formação na ação, através da conhecida seqüência “ver, julgar e agir”, com o auxílio de assessores sociais e teológicos. Suas fontes de inspiração são a Bíblia, lida à luz das novas situações de nosso tempo, e a liturgia, em que se unem com rica simbologia, as lutas do Povo de Deus com o sacrifício de Cristo. Por sua vez, os movimentos apostólicos ou de espiritualidade possuem seus próprios métodos de formação.

303. Os novos sujeitos eclesiais ensaiam também seu processo de articulação, quer dentro de suas organizações, quer entre elas, bem assim como os novos sujeitos sociais. Deve ser impulsionado o processo de articulação entre os “antigos” e os “novos” sujeitos eclesiais, especificamente entre estes e as Igrejas particulares e as paróquias. Como devem ser tais articulações, de modo que resulte maior enriquecimento para a Igreja? O assunto deve ser aprofundado a partir da prática e à luz dos sãos princípios da teologia, em comunhão com o magistério da Igreja.

304. É de fundamental importância o acompanhamento dos novos sujeitos eclesiais por parte dos pastores (bispos, presbíteros e diáconos), bem como da própria comunidade eclesial. Vivendo na fronteira entre fé e vida social, os novos sujeitos eclesiais atuam, não raro, ao lado e nas mesmas causas que os agentes sociais. Ora, às vezes, entre esses existem variadas “tendências” de interpretação da realidade e nas formas de ação. Os novos sujeitos eclesiais podem pender para um lado ou para o outro, sob influência de ideais e líderes significativos de sua vida. Um acompanhamento afetivo e efetivo pode garantir a desejada coerência entre fé e vida em sua ação evangelizadora.

## CONCLUSÃO

305. As Diretrizes Gerais da Ação Pastoral (1991-1994) são uma resposta da Igreja, no Brasil, neste momento histórico, aos desafios da sua missão, que é EVANGELIZAR.

306. Três situações principais se apresentam hoje ante os evangelizadores: 1) as populações e os ambientes sócio-culturais que ainda não acolheram a palavra do Evangelho; 2) os católicos batizados, que conservam certa religiosidade, mas que, de fato, encontram-se afastados da comunidade eclesial ou procuram-na apenas ocasionalmente; 3) os católicos que participam assiduamente da vida litúrgica, mas nem sempre assimilaram, em profundidade, a mensagem evangélica, nem assumiram uma atitude missionária ou evangelizadora.

307. Especialmente, através da revitalização dos católicos praticantes, poderemos exercer uma ação evangelizadora nas outras áreas e aproximar os católicos que se acham, de fato, afastados. Esta revitalização supõe uma espiritualidade missionária, uma acolhida do apelo à nova evangelização e um investimento prioritário na FORMAÇÃO DE EVANGELIZADORES.

308. A nova evangelização não é apenas nova no ardor ou na diversidade de evangelizadores. É nova nas expressões e nos métodos. Só pode ser eficaz se adequada aos anseios e desafios do nosso tempo. A complexidade da sociedade moderna, também no Brasil, exige uma ação pastoral que se estenda até ao nível da PESSOA, VALORIZANDO a liberdade e responsabilidade de mulheres e homens, acolhendo-os com sua afetividade e sua experiência religiosa e subjetiva.

Exige DIVERSIFICAÇÃO DA AÇÃO PASTORAL e melhor articulação das atividades realizadas, no respeito das diversas culturas, a serviço da VIDA e da ESPERANÇA, particularmente entre os jovens. Exige ATITUDE CRÍTICA em face das contradições da modernidade e da radicalização dos conflitos sociais. Numa sociedade profundamente desigual, a Igreja é chamada a ser sinal de unidade do gênero humano e de esperança no Reino de Deus. Por isto testemunhará autenticamente sua missão pela OPÇÃO EVANGÉLICA PREFERENCIAL PELOS POBRES e por um serviço às massas populares

excluídas não apenas do progresso, mas até dos bens essenciais, numa sociedade que ignora a solidariedade e a dignidade da pessoa humana.

309. A complexidade e os contrastes da modernidade revelam-se, antes de tudo, no MEIO URBANO, exigindo urgente esforço para pensar e criar uma pastoral adequada ao contexto atual das cidades.

310. Em toda a sua ação pastoral, principalmente no serviço à sociedade, as comunidades eclesiais procurarão trabalhar em diálogo e corresponsabilidade com outras pessoas, grupos e movimentos, que buscam a transformação da sociedade.

311. Em tudo, estarão ATENTAS AOS APELOS DO ESPÍRITO, agente principal da evangelização, ao qual pedimos, pela intercessão de Maria, Mãe da Igreja, o dom do discernimento, para que nossos planos humanos não se afastem do coração de Deus e realizem sua vontade de vida plena para todos.

---

**Nota:1**

**Jo 4,35:** "Vocês não dizem que faltam quatro meses para a colheita? Pois eu digo a vocês: ergam os olhos e olhem os campos: já estão dourados para a colheita".

**Nota:2**

**Lc 21,28:** "Quando essas coisas começarem a acontecer, levantem-se e ergam a cabeça, porque a libertação de vocês está próxima".

**Nota:3**

**Hb 13,8:** "Jesus Cristo é o mesmo, ontem e hoje, e será sempre o mesmo".

**Nota:4**

**Lc 4,18:** "O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos".

**Nota:5**

**Lc 17, 21:** "Nem se poderá dizer: Está aqui ou: está ali, porque o Reino de Deus está no meio de vocês".

**Nota:6**

**Mt 19,21:** "Jesus respondeu: Se você quer ser perfeito, vá, venda tudo o que tem, dê o dinheiro aos pobres, e você terá um tesouro no céu. Depois venha, e siga-me".

**Nota:7**

**1Ts 1,6:** "E vocês imitaram o nosso exemplo e o exemplo do Senhor, acolhendo a Palavra com a alegria do Espírito Santo, apesar de tantas tribulações".

**Nota:8**

**1Ts 2,13:** "O motivo do nosso contínuo agradecimento a Deus é este: quando ouviram a Palavra de Deus que anunciamos, vocês a acolheram não como palavra humana, mas como ela realmente é, como Palavra de Deus, que age com eficácia em vocês que acreditam".

**Nota:9**

**1Cor 9,16:** "Anunciar o Evangelho não é título de glória para mim; pelo contrário, é uma necessidade que me foi imposta. Ai de mim se eu não anunciar o Evangelho!".

**Nota:10**

**RM 44:** "O anúncio tem a prioridade permanente na missão: a Igreja não pode esquivar-se ao mandato explícito de Cristo, não pode privar os homens da Boa-Nova de que Deus os ama e salva. A evangelização conterà sempre como base, centro e, ao mesmo tempo, vértice do seu dinamismo uma proclamação clara de que, em Jesus Cristo (...) a salvação é oferecida a cada homem, como dom de graça e de misericórdia do próprio Deus. Todas as formas de atividade missionária tendem para esta proclamação que revela e introduz no mistério, desde sempre escondido e agora revelado em Cristo (cf. Ef 3,3-9; Cl 1,25-29), o qual se encontra no âmago da missão e da vida da Igreja, como ponto fulcral de toda a evangelização.

Na realidade complexa da missão, o primeiro anúncio tem um papel central e insubstituível, porque introduz no mistério do amor de Deus, que, em Cristo, nos chama a uma estreita relação pessoal com ele e predispõe a vida para a conversão. A fé nasce do anúncio, e cada comunidade eclesial consolida-se e vive da resposta pessoal de cada fiel a esse anúncio. Como a economia salvífica está centrada em Cristo, assim a atividade missionária tende para a proclamação de seu mistério.

O anúncio tem por objeto Cristo crucificado, morto e ressuscitado: por meio dele realiza-se a plena e autêntica libertação do mal, do pecado e da morte; nele Deus dá a vida nova, divina e eterna. É esta a Boa Nova, que muda o homem e a história da humanidade, e que todos os povos têm o direito de conhecer. Um tal anúncio tem de se inserir no contexto vital do homem e dos povos que o recebem. Além disso, ele deve ser feito numa atitude de amor e de estima a quem o escuta, com uma linguagem concreta e adaptada às circunstâncias. Para isso concorre o Espírito, que instaura uma união entre o missionário e os ouvintes, tornada possível enquanto um e os outros, por Cristo, entram em comunhão com o Pai."

**Nota:11**

**EN 41:** "E antes de mais nada - sem querermos repetir tudo aquilo já recordado anteriormente - é conveniente realçar isto: para a Igreja, o testemunho de uma vida autenticamente cristã, entregue nas mãos de Deus, numa comunhão que nada deverá interromper, e dedicada ao próximo com um zelo sem limites, é o primeiro meio de evangelização. "O homem contemporâneo escuta com melhor boa vontade as testemunhas do que os mestres - dizíamos ainda recentemente a um grupo de leigos - ou então se escuta os mestres, é porque eles são testemunhas." São Pedro exprime isto mesmo muito bem, quando ele evocava o espetáculo de uma vida

pura e respeitável, “para que, se alguns não obedecem à Palavra, venham a ser conquistados sem palavras, pelo procedimento”. Será pois, pelo seu comportamento, pela sua vida, que a Igreja há de, antes de mais nada, evangelizar este mundo; ou seja, pelo seu testemunho vivido com fidelidade ao Senhor Jesus, testemunho de pobreza, de desapego e de liberdade frente aos poderes deste mundo; numa palavra, testemunho de santidade”.

**Nota:12**

**RM 42:** “O homem contemporâneo acredita mais nas testemunhas do que nos mestres, mais na experiência do que na doutrina, mais na vida e nos fatos do que nas teorias. O testemunho da vida cristã é a primeira e insubstituível forma de missão: Cristo, cuja missão nós continuamos, é a testemunha por excelência (Ap 1,5; 3,14) e o modelo do testemunho cristão. O Espírito Santo acompanha o caminho da Igreja, associando-a ao testemunho que ele próprio dá de Cristo (cf. Jo 15,26-27).

A primeira forma de testemunho é a própria vida do missionário, da família cristã e da comunidade eclesial, que torna visível um novo modo de se comportar. O missionário que, apesar dos seus limites e defeitos humanos, vive com simplicidade, segundo o modelo de Cristo, é um sinal de Deus e das realidades transcendentais. Mas todos, na Igreja, esforçando-se por imitar o divino Mestre, podem e devem dar o mesmo testemunho, que é, em muitos casos, o único modo possível de se ser missionário.

O testemunho evangélico, a que o mundo é mais sensível, é o da atenção às pessoas e o da caridade em favor dos pobres, dos mais pequenos, e dos que sofrem. A gratuidade deste relacionamento e destas ações, em profundo contraste com o egoísmo presente no homem, faz nascer questões precisas, que orientam para Deus e para o Evangelho. Também o compromisso com a paz, a justiça, os direitos do homem, a promoção humana, é um testemunho do Evangelho, caso seja um sinal de atenção às pessoas e esteja ordenado ao desenvolvimento integral do homem”.

**Nota:13**

**Jo 13,34:** “Eu dou a vocês um mandamento novo: amem-se uns aos outros.

Assim como eu amei vocês, vocês devem se amar uns aos outros”.

**Nota:14**

**Jo 17,21:** “para que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim e eu em ti. E para que também eles estejam em nós, a fim de que o mundo acredite que tu me enviaste.”

**Nota:15**

**Lc 10,1:** “O Senhor escolheu outros setenta e dois discípulos, e os enviou dois a dois, na sua frente para toda cidade e lugar aonde ele próprio devia ir”.

**Nota:16**

**At 2,42-44:** “Eram perseverantes em ouvir o ensinamento dos apóstolos, na comunhão fraterna, no partir do pão e nas orações. Em todos eles havia temor, por causa dos numerosos prodígios e sinais que os apóstolos realizavam. Todos os que abraçaram a fé eram unidos e colocavam em comum todas as coisas”.

**2Cor 9,12-14:** “De fato, o serviço desta coleta não deve apenas satisfazer às necessidades dos cristãos, mas há de ser ocasião de dar efusivas ações de graças a Deus. Tal serviço será para eles uma prova; e eles agradecerão a Deus pela obediência que vocês professam ao Evangelho de Cristo e pela generosidade com que vocês repartem os bens com eles e com todos. Eles manifestarão a sua ternura, rezando por vocês por causa da graça extraordinária que Deus concedeu a vocês”.

**Nota:17**

**EN 23:** “O anúncio, de fato, não adquire toda a sua dimensão, senão quando ele for ouvido, acolhido, assimilado e quando ele tiver feito brotar, naquele que assim o tiver recebido, uma adesão do coração. Sim, adesão às verdades que o Senhor, por misericórdia, revelou. Mais ainda, adesão ao programa de vida - vida doravante transformada - que ele propõe; adesão, numa palavra, ao reino, que o mesmo é dizer, ao “mundo novo”, ao novo estado de coisas, à nova maneira de ser, de viver, de estar junto com os outros, que o Evangelho inaugura. Uma tal adesão, que não pode permanecer abstrata e desencarnada, manifesta-se concretamente por uma entrada visível numa comunidade de fiéis.

Assim, aqueles cuja vida se transformou ingressam, portanto, numa comunidade que também ela própria é sinal da transformação e sinal da novidade de vida: é a Igreja, sacramento visível da salvação. Mas, a entrada na comunidade eclesial por sua vez, há de exprimir-se através de muitos outros sinais, que prolongam e desenvolvem o sinal da Igreja. No dinamismo da evangelização, aquele que acolhe o Evangelho como Palavra que salva, normalmente, o traduz depois nestas atitudes sacramentais: adesão à Igreja, aceitação dos sacramentos que manifestam e sustentam essa adesão, pela graça que eles conferem”.

**Nota:18**

**EN 34:** “Assim, ao pregar a libertação e ao associar-se àqueles que operam e sofrem com o sentido de a favorecer, a Igreja não admite circunscrever a sua missão apenas ao campo religioso, como se se desinteressasse dos problemas temporais do homem; mas reafirmando sempre o primado da sua vocação espiritual, ela recusa-se a substituir o anúncio do reino pela proclamação das libertações puramente humanas e afirma mesmo que a sua contribuição para a libertação ficaria incompleta se ela negligenciasse anunciar a salvação em Jesus Cristo”.

**Nota:19**

**Lc 4,18:** “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos”.

**Mt 11,5:** “os cegos recuperam a vista, os paralisados andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e aos pobres é anunciada a Boa Notícia”.

**Nota:20**

**Puebla, 1142:** “Só por este motivo, os pobres merecem uma atenção preferencial, seja qual for a situação moral ou pessoal em que se encontrem. Criados à imagem e semelhança de Deus para serem seus filhos, esta imagem jaz obscurecida e também escarneada. Por isso Deus toma sua defesa e os ama. Assim é que os pobres são os primeiros destinatários da missão e sua evangelização é o sinal e prova por excelência da missão de Jesus”.

**Nota:21**

**Rm 12,2:** “Não se amoldem às estruturas deste mundo, mas transformem-se pela renovação da mente, a fim de distinguir qual é a vontade de Deus: o que é bom, o que é agradável a ele, o que é perfeito”.

**Nota:22**

**RM 14:** “Jesus revela progressivamente as características e as exigências do Reino, por meio de suas palavras, suas obras e sua pessoa.

O Reino de Deus destina-se a todos os homens, pois todos foram chamados a pertencer-lhe. Para sublinhar este aspecto, Jesus aproximou-se sobretudo daqueles que eram marginalizados pela sociedade, dando-lhes preferência, ao anunciar a Boa-Nova. No início do seu ministério, proclama: fui enviado a anunciar a Boa-Nova aos pobres (cf. Lc 4,18). Às vítimas da rejeição e do desprezo, declara: bem-aventurados vós, os pobres (Lc 6,20), fazendo-lhes, inclusive, sentir e viver, já, uma experiência de libertação, estando com eles, partilhando a mesma mesa (cf. Lc 5,30; 15,2), tratando-os como iguais e amigos (cf. Lc 7,34), procurando que se sentissem amados por Deus, e revelando, deste modo, imensa ternura pelos necessitados e pecadores (cf. Lc 15,1-32).

A libertação e a salvação, oferecidas pelo Reino de Deus, atingem a pessoa humana tanto em suas dimensões físicas como espirituais. Dois gestos caracterizam a missão de Jesus: curar e perdoar. As múltiplas curas provam sua grande compaixão diante das misérias humanas; mas significam, também, que, no Reino de Deus, não haverá doenças nem sofrimentos, e que sua missão, desde o início, visa libertar as pessoas desses males. Na perspectiva de Jesus, as curas são também sinal da salvação espiritual, isto é, da libertação do pecado. Realizando gestos de cura, Jesus convida à fé, à conversão, ao desejo do perdão (cf. Lc 5,24). Recebida a fé, a cura impele a ir mais longe: introduz na salvação (cf. Lc 18,42-43). Os gestos de libertação da possessão do demônio, mal supremo e símbolo do pecado e da rebelião contra Deus, são sinais de que o Reino de Deus chegou até vós (Mt 12,28)”.

**Nota:23**

**Ez 37,23:** “Não se contaminarão mais com seus ídolos, com suas abominações e com seus crimes. Vou libertá-los das revoltas que os levaram a pecar. Vou purificá-los, e eles serão o meu povo e eu serei o Deus deles”.

**Nota:24**

**LG 9:** “Todo aquele que pratica a justiça é acolhido por Deus (cf. At 10, 35), em qualquer situação, tempo ou lugar. Deus quis entretanto santificar e salvar os homens não como simples pessoas, independentemente dos laços sociais que os unem, mas constituiu um povo para reconhecê-lo na verdade e servi-lo na santidade.

Escolheu então o povo judeu, fez com ele uma aliança e o foi instruindo gradativamente. Manifestou-se-lhe revelando sua vontade através da história e o santificando para si.

Tudo isso, porém, era preparação e prenúncio da nova aliança, perfeita, a ser realizada em Cristo, Revelação plena, que seria selada pelo próprio Verbo de Deus encarnado. Virão os dias, diz o Senhor, que farei com a casa de Israel e com a casa de Judá uma nova aliança... Colocarei minha lei em seu peito e a escreverei em seu coração. Serei o Deus deles e eles serão o meu povo... Porque todos, grandes e pequenos, me conhecerão (Jr 31, 31-34).

Foi Cristo quem instituiu essa nova aliança, testamento novo, firmado com seu sangue (cf. 1Cor 11, 25), reunindo judeus e pagãos na unidade de um só povo, não segundo a raça, mas segundo o Espírito: o povo de Deus. Os fiéis renascem em Cristo pela palavra de Deus vivo (cf. 1Pd 1, 23), que não está sujeita à corrupção como o está a geração humana. Renascem não da carne, mas pela água e pelo Espírito Santo (cf. Jo 3, 5-6). Constituem, assim, uma raça eleita, sacerdócio régio, nação santa e povo adquirido (...) que antes não era povo, mas se tornou povo de Deus (1Pd 2, 9-10)”.

**Nota:25**

**EN 29:** “Mas a evangelização não seria completa se ela não tomasse em consideração a interpelação recíproca que se fazem constantemente o Evangelho e a vida concreta, pessoal e social, dos homens. É por isso que a evangelização comporta uma mensagem explícita, adaptada às diversas situações e continuamente atualizada: sobre os direitos e deveres de toda a pessoa humana e sobre a vida familiar, sem a qual o desabrochamento pessoal quase não é possível, sobre a vida em comum na sociedade; sobre a vida internacional, a paz, a justiça e o desenvolvimento; uma mensagem sobremaneira vigorosa nos nossos dias, ainda, sobre a libertação”.

**Nota:26**

**SRS 39:** “A prática da solidariedade no interior de cada sociedade é válida quando os seus membros se reconhecem uns aos outros como pessoas. Aqueles que contam mais, dispendo de uma parte maior de bens e de serviços comuns, hão de sentir-se responsáveis pelos mais fracos e estar dispostos a compartilhar com eles o que possuem. Por seu lado, os mais fracos, na mesma linha de solidariedade, não devem adotar uma atitude meramente passiva ou destrutiva do tecido social; mas, embora defendendo os seus direitos legítimos, fazer o que lhes compete para o bem de todos. Os grupos intermédios, por sua vez, não deveriam insistir egoisticamente nos seus próprios interesses, mas respeitar os interesses dos outros.

Sinais positivos no mundo contemporâneo são, ainda, a maior consciência de solidariedade dos pobres entre si, as suas intervenções de apoio recíproco e as manifestações públicas no cenário social sem recorrer à violência, mas tornando presentes as próprias necessidades e os próprios direitos perante a ineficácia e a corrupção dos poderes públicos. Em virtude do seu peculiar compromisso evangélico, a Igreja sente-se chamada a estar ao lado das multidões pobres, a discernir a justiça das suas solicitações e a contribuir para as satisfazer, sem perder de vista o bem dos grupos no quadro do bem comum.

O mesmo critério aplica-se, por analogia, nas relações internacionais. A interdependência deve transformar-se em solidariedade, fundada sobre o princípio de que os bens da criação são destinados a todos: aquilo que a indústria humana produz, com a transformação das matérias-primas e com a contribuição do trabalho, deve servir igualmente para o bem de todos.

Superando os imperialismos de todo gênero e os desígnios de conservar a própria hegemonia, as nações mais fortes e mais dotadas devem sentir-se moralmente responsáveis pelas outras, a fim de ser instaurado um verdadeiro sistema internacional que se apóie no fundamento da igualdade de todos os povos e seja regido pelo indispensável respeito das suas legítimas diferenças. Os países economicamente mais débeis, ou que se encontram nos limites da sobrevivência, com a assistência dos outros povos e da comunidade internacional, hão de ser postos em condições de dar também eles uma contribuição para o bem comum, mediante os seus tesouros de humanidade e de cultura que, de outro modo, se perderiam para sempre.

A solidariedade ajuda-nos a ver o outro pessoa, povo ou nação não como um instrumento qualquer, de que se explora, a baixo preço, a capacidade de trabalho e a resistência física, para o abandonar quando já não serve; mas sim como um nosso semelhante, um auxílio (cf. Gn 2,18.20), que há de tornar-se participante, como nós, do banquete da vida, para o qual todos os homens são igualmente convidados por Deus. Daqui a importância de despertar a consciência religiosa dos homens e dos povos.

Assim, a exploração, a opressão e o aniquilamento dos outros são excluídos. Estes fatos, na divisão atual do mundo em blocos contrapostos, vão confluir no perigo de guerra e na preocupação excessiva pela própria segurança, muitas vezes à custa da autonomia, da livre decisão e da própria integridade territorial das nações mais débeis, que estão abrangidas nas camadas zonas de influência ou nos cinturões de segurança.

As estruturas de pecado e os pecados que nelas vão convergir opõem-se com igual radicalidade à paz e ao desenvolvimento, porque o desenvolvimento, na conhecida expressão da Encíclica de Paulo VI, é o novo nome da paz.

Deste modo, a solidariedade que nós propomos é caminho para a paz e, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento. Com efeito, a paz do mundo é inconcebível se não se chegar, por parte dos responsáveis, ao reconhecimento de que a interdependência exige por si mesma a superação da política dos blocos, a renúncia a todas as formas de imperialismo econômico, militar ou político, e a transformação da recíproca desconfiança em colaboração. Esta última, precisamente, é o procedimento próprio da solidariedade entre os indivíduos e entre as nações.

O lema do Pontificado do meu venerável predecessor Pio XII era *Opus Justitiae Pax*: a paz é fruto da justiça. Hoje poder-se-ia dizer, com a mesma justeza e com a mesma força de inspiração bíblica (cf. Is 32,17; Tg 3,18), *Opus Solidaritatis Pax*: a paz é fruto da solidariedade.

A meta da paz, tão desejada por todos, será certamente alcançada com a realização da justiça social e internacional; mas contar-se-á também com a prática das virtudes que favorecem a convivência e nos ensinam a viver unidos, a fim de, unidos, construirmos, dando e recebendo, uma sociedade nova e um mundo melhor".

**Nota:27**

**Hb 10,23:** "Sem vacilar, mantenhamos a profissão da nossa esperança, pois aquele que fez a promessa é fiel".

**Nota:28**

**Cfl 44:** "O serviço à pessoa e à sociedade humana exprime-se e realiza-se através da *criação e transmissão da cultura*, que, especialmente nos nossos dias, constitui uma das mais graves tarefas da convivência humana e da evolução social. À luz do Concílio, entendemos por cultura todos aqueles meios com que o homem afina e usa os seus múltiplos dons de alma e de corpo; procura submeter ao seu poder, com o saber e o trabalho, o próprio cosmos; torna mais humana a vida social, tanto na família como em toda a sociedade civil, com o progresso do costume e das instituições; enfim, no decorrer do tempo, exprime, comunica aos outros e conserva nas suas obras, para que sejam de proveito a muitos e mesmo à humanidade inteira, as suas grandes experiências espirituais e as suas aspirações. Nesse sentido, a cultura deve ser considerada como o bem comum de cada povo, a expressão da sua dignidade, liberdade e criatividade; o testemunho do seu percurso histórico. Em particular, só dentro e através da cultura é que a fé cristã se torna histórica e criadora de história. Perante o progresso de uma cultura que aparece divorciada não só da fé cristã mas até dos próprios valores humanos, bem como perante uma certa cultura científica e tecnológica incapaz de dar resposta à premente procura de verdade e de bem que arde no coração dos homens, a Igreja tem plena consciência da urgência pastoral de se dar à cultura uma atenção toda especial.

Por isso, a Igreja pede aos fiéis leigos que estejam presentes, em nome da coragem e da criatividade intelectual, nos lugares privilegiados da cultura, como são o mundo da escola e da universidade, os ambientes da investigação científica e técnica, os lugares da criação artística e da reflexão humanística. Tal presença tem como finalidade não só o reconhecimento e a eventual purificação dos elementos da cultura existente, criticamente avaliados, mas também a sua elevação, graças ao contributo das originais riquezas do evangelho e da fé cristã. O que o Concílio Vaticano II escreve sobre a relação entre o Evangelho e a cultura representa um fato histórico constante e, simultaneamente, um ideal de ação de singular atualidade e urgência; é um programa empenhativo que se impõe à responsabilidade pastoral da Igreja inteira e, nela, à responsabilidade específica dos fiéis leigos: A Boa Nova de Cristo renova continuamente a vida e a cultura do homem decaído, combate e elimina os erros e males nascidos da permanente sedução e ameaça do pecado. Purifica sem cessar e eleva os costumes dos povos... Desse modo, a Igreja, só com realizar a própria missão, já com isso mesmo estimula e ajuda a civilização e, com a sua atividade, também a litúrgica, educa o homem para a liberdade interior.

Merecem ser aqui ouvidas de novo certas expressões particularmente significativas da Exortação *Evangelii Nuntiandi* de Paulo VI: A Igreja evangeliza quando, unicamente firmada na potência divina da mensagem que proclama (cf. Rm 1,16; 1Cor 1,18; 2,4), procura converter, ao mesmo tempo, a consciência pessoal e coletiva dos homens, a atividade a que se dedicam e a vida e o meio concreto que lhes são próprios. Estratos da humanidade que se transformam: para a Igreja não se trata tanto de pregar o Evangelho a espaços geográficos cada vez mais vastos ou populações maiores em dimensões de massa, mas de chegar a atingir e como que a modificar pela força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação. Poder-se-ia exprimir tudo isto dizendo: importa evangelizar não de maneira decorativa, como que aplicando um verniz superficial, mas de maneira vital, em profundidade e isto até às suas raízes a cultura e as culturas do homem...A ruptura entre o Evangelho e a cultura é, sem dúvida, o drama da nossa época, como o foi também de outras épocas. Importa, assim, envidar todos os esforços no sentido de uma generosa evangelização da cultura, ou, mais exatamente, das culturas.

O caminho que hoje se privilegia para a criação e a transmissão da cultura é o dos *instrumentos da comunicação social*. Também o mundo dos mass-media, na seqüência do acelerado progresso das inovações e da influência, ao mesmo tempo planetária e capilar, sobre a formação da mentalidade e do costume, constitui uma nova fronteira da missão da Igreja. Em particular, a responsabilidade profissional dos fiéis leigos neste campo, exercida tanto a título pessoal como através de iniciativas e instituições comunitárias, deve ser reconhecida em todo o seu valor e apoiada com mais adequados recursos materiais, intelectuais e pastorais.

No uso e na recepção dos instrumentos de comunicação, tornam-se urgentes tanto uma ação educativa em ordem ao sentido crítico, animado da paixão pela verdade, como uma ação de defesa da liberdade, do respeito pela dignidade pessoal, da elevação da autêntica cultura dos povos, com a recusa, firme e corajosa, de toda forma de monopolização e de manipulação.

Não deve ficar nessa ação de defesa a responsabilidade pastoral dos fiéis leigos: em todos os caminhos do mundo, também nos principais da imprensa, do cinema, da rádio, da televisão e do teatro, deve anunciar-se o Evangelho que salva.”

#### Nota:29

**Puebla, 450 e 1147:** “450. A religiosidade popular não só é objeto de evangelização, mas também, enquanto contém encarnada a palavra de Deus, é uma forma ativa com que o povo se evangeliza continuamente a si próprio.

**1147.** O compromisso com os pobres e oprimidos e o surgimento das Comunidades de Base ajudaram a Igreja a descobrir o potencial evangelizador dos pobres, enquanto estes a interpelam constantemente, chamando-a à conversão e porque muitos deles realizam em sua vida os valores evangélicos de solidariedade, serviço, simplicidade e disponibilidade para acolher o dom de Deus”.

#### Nota:30

**1Cor 15,28:** “E quando todas as coisas lhe tiverem sido submetidas, então o próprio Filho se submeterá àquele que tudo lhe submeteu, para que Deus seja tudo em todos”.

#### Nota:31

**Mc 3,14:** “Então Jesus constituiu o grupo dos Doze, para que ficassem com ele e para enviá-los a pregar”.

#### Nota:32

**Mc 16,15:** “Então Jesus disse-lhes: Vão pelo mundo inteiro e anunciem a Boa Notícia para toda a humanidade”.

#### Nota:33

**DV 2:** “Quis Deus, na sua bondade e sabedoria, revelar-se a si mesmo e manifestar o mistério de sua vontade (cf. Ef 1, 9): os homens têm acesso ao Pai e se tornam participantes da natureza divina por Cristo, Verbo encarnado, no Espírito Santo (cf. Ef 2, 18; 2 Pd 1, 4).

Deus, invisível (Cl 1, 15; 1Tm 1, 17), revela-se por causa do seu muito amor, falando aos homens como a amigos (cf. Ex 33, 11; Jo 15, 14s) e conversando com eles (cf. Br 3, 38), para convidá-los a estarem com ele no seu convívio.

A economia da revelação implica gestos e palavras intimamente ligados entre si. Os acontecimentos realizados por Deus na história da salvação manifestam e confirmam os ensinamentos e as realidades significadas pelas palavras. As palavras, por sua vez, proclamam os acontecimentos e iluminam o mistério neles contido.

A verdade profunda a respeito de Deus e da salvação humana brilha em Cristo, que é, ao mesmo tempo, mediador e plenitude da revelação”.

#### Nota:34

**Cl 1, 15-16:** “Ele é a imagem do Deus invisível, o Primogênito, anterior a qualquer criatura; porque nele foram criadas todas as coisas, tanto as celestes como as terrestres, as visíveis como as invisíveis: tronos, soberanias, principados e autoridades. Tudo foi criado por meio dele e para ele”.

#### Nota:35

**Gn 1,27:** “E Deus criou o homem à sua imagem; à imagem de Deus ele o criou; e os criou homem e mulher”.

#### Nota:36

**Jo 1,18.14:** “Ninguém jamais viu a Deus; quem nos revelou Deus foi o Filho único, que está junto ao Pai.

E a Palavra se fez homem e habitou entre nós. E nós contemplamos a sua glória: glória do Filho único do Pai, cheio de amor e fidelidade”.

#### Nota:37

**LG 9:** “Todo aquele que pratica a justiça é acolhido por Deus (cf. At 10, 35), em qualquer situação, tempo ou lugar. Deus quis entretanto santificar e salvar os homens não como simples pessoas, independentemente dos laços sociais que os unem, mas constituiu um povo para reconhecê-lo na verdade e servi-lo na santidade.

Escolheu então o povo judeu, fez com ele uma aliança e o foi instruindo gradativamente. Manifestou-se-lhe revelando sua vontade através da história e o santificando para si.

Tudo isso, porém, era preparação e prenúncio da nova aliança, perfeita, a ser realizada em Cristo, Revelação plena, que seria selada pelo próprio Verbo de Deus encarnado. Virão os dias, diz o Senhor, que farei com a casa de Israel e com a casa de Judá uma nova aliança... Colocarei minha lei em seu peito e a escreverei em seu coração. Serei o Deus deles e eles serão o meu povo... Porque todos, grandes e pequenos, me conhecerão (Jr 31, 31-34).

Foi Cristo quem instituiu essa nova aliança, testamento novo, firmado com seu sangue (cf. 1Cor 11, 25), reunindo judeus e pagãos na unidade de um só povo, não segundo a raça, mas segundo o Espírito: o povo de Deus. Os fiéis renascem em Cristo pela palavra de Deus vivo (cf. 1Pd 1, 23), que não está sujeita à corrupção como o está a geração humana. Renascem não da carne, mas pela água e pelo Espírito Santo (cf. Jo 3, 5-6). Constituem, assim, uma raça eleita, sacerdócio régio, nação santa e povo adquirido (...) que antes não era povo, mas se tornou povo de Deus (1Pd 2, 9-10)”.

#### Nota:38

**LG 1 e 4:** “1. O Concílio deseja ardentemente iluminar todos os homens com a claridade de Cristo, luz dos povos, que brilha na Igreja, para que o Evangelho seja anunciado a todas as criaturas (cf. Mc 16, 15).

A Igreja é em Cristo como que o sacramento ou o sinal e instrumento da união com Deus e da unidade de todo o gênero humano.

Insistindo no tema dos concílios anteriores, ela quer manifestar, tanto aos fiéis como ao universo inteiro, com redobrado vigor, sua natureza e sua missão universal.

Nos dias de hoje, os homens estão profundamente ligados uns aos outros pelos laços sociais, pela interdependência técnica e pela cultura. Torna-se então mais urgente o dever que tem a Igreja de promover a unidade perfeita de todos, em Cristo.

**4.** Depois que o Filho terminou a obra que o Pai lhe confiara (cf. Jo 17, 4), o Espírito Santo foi enviado, no dia de Pentecostes, como fonte perene de santificação da Igreja, dando assim, aos que crêem em Cristo, acesso ao

Pai (cf. Ef 2, 18). É o Espírito da vida, fonte que jorra para a vida eterna (cf. Jo 4, 14; 7, 38-39), pois por ele o Pai dá vida aos homens mortos pelo pecado e, em Cristo, ressuscitará seus corpos mortais (cf. Rm 8, 10-11). O Espírito habita na Igreja e no coração dos fiéis como num templo (cf. 1Cor 3, 16; 6, 19), em que ora e dá testemunho de que são filhos adotivos (cf. Gl 4, 6; Rm 8, 15-16 e 26). Leva a Igreja à verdade plena (cf. Jo 16, 13) e a unifica na comunhão e no ministério. Com os diversos dons hierárquicos e carismáticos, a instrui, dirige e enriquece com seus frutos (cf. Ef 4, 11-12; 1Cor 12, 4; Gl 5, 22). Rejuvenesce a Igreja com a força do Evangelho, renova-a continuamente e a conduz à união consumada com seu esposo. Por isso o Espírito e a esposa dizem ao Senhor Jesus: Vem. (cf. Ap 22, 17)

A Igreja é pois o povo unido pela unidade mesma do Pai, do Filho e do Espírito Santo”.

#### Nota:39

**Mt 28,20:** “E ensinando-os a observar tudo o que ordenei a vocês. Eis que eu estarei com vocês todos os dias, até o fim do mundo”.

#### Nota:40

**1Cor 3,22-23:** “Paulo, Apolo, Pedro, o mundo, a vida, a morte, as coisas presentes e as futuras. Tudo é de vocês; mas vocês são de Cristo e Cristo é de Deus”.

#### Nota:41

**CA 37:** “Igualmente preocupante, ao lado do problema do consumismo e com ele estritamente ligada, é a questão ecológica. O homem, tomado mais pelo desejo do ter e do prazer, do que pelo de ser e de crescer, consome de maneira excessiva e desordenada os recursos da terra e da sua própria vida. Na raiz da destruição insensata do ambiente natural, há um erro antropológico, infelizmente muito espalhado no nosso tempo. O homem, que descobre a sua capacidade de transformar e, de certo modo, criar o mundo com o próprio trabalho, esquece que este se desenrola sempre sobre a base da doação originária das coisas por parte de Deus. Pensa que pode dispor arbitrariamente da terra, submetendo-a sem reservas à sua vontade, como se ela não possuísse uma forma própria e um destino anterior que Deus lhe deu, e que o homem pode, sim, desenvolver, mas não deve trair. Em vez de realizar o seu papel de colaborador de Deus na obra da criação, o homem substitui-se a Deus, e deste modo acaba por provocar a revolta da natureza mais tiranizada que governada por ele.

Nota-se aqui, antes de mais, uma pobreza ou mesquinhez da visão humana, mais animada pelo desejo de possuir as coisas do que relacioná-las com a verdade, privado do comportamento desinteressado, gratuito, estético que brota do assombro diante do ser e da beleza, que leva a ler, nas coisas visíveis, a mensagem do Deus invisível que as criou. A respeito disso, a humanidade de hoje deve estar consciente dos seus deveres e tarefas, em vista das gerações futuras”.

#### Nota:42

**DV 3:** “Criando e conservando todas as coisas pelo Verbo (cf. Jo 1, 3), Deus dá aos homens testemunho perene de si mesmo, nas próprias coisas criadas (cf. Rm 1, 19s).

No intuito de abrir caminho à salvação, manifestou-se ainda, desde o início, a nossos primeiros pais.

Depois que caíram, suscitou-lhes a esperança, prometendo a redenção (cf. Gn 3, 15). Não deixou em momento algum de cuidar do gênero humano, para que todos os que praticam pacientemente o bem (cf. Rm 2, 6s) possam alcançar a salvação.

Chamou Abraão a seu tempo, para constituir, a partir dele, um grande povo (cf. Gn 12, 2s), a quem, depois, pelos patriarcas, por Moisés e pelos profetas, ensinou a reconhecê-lo como único Deus vivo e verdadeiro, pai providente e justo juiz, e a esperar o salvador prometido, preparando assim, através dos séculos, o caminho do Evangelho”.

#### Nota:43

**DV 15:** “A economia do Antigo Testamento visava principalmente, à preparação, ao anúncio profético (cf. Lc 24, 44; Jo 5, 39; 1Pd 1, 10) e à prefiguração (cf. 1Cor 10,11) da vinda de Cristo, redentor do universo, e do reino messiânico.

Os livros do Antigo Testamento manifestam a todos o conhecimento de Deus e do homem, e como Deus é justo e misericordioso para com os homens, mesmo nas condições em que se encontrava o gênero humano antes que Cristo realizasse a salvação. Demonstra a pedagogia divina, apesar dos aspectos imperfeitos e provisórios que contêm.

Devem pois ser acolhidos pelos cristãos com devoção. Expressam um profundo sentido de Deus. Contêm, especialmente em suas orações, sublimes e admiráveis tesouros a respeito do conhecimento de Deus e da sabedoria, tão salutar para a vida humana. Acenam, enfim, veladamente, para o mistério de nossa salvação”.

**2Cor 3,6-7:** “Foi ele que nos tornou capazes de sermos ministros de uma aliança nova, não aliança da letra, mas do Espírito; pois a letra mata, e o Espírito é que dá a vida.

O ministério da morte, gravado com letras sobre a pedra, ficou tão marcado pela glória, que os israelitas não podiam fixar os olhos no rosto de Moisés, por causa do fulgor que nele havia, fulgor, aliás, passageiro. Quanto mais glorioso não será o ministério do Espírito!”.

#### Nota:44

**1Pd 2,9-10:** “Vocês, porém, são raça eleita, sacerdócio régio, nação santa, povo adquirido por Deus, para proclamar as obras maravilhosas daquele que chamou vocês das trevas para a sua luz maravilhosa. Vocês que antes não eram povo, agora são povo de Deus; vocês que não tinham alcançado misericórdia, mas agora alcançaram misericórdia”.

**LG 9:** “Todo aquele que pratica a justiça é acolhido por Deus (cf. At 10, 35), em qualquer situação, tempo ou lugar. Deus quis entretanto santificar e salvar os homens não como simples pessoas, independentemente dos laços sociais que os unem, mas constituiu um povo para reconhecê-lo na verdade e servi-lo na santidade.

Escolheu então o povo judeu, fez com ele uma aliança e o foi instruindo gradativamente. Manifestou-se-lhe revelando sua vontade através da história e o santificando para si.

Tudo isso, porém, era preparação e prenúncio da nova aliança, perfeita, a ser realizada em Cristo, Revelação plena, que seria selada pelo próprio Verbo de Deus encarnado. Virão os dias, diz o Senhor, que farei com a casa de Israel e com a casa de Judá uma nova aliança... Colocarei minha lei em seu peito e a escreverei em seu coração. Serei o Deus deles e eles serão o meu povo... Porque todos, grandes e pequenos, me conhecerão (Jr 31, 31-34).

Foi Cristo quem instituiu essa nova aliança, testamento novo, firmado com seu sangue (cf. 1Cor 11, 25), reunindo judeus e pagãos na unidade de um só povo, não segundo a raça, mas segundo o Espírito: o povo de Deus. Os fiéis renascem em Cristo pela palavra de Deus vivo (cf. 1Pd 1, 23), que não está sujeita à corrupção como o está a geração humana. Renascem não da carne, mas pela água e pelo Espírito Santo (cf. Jo 3, 5-6). Constituem, assim, uma raça eleita, sacerdócio régio, nação santa e povo adquirido (...) que antes não era povo, mas se tornou povo de Deus (1Pd 2, 9-10)".

**Nota:45**

**Hb 1,1-3:** "Nos tempos antigos, muitas vezes e de muitos modos Deus falou aos antepassados por meio dos profetas. No período final em que estamos, falou a nós por meio do Filho. Deus o constituiu herdeiro de todas as coisas e, por meio dele, também criou os mundos. O Filho é a irradiação da sua glória e nele Deus se expressou tal como é em si mesmo. O Filho, por sua palavra poderosa, é aquele que mantém o universo. Depois de realizar a purificação dos pecados, sentou-se à direita da Majestade de Deus nas alturas".

**Jo 15,15:** "Eu já não chamo vocês de empregados, pois o empregado não sabe o que seu patrão faz; eu chamo vocês de amigos, porque eu comuniquei a vocês tudo o que ouvi de meu Pai".

**Nota:46**

**CI 1,18:** "Ele é também a Cabeça do corpo, que é a Igreja. Ele é o Princípio, o primeiro daqueles que ressuscitam dos mortos, para em tudo ter a primazia".

**CI 2,9:** "É em Cristo que habita, em forma corporal, toda a plenitude da divindade".

**Nota:47**

**Puebla ,1134:** "A Conferência de Puebla volta a assumir, com renovada esperança na força vivificadora do Espírito, a posição da II Conferência Geral que fez uma clara e profética opção preferencial e solidária pelos pobres, não obstante os desvios e interpretações com que alguns desvirtuaram o espírito de Medellín, e o desconhecimento e até mesmo a hostilidade de outros. Afirmamos a necessidade de conversão de toda a Igreja para uma opção preferencial pelos pobres, no intuito de sua integral libertação".

**Nota:48**

**SRS 42:** "A doutrina social da Igreja hoje, mais do que no passado, tem o dever de se abrir para uma perspectiva internacional na linha do Concílio Vaticano II, das Encíclicas mais recentes e, em particular, daquela que estamos a comemorar. Não será supérfluo, portanto, reexaminar e aprofundar sob essa luz os temas e as orientações característicos, que foram repetidamente ventilados pelo Magistério nestes últimos anos.

Desejo aqui recordar um deles: a opção ou amor preferencial pelos pobres. Trata-se de uma opção, ou de uma forma especial de primado na prática da caridade cristã, testemunhada por toda a Tradição da Igreja. Ela concerne à vida de cada cristão, enquanto deve ser imitação da vida de Cristo; mas aplica-se igualmente às nossas responsabilidades sociais e, por isso, ao nosso viver e às decisões que temos de tomar, coerentemente, acerca da propriedade e do uso dos bens.

Mais ainda: hoje, dada a dimensão mundial que a questão social assumiu, esse amor preferencial com as decisões que ele nos inspira, não pode deixar de abranger as imensas multidões de famintos de mendigos, sem teto, sem assistência médica e sobretudo, sem esperança de um futuro melhor: não se pode deixar de levar em conta a existência dessas realidades. Ignorá-las significaria tornar-nos como o rico Epulão, que fingia não conhecer o pobre Lázaro, que jazia ao seu portão (Lc 16,19-31).

A nossa vida quotidiana deve ser marcada por estas realidades, como também as nossas decisões em campo político e econômico. Os responsáveis pelas nações e pelos próprios organismos internacionais, igualmente, enquanto lhes incumbe a obrigação de terem sempre presente, como prioritária nos seus planos, a verdadeira dimensão humana, não devem esquecer-se de dar precedência ao fenômeno crescente da pobreza. Os pobres, infelizmente, em vez de diminuírem, multiplicam-se, não só nos países menos desenvolvidos, mas, o que parece não menos escandaloso também nos que estão mais desenvolvidos.

É necessário recordar mais uma vez o princípio típico da doutrina social cristã: os bens deste mundo são originariamente destinados a todos. O direito à propriedade privada é válido e necessário. mas não anula o valor de tal princípio. Sobre a propriedade, de fato, pesa uma hipoteca social, quer dizer, nela é reconhecida, como qualidade intrínseca, uma função social, fundada e justificada precisamente pelo princípio da destinação universal dos bens. Nem se há de descurar, neste empenho pelos pobres, aquela forma especial de pobreza que é a privação dos direitos fundamentais da pessoa, em particular do direito à liberdade religiosa e, ainda, do direito à iniciativa econômica".

**Nota:49**

**RM 15:** "O Reino pretende transformar as relações entre os homens, e realiza-se, progressivamente, à medida que estes aprendem a amar, perdoar, a ajudar-se mutuamente. Jesus retoma toda a Lei, centrando-a no mandamento do amor (cf. Mt 22,34-40; Lc 10,25-28). Antes de deixar os seus, dá-lhes um mandamento novo: amai-vos uns aos outros como eu vos amei (Jo 13,34; cf. 15,12). O amor com que Jesus amou o mundo tem sua expressão suprema, no dom de sua vida pelos homens (cf. Jo 15,13), que manifesta o amor que o Pai tem pelo mundo (cf. Jo 3,16). Por isso, a natureza do Reino é a comunhão de todos os seres humanos entre si e com Deus.

O Reino diz respeito a todos: às pessoas, à sociedade, ao mundo inteiro. Trabalhar pelo Reino significa reconhecer e favorecer o dinamismo divino, que está presente na história humana e a transforma. Construir o Reino quer dizer trabalhar para a libertação do mal, sob todas as suas formas. Em resumo, o Reino de Deus é a manifestação e a atuação de seu desígnio de salvação, em toda a sua plenitude".

**Nota:50**

**Jo 20,21:** "Jesus disse de novo para eles: A paz esteja com vocês. Assim como o Pai me enviou, eu também envio vocês".

**Nota:51**

**RM 44:** "O anúncio tem a prioridade permanente na missão: a Igreja não pode esquivar-se ao mandato explícito de Cristo, não pode privar os homens da Boa-Nova de que Deus os ama e salva. A evangelização conterá sempre como base, centro e, ao mesmo tempo, vértice do seu dinamismo uma proclamação clara de que, em Jesus Cristo (...) a salvação é oferecida a cada homem, como dom de graça e de misericórdia do próprio Deus. Todas as formas de atividade missionária tendem para esta proclamação que revela e introduz no

mistério, desde sempre escondido e agora revelado em Cristo (cf. Ef 3,3-9; Cl 1,25-29), o qual se encontra no âmago da missão e da vida da Igreja, como ponto fulcral de toda a evangelização.

Na realidade complexa da missão, o primeiro anúncio tem um papel central e insubstituível, porque introduz no mistério do amor de Deus, que, em Cristo, nos chama a uma estreita relação pessoal com ele e predispõe a vida para a conversão. A fé nasce do anúncio, e cada comunidade eclesial consolida-se e vive da resposta pessoal de cada fiel a esse anúncio. Como a economia salvífica está centrada em Cristo, assim a atividade missionária tende para a proclamação de seu mistério.

O anúncio tem por objeto Cristo crucificado, morto e ressuscitado: por meio dele realiza-se a plena e autêntica libertação do mal, do pecado e da morte; nele Deus dá a vida nova, divina e eterna. É esta a Boa-Nova, que muda o homem e a história da humanidade, e que todos os povos têm o direito de conhecer. Um tal anúncio tem de se inserir no contexto vital do homem e dos povos que o recebem. Além disso, ele deve ser feito numa atitude de amor e de estima a quem o escuta, com uma linguagem concreta e adaptada às circunstâncias. Para isso concorre o Espírito, que instaura uma união entre o missionário e os ouvintes, tornada possível enquanto um e os outros, por Cristo, entram em comunhão com o Pai”.

**Nota:52**

**At 2,42ss:** “Eram perseverantes em ouvir o ensinamento dos apóstolos, na comunhão fraterna, no partir do pão e nas orações. Em todos eles havia temor, por causa dos numerosos prodígios e sinais que os apóstolos realizavam. Todos os que abraçaram a fé eram unidos e colocavam em comum todas as coisas”.

**Nota:53**

**RM 52:** “Desenvolvendo sua atividade missionária no meio dos povos, a Igreja encontra várias culturas, vendo-se envolvida no processo de inculturação. Esta constitui uma exigência que marcou todo o seu caminho histórico, mas hoje é particularmente aguda e urgente.

O processo de inserção da Igreja, nas culturas dos povos, requer, um tempo longo: é que não se trata de uma mera adaptação exterior, já que a inculturação significa a íntima transformação dos valores culturais autênticos, pela sua integração no cristianismo e o enraizamento do cristianismo nas várias culturas. Trata-se, pois, de um processo profundo e globalizante que integra tanto a mensagem cristã como a reflexão e a práxis da Igreja. Mas é, também um processo difícil, porque não pode comprometer de modo algum, a especificidade e a integridade da fé cristã.

Pela inculturação, a Igreja encarna o Evangelho nas diversas culturas e, simultaneamente, introduz os povos, com suas culturas, na sua própria comunidade, transmitindo-lhes seus próprios valores, assumindo o que de bom nelas existe, e renovando-as a partir de dentro. Por sua vez, a Igreja, com a inculturação, torna-se um sinal mais transparente daquilo que realmente ela é, e um instrumento mais apto para a missão.

Graças a esta ação das Igrejas locais, a própria Igreja universal se enriquece com novas expressões e valores nos diversos setores da vida cristã, tais como a evangelização, o culto, a Teologia, a caridade; conhece e exprime, cada vez melhor, o mistério de Cristo, e é estimulada a uma renovação contínua. Estes temas, presentes no Concílio e no Magistério sucessivo, eu os tenho afrontado, repetidamente, nas minhas visitas pastorais às jovens Igrejas.

A inculturação é um caminho lento, que acompanha toda a vida missionária e que responsabiliza os vários agentes da missão ad gentes, as comunidades cristãs à medida que se vão desenvolvendo, e os Pastores que têm a responsabilidade de discernimento e de estímulo em sua realização”.

**Nota:54**

**RH 14:** “A Igreja não pode abandonar o homem, cuja sorte, ou seja, a escolha, o chamamento, o nascimento e a morte, a salvação ou a perdição, estão de maneira tão íntima e indissolúvel unidos a Cristo. E trata-se aqui precisamente de todos e cada um dos homens sobre este planeta, nesta terra que o Criador deu ao primeiro homem, dizendo ao mesmo tempo ao homem e à mulher: submetei-a (a terra) e dominai-a. Cada homem, pois, em toda a sua singular realidade do ser e do agir, da inteligência e da vontade, da consciência e do coração. O homem nessa sua singular realidade (porque é pessoa) tem uma história própria da sua vida e, sobretudo, uma história própria da sua alma. O homem que segundo a abertura interior do seu espírito, e conjuntamente a tantas e tão diversas necessidades do seu corpo e da sua existência temporal, escreve esta sua história pessoal, fá-lo através de numerosos ligames, contatos, situações e estruturas sociais, que o unem a outros homens; e faz isso a partir do primeiro momento da sua existência sobre a terra, desde o momento da sua concepção e do seu nascimento. O homem, na plena verdade da sua existência, do seu ser pessoal e, ao mesmo tempo, do seu ser comunitário e social no âmbito da própria família, no âmbito de sociedades e de contextos bem diversos, no âmbito da própria nação, ou povo (e, talvez, ainda somente do clã ou da tribo), enfim no âmbito de toda a humanidade este homem é o primeiro caminho que a Igreja deve percorrer no cumprimento da sua missão: ele é a primeira e fundamental via da Igreja, via traçada pelo próprio Cristo e via que imutavelmente conduz através do mistério da encarnação e da redenção.

Este homem assim precisamente, em toda a verdade da sua vida, com a sua consciência, com a sua contínua inclinação para o pecado e, ao mesmo tempo, com a sua contínua aspiração pela verdade, pelo bem, pelo belo, pela justiça e pelo amor, precisamente um tal homem tinha diante dos olhos o Concílio Vaticano II, quando, ao delinear a sua situação no mundo contemporâneo, se transferia sempre das componentes externas desta situação para a verdade imanente da humanidade: É no íntimo do homem precisamente que muitos elementos se combatem entre si. Enquanto por uma parte ele se experimenta, como criatura que é, multiplamente limitado, por outra, sente-se ilimitado nos seus desejos e chamado a uma vida superior. Atraído por muitas solicitações, vê-se obrigado a escolher entre elas e a renunciar a algumas. Mais ainda, fraco e pecador, faz muitas vezes aquilo que não quer e não realiza o que desejaria fazer. Sofre assim em si mesmo a divisão, da qual tantas e tão graves discórdias se originam para a sociedade.

É este homem assim que é a via da Igreja; via que se encontra, de certo modo, na base de todas aquelas vias pelas quais a Igreja deve caminhar: porque o homem todos e cada um dos homens, sem exceção alguma foi remido por Cristo; e porque com o homem cada homem, sem exceção alguma Cristo de algum modo se uniu, mesmo quando tal homem disso não se acha consciente: Cristo, morto e ressuscitado por todos os homens, a estes a todos e a cada um dos homens oferece sempre... a luz e a força para poderem corresponder à sua altíssima vocação.

Sendo, portanto, o homem a via da Igreja, via da sua vida e experiência cotidianas, da sua missão e atividade, a Igreja do nosso tempo tem de estar, de maneira sempre renovada, bem ciente da situação de tal homem. E mais: a Igreja deve estar bem ciente das suas possibilidades, que tomam sempre nova orientação e assim se manifestam; ela tem de estar bem ciente, ao mesmo tempo ainda, das ameaças que se apresentam contra o homem. Ela deve estar cônica, além disso, de tudo aquilo que parece ser contrário ao esforço para que a vida humana se torne cada vez mais humana e para que tudo aquilo que compõe esta mesma vida corresponda à verdadeira dignidade do homem. Numa palavra, a Igreja deve estar bem cônica de tudo aquilo que é contrário a tal processo de nobilitação da vida humana”.

#### Nota:55

**CA 62:** “Esta minha Encíclica quis olhar ao passado, mas ela está sobretudo lançada para o futuro. Como a *Rerum Novarum*, ela coloca-se quase no limiar do novo século e deseja, com a ajuda de Deus, preparar a sua vinda.

A verdadeira e perene novidade das coisas em cada tempo provém do infinito poder divino, que diz: Eis que eu faço novas todas as coisas (Ap 21,5). Estas palavras referem-se à conclusão da história quando Cristo entregar o reino a Deus Pai (...) para que Deus seja tudo em todos (1Cor 15,24-28). Mas o cristão sabe que esta novidade, cuja plenitude aguardamos com o Regresso do Senhor, está presente desde a criação do mundo, e, mais precisamente, desde que Deus se fez homem em Jesus Cristo, e com Ele e por Ele realizou uma nova criação (2Cor 5,17; Gl 6,15).

Ao concluir, quero agradecer a Deus onipotente por ter dado à sua Igreja a luz e a força para acompanhar o homem no seu caminho terreno para o destino eterno. A Igreja, também no Terceiro Milênio, permanecerá fiel no assumir como próprio o caminho do homem, sabendo que não caminha só, mas com Cristo, seu Senhor. Foi Ele que fez seu o caminho do homem, e o guia mesmo quando ele disso não se dá conta.

Maria, a Mãe do Redentor, que permaneceu ao lado de Cristo, no seu caminho ao encontro dos homens e com os homens, e precede a Igreja na peregrinação da fé, acompanhe, com sua maternal intercessão, a humanidade em direção ao próximo Milênio, na fidelidade Àquele que ontem como hoje, é o mesmo e sê-lo-á para sempre (cf. Hb 13,8), Jesus Cristo, Nosso Senhor, em nome do qual a todos abençoo”.

#### Nota:56

**GS 1:** “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens e mulheres de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo. Não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração.

A comunidade dos discípulos de Cristo é formada por homens e mulheres que, reunidos em Cristo e guiados pelo Espírito Santo em sua busca do reino de Deus, sentem-se real e intimamente unidos a todo o gênero humano e à sua história, por terem recebido a mensagem da salvação para comunicar a todos”.

#### Nota:57

**Jo 17,3:** “Ora, a vida eterna é esta: que eles conheçam a ti, o único Deus verdadeiro, e aquele que tu enviaste, Jesus Cristo”.

#### Nota:58

**At 17,22-31:** “De pé, no meio do Areópago, Paulo disse: Senhores de Atenas, em tudo eu vejo que vocês são extremamente religiosos. De fato, passando e observando os monumentos sagrados de vocês, encontrei também um altar com esta inscrição: Ao Deus desconhecido. Pois bem, esse Deus que vocês adoram sem conhecer, é exatamente aquele que eu lhes anuncio. O Deus que fez o mundo e tudo o que nele existe. Sendo Senhor do céu e da terra, ele não habita em santuários feitos por mãos humanas. Também não é servido por mãos humanas, como se precisasse de alguma coisa; pois é ele que dá a todos vida, respiração e tudo o mais. De um só homem, ele fez toda a raça humana para habitar sobre toda a face da terra, tendo fixado os tempos previamente estabelecidos e os limites de sua habitação. Assim fez, para que buscassem a Deus e para ver se o descobririam, ainda que fosse às apalpadelas. Ele não está longe de cada um de nós, pois nele vivemos, nos movemos e existimos, como alguns dentre os poetas de vocês disseram: Somos da raça do próprio Deus. Sendo, portanto, da raça de Deus, não devemos pensar que a divindade é semelhante ao ouro, à prata ou à pedra, trabalhados pela arte e imaginação do homem. Mas Deus, sem levar em conta os tempos da ignorância, agora anuncia aos homens que todos e em todo lugar se arrependam, pois ele estabeleceu um dia em que irá julgar o mundo com justiça, por meio do homem que designou e creditou diante de todos, ressuscitando-o dos mortos”.

**At 8,26-35:** “Um anjo do Senhor falou a Filipe, dizendo: Prepare-se e vá para o sul, pelo caminho que desce de Jerusalém para Gaza; é o caminho que se acha no deserto. Filipe levantou-se e foi. Nisso apareceu um eunuco etíope, ministro de Candace, rainha da Etiópia. Ele era administrador geral do tesouro dela. Tinha ido a Jerusalém em peregrinação, e estava voltando para casa. Ia sentado em seu carro, lendo o profeta Isaías. Então o Espírito disse a Filipe: Aproxime-se desse carro e o acompanhe. Filipe correu, ouviu o eunuco ler o profeta Isaías, e perguntou: Você entende o que está lendo? O eunuco respondeu: Como posso entender, se ninguém me explica? Então convidou Filipe a subir e a sentar-se junto a ele.

A passagem da Escritura que o eunuco estava lendo era esta: Ele foi levado como ovelha ao matadouro. E como um cordeiro perante o seu tosquiador, ele ficava mudo e não abria a boca. Eles o humilharam e lhe negaram a justiça. Quem poderá contar seus seguidores? Porque eles o arrancaram da terra dos vivos. Então o eunuco disse a Filipe: Por favor me explique: de quem o profeta está dizendo isso? Ele fala de si mesmo, ou se refere a outra pessoa? Então Filipe foi explicando. E, tomando essa passagem da Escritura como ponto de partida, anunciou Jesus ao eunuco”.

#### Nota:59

**RM 33:** “As diferenças de atividade, no âmbito da única missão da Igreja, nascem não de motivações intrínsecas à própria missão, mas das diversas circunstâncias onde ela se exerce. Olhando o mundo de hoje, do ponto de vista da evangelização, podemos distinguir três situações distintas.

Antes de mais nada, temos aquela à qual se dirige a atividade missionária da Igreja: povos, grupos humanos, contextos socioculturais onde Cristo e o seu Evangelho não é conhecido, onde faltam comunidades cristãs suficientemente amadurecidas para poderem encarnar a fé no próprio ambiente e anunciá-la a outros grupos. Esta é propriamente a missão ad gentes.

Aparecem, depois, as comunidades cristãs que possuem sólidas e adequadas estruturas eclesiais, são fermento de fé e de vida, irradiando o testemunho do Evangelho no seu ambiente, e sentindo o compromisso da missão universal. Nelas se desenvolve a atividade ou cuidado pastoral da Igreja.

Finalmente, existe a situação intermédia, especialmente nos países de antiga tradição cristã, mas, por vezes, também nas Igrejas mais jovens, onde grupos inteiros de batizados perderam o sentido vivo da fé, não se reconhecendo já como membros da Igreja e conduzindo uma vida distante de Cristo e de seu Evangelho. Neste caso, torna-se necessária uma nova evangelização, ou re-evangelização.”

**Nota:60**

cf. PPC, p.30 e 31.

**Nota:61**

**Diretrizes, 1975, p.31:** “A distinção de dois objetivos específicos da ação pastoral não tem, portanto, de modo algum, o sentido de separar linhas de ação que devem ser coordenadas e convergem num único objetivo. Essa distinção serve, antes, para descrever, de modo mais pormenorizado e completo, aspectos de uma ação complexa mas unitária.

Nasce daí uma regra que poderíamos chamar de “autenticidade” da ação pastoral. Uma linha de ação será autêntica, isto é, inserida no esforço comum da missão de Cristo e da Igreja, na medida em que não pretenda se separar ou isolar das outras linhas de ação. Uma unidade da Igreja fim em si mesma, que sentido teria? Uma evangelização só voltada para a transmissão de uma doutrina, mas esquecida da dimensão comunitária da vida cristã? Uma liturgia desligada da evangelização? Um empenho na construção do mundo sem perspectiva de fé ou, ao contrário, uma vivência religiosa que pretendesse voltar-se para Deus esquecendo a fraternidade e a justiça nesta terra? Tudo isto constituiria uma deformação da missão da Igreja e da existência cristã”.

**Nota:62**

cf. **Diretrizes 1983:** “79. O *Objetivo Geral* é, em nível nacional, o elemento de articulação de toda a Pastoral. A explicitação de seu conteúdo oferece elementos inspiradores e orientadores para as atividades pastorais em todos os níveis. Devidamente assumido, torna-se ponto de convergência para todos os tipos e formas de ação pastoral. É o ponto central das Diretrizes da Ação Pastoral da Igreja no Brasil.

80. Desde o Plano de Pastoral de Conjunto (1966-1970), a Igreja no Brasil adotou, como quadro de referência abrangente e encaminhador de sua atividade, as denominadas “linhas” pastorais. Em abril de 1983, a 21ª Assembléia Geral do Episcopado brasileiro pronunciou-se pela continuidade dessas mesmas linhas durante o próximo quadriênio, devendo-se dar atenção especial a diversos *destaques*, também definidos pela mesma Assembléia.

81. As *seis linhas* correspondem às grandes dimensões da vida eclesial. Dimensões que são elementos constitutivos da ação pastoral da Igreja, fundamentados na própria vida cristã pessoal e comunitária. São expressões qualificadas dessa vida cristã, e pertencem necessariamente à atuação visível do Espírito Santo na Igreja, porque:

82. É o Espírito que convoca e reúne seu povo para viver em comunidade, conforme o carisma e a missão que a cada um são concedidos, segundo o dom de Deus (DIMENSÃO COMUNITÁRIA E PARTICIPATIVA – Linha 1).

83. É o Espírito quem faz do povo de Deus um povo que proclama a Palavra e oferece a toda a humanidade os dons de sua fé e pertença eclesial (DIMENSÃO MISSIONÁRIA – Linha 2).

84. É o Espírito quem faz crescer continuamente o povo de Deus mediante o aprofundamento e a vivência permanente na fé, e o ensina a ler os acontecimentos cotidianos à luz da Palavra e da vida de Jesus Cristo (DIMENSÃO CATEQUÉTICA – Linha 3).

85. É o Espírito que reúne o povo em assembleias para a escuta da Palavra de Deus e para celebrar a Palavra feita carne e alimento, e, em união com o mesmo Cristo, oferecê-lo e oferecer-se como oblação pura, e assim comprometer-se a viver mais intensamente a fraternidade (DIMENSÃO LITÚRGICA – Linha 4).

86. É o Espírito quem impulsiona a todo o momento a Igreja a viver na unidade, corrigindo suas divisões e reconstruindo a totalidade do Corpo de Cristo e abrindo-a para o diálogo religioso (DIMENSÃO ECUMÊNICA E DE DIÁLOGO RELIGIOSO – Linha 5).

87. É o Espírito quem anima a vida do povo de Deus para que atue no meio da sociedade como fermento, sal e luz, transformando-a pelo testemunho e ação, para que seja mais justa, solidária e fraterna, anunciando dessa forma os valores do reino definitivo (DIMENSÃO PROFÉTICA E TRANSFORMADORA – Linha 6)”.

**Nota:63**

cf. **Instrumento de Trabalho** para a 29ª Assembléia Geral da CNBB, 1991, n.75:

**Nota:64**

**Diretrizes, 1987, n. 146:** “O conjunto das linhas ou dimensões constitui o quadro de Referência Geral da Ação Pastoral da Igreja no Brasil em todos os níveis. Não obrigam porém a organizar a ação pastoral concreta em linhas ou dimensões. Cada nível de Igreja, cada Igreja particular pode e deve organizar seus planos ou ação pastoral a partir de um quadro operacional que melhor se adapte à sua realidade”.

**Nota:65**

**ICM 5:** “Este texto deve ser lido no contexto de outras reflexões do Magistério da Igreja Universal e da América Latina. Especialmente consideramos este texto como desdobramento das Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil”.

**Nota:66**

cf. PPC, p.26-28.

cf. **LG 1:** “O concílio deseja ardentemente iluminar todos os homens com a claridade de Cristo, luz dos povos, que brilha na Igreja, para que o Evangelho seja anunciado a todas as criaturas (cf. Mc 16, 15).

A Igreja é em Cristo como que o sacramento ou o sinal e instrumento da união com Deus e da unidade de todo o gênero humano.

Insistindo no tema dos concílios anteriores, ela quer manifestar, tanto aos fiéis como ao universo inteiro, com redobrado vigor, sua natureza e sua missão universal.

Nos dias de hoje, os homens estão profundamente ligados uns aos outros pelos laços sociais, pela interdependência técnica e pela cultura. Torna-se então mais urgente o dever que tem a Igreja de promover a unidade perfeita de todos, em Cristo”.

**Nota:67**

**LG 9 e 8:** “9. Todo aquele que pratica a justiça é acolhido por Deus (cf. At 10, 35), em qualquer situação, tempo ou lugar. Deus quis entretanto santificar e salvar os homens não como simples pessoas, independentemente dos laços sociais que os unem, mas constituiu um povo para reconhecê-lo na verdade e servi-lo na santidade.

Escolheu então o povo judeu, fez com ele uma aliança e o foi instruindo gradativamente. Manifestou-se-lhe revelando sua vontade através da história e o santificando para si.

Tudo isso, porém, era preparação e prenúncio da nova aliança, perfeita, a ser realizada em Cristo, Revelação plena, que seria selada pelo próprio Verbo de Deus encarnado. Virão os dias, diz o Senhor, que farei com a casa de Israel e com a casa de Judá uma nova aliança... Colocarei minha lei em seu peito e a escreverei em seu coração. Serei o Deus deles e eles serão o meu povo... Porque todos, grandes e pequenos, me conhecerão (Jr 31, 31-34).

Foi Cristo quem instituiu essa nova aliança, testamento novo, firmado com seu sangue (cf. 1Cor 11, 25), reunindo judeus e pagãos na unidade de um só povo, não segundo a raça, mas segundo o Espírito: o povo de Deus. Os fiéis renascem em Cristo pela palavra de Deus vivo (cf. 1Pd 1, 23), que não está sujeita à corrupção como o está a geração humana. Renascem não da carne, mas pela água e pelo Espírito Santo (cf. Jo 3, 5-6). Constituem, assim, uma raça eleita, sacerdócio régio, nação santa e povo adquirido (...) que antes não era povo, mas se tornou povo de Deus (1Pd 2, 9-10).

**8.** Mediador único, Cristo constituiu sua santa Igreja, comunidade de fé, esperança e caridade como realidade visível na terra, de que garante a continuidade, para a todos levar a verdade e a graça.

Sociedade hierarquicamente estruturada e corpo místico de Cristo, grupo visível de pessoas e comunidade invisível, Igreja terrestre, mas ao mesmo tempo cumulada de bens celestiais, não pode ser considerada duas coisas, mas uma única realidade complexa, composta de dois elementos, o humano e o divino.

Compara-se pois, em profundidade, com o mistério do Verbo encarnado. Assim como a natureza humana, assumida pelo Verbo divino qual instrumento vivo da salvação, o serve, estando-lhe intimamente unida, a realidade social da Igreja está a serviço do Espírito de Cristo, que a anima, em vista do crescimento do corpo (cf. Ef 4, 16).

Assim é a única Igreja de Cristo, que professamos no Credo ser una, santa, católica e apostólica. Cristo ressuscitado a entregou aos cuidados de Pedro (cf. Jo 21, 17), confiou-a a ele e aos demais apóstolos, para ser difundida e governada (cf. Mt 28, 18ss) e a estabeleceu para sempre como alicerces e coluna da verdade (cf. 1Tm 3, 15).

Constituída e estabelecida assim como sociedade, neste mundo, a Igreja subsiste na Igreja Católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos, em comunhão com ele. Todavia, fora de sua realidade visível, encontram-se muitos elementos de santidade e de verdade. São riquezas autênticas da Igreja de Cristo. Verdadeiros apelos à unidade católica.

Ora, assim como Cristo realizou a obra da redenção na pobreza e na perseguição, a Igreja é também chamada a trilhar o mesmo caminho, para comunicar aos homens os frutos da salvação. Cristo, que existia na condição divina, aniquilou-se, assumindo a condição de servo (Fl 2, 6-7), por nossa causa se tornou pobre, embora fosse rico (2Cor 8, 9). Assim também a Igreja, apesar dos recursos necessários ao cumprimento de sua missão, não cresce em função do sucesso, mas da humildade e da abnegação que venha a proclamar, inclusive pelo exemplo.

Cristo foi enviado pelo Pai para evangelizar os pobres e aliviar os corações feridos (Lc 4, 18), buscar e salvar os que se haviam perdido (Lc 19, 10). Da mesma forma, a Igreja envolve com amor todos os que sofrem. Reconhece nos pobres e nos desvalidos a imagem de seu fundador, pobre e sofredor, empenha-se em combater a pobreza e se coloca a serviço dos pobres, como a serviço de Cristo.

Santo, inocente e imaculado (Hb 7, 26), Cristo jamais pecou (cf. 2Cor 5, 21). Veio se oferecer unicamente pelos pecados dos outros (cf. Hb 2, 17). A Igreja, porém, tendo em seu seio pecadores, é ao mesmo tempo santa e está em constante purificação, não deixando jamais de fazer penitência e de buscar sua própria renovação.

A Igreja caminha entre as perseguições do mundo e as consolações de Deus anunciando a cruz e a morte do Senhor até que ele venha (cf. 1Cor 11, 26). Manifestar-se-á então em plena luz a força do Senhor ressuscitado que a sustenta e a faz superar com paciência e amor todas as aflições e dificuldades internas ou externas. Assim, a Igreja revela fielmente ao mundo o mistério de Cristo, embora de maneira velada”.

#### **Nota:68**

Essa dimensão é desenvolvida no Concílio Vaticano II, pela Lumen Gentium; na tradição da Igreja na América Latina nos documentos de Medellín e de Puebla (cf. 563-1127); na experiência da Igreja no Brasil no documento 40: Igreja: Comunhão e Missão, parte I.

#### **Nota:69**

**LG 23:** “A união colegial se manifesta igualmente nas relações recíprocas dos diversos bispos entre si e com a Igreja universal. O pontífice romano, sucessor de Pedro, é princípio e fundamento visível da unidade, tanto dos bispos como do conjunto dos fiéis. Cada um dos bispos, por sua vez, é princípio e fundamento da unidade, em suas respectivas Igrejas particulares com as quais e por meio das quais das quais, à imagem da Igreja universal, se forma a única Igreja Católica. Por isso, cada bispo representa a sua Igreja e, em união com o papa, a Igreja universal, unida pelo vínculo da paz, do amor e da unidade.

À frente de sua Igreja particular, o bispo exerce o governo pastoral sobre a porção do povo de Deus que lhe foi confiada, mas não sobre as outras Igrejas ou sobre a Igreja universal. Como membros do colégio episcopal e legítimos sucessores dos apóstolos, os bispos devem se preocupar com toda a Igreja, por disposição e preceito do próprio Cristo. Apesar de não exercerem, sob esse aspecto, nenhum ato de jurisdição, contribuem imensamente para o bem da Igreja universal. Todos os bispos devem promover e defender a unidade da fé e da disciplina comum a toda a Igreja e ensinar aos fiéis o amor do corpo místico de Cristo, especialmente dos membros mais pobres, dos doentes e dos que sofrem perseguição por causa da justiça (cf. Mt 5, 10). Devem apoiar todas as iniciativas da Igreja, especialmente no que se refere ao aumento da fé, para que a luz da verdade plena brilhe para todos os homens. Quando dirigem bem a própria igreja, como porção da Igreja universal, cooperam eficazmente para o bem de todo o corpo místico, que é, precisamente, o conjunto de todas as Igrejas.

Cristo confiou aos pastores, em conjunto, a função de anunciar o Evangelho ao mundo inteiro, como lembrou o papa Celestino aos padres do Concílio de Efeso. Na medida, pois, em que o exercício de sua função específica lhe permite, o bispo deve se associar aos outros e ao sucessor de Pedro, especialmente encarregado da enorme responsabilidade de propagar a religião cristã. Os bispos devem, por isso, se empenhar com todas as forças em favor das missões, contribuindo com operários para a messe e com toda espécie de auxílios espirituais e materiais, quer por si mesmos, quer suscitando a cooperação generosa dos fiéis. Devem também, inspirados por uma caridade sem limites, prestar alegremente auxílio fraterno às outras Igrejas, especialmente às mais próximas e às mais pobres.

A divina providência quis que, desde o tempo dos apóstolos e de seus sucessores, várias Igrejas, em determinadas regiões, se associassem entre si, ao longo da história, formando grupos organicamente estruturados, tanto do ponto de vista disciplinar, como no que concerne às práticas litúrgicas e ao patrimônio teológico e espiritual, respeitadas sempre a unidade da fé e a constituição da Igreja universal. Alguns desses conglomerados, especialmente as antigas Igrejas patriarcais, como verdadeiras mães na fé, geraram filhas com as quais mantêm até hoje um vínculo estreito de caridade, quer na vida sacramental, quer no respeito mútuo dos direitos e dos deveres recíprocos. A variedade dessas Igrejas locais, unidas entre si, é prova evidente da catolicidade da Igreja indivisa. Nos nossos dias, as conferências episcopais podem desempenhar esse papel diversificado e fecundo, exprimindo, de maneira concreta, o sentimento de colegialidade".

#### Nota:70

A dimensão missionária encontra fundamento especialmente do Decreto conciliar *Ad Gentes*, no documento 40 da CNBB: *Igreja: Comunhão e Missão*, 113-131, e na recente Encíclica *Redemptoris Missio* de João Paulo II.

#### Nota:71

**ICM 113:** "A missão da Igreja se estende até os confins da terra, pela ordem que ela recebeu de Cristo e pela vontade de Deus Pai, que "quer que todos se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade". Por isso, a missão da Igreja - que abrange todo o seu ser e constitui seu dinamismo essencial - se expressa de um modo particularmente significativo na missão "Ad gentes", na evangelização dos povos, a tal ponto que "as missões" se tornaram sinônimo de missão. Hoje uma nova consciência missionária não somente revigora a evangelização dentro de nosso país, como em todos os países de maior tradição cristã, mas suscita também nas novas Igrejas e, particularmente na América Latina, um novo empenho com a evangelização dos povos. Muitos sinais anunciam uma hora missionária para o Brasil".

#### Nota:72

O Documento 40, *Igreja: "Comunhão e Missão"*, tratou longamente dessa dimensão no capítulo sobre a Evangelização dos povos, cuja leitura recomendamos vivamente.

#### Nota:73

RM 33 e 34. Boa parte do sugestivo conteúdo do capítulo V sobre os caminhos da missão foi retomada acima, capítulo I, no parágrafo que traz o mesmo nome: caminhos da missão.

**RM 33 e 34:** "33. As diferenças de atividade, no âmbito da única missão da Igreja, nascem não de motivações intrínsecas à própria missão, mas das diversas circunstâncias onde ela se exerce. Olhando o mundo de hoje, do ponto de vista da evangelização, podemos distinguir três situações distintas.

Antes de mais nada, temos aquela à qual se dirige a atividade missionária da Igreja: povos, grupos humanos, contextos socioculturais onde Cristo e o seu Evangelho não é conhecido, onde faltam comunidades cristãs suficientemente amadurecidas para poderem encarnar a fé no próprio ambiente e anunciá-la a outros grupos. Esta é propriamente a missão ad gentes.

Aparecem, depois, as comunidades cristãs que possuem sólidas e adequadas estruturas eclesiais, são fermento de fé e de vida, irradiando o testemunho do Evangelho no seu ambiente, e sentindo o compromisso da missão universal. Nelas se desenvolve a atividade ou cuidado pastoral da Igreja.

Finalmente, existe a situação intermédia, especialmente nos países de antiga tradição cristã, mas, por vezes, também nas Igrejas mais jovens, onde grupos inteiros de batizados perderam o sentido vivo da fé, não se reconhecendo já como membros da Igreja e conduzindo uma vida distante de Cristo e de seu Evangelho. Neste caso, torna-se necessária uma nova evangelização, ou re-evangelização.

**34.** A atividade missionária específica, ou missão ad gentes, tem como destinatários os povos ou grupos que ainda não crêem em Cristo, aqueles que estão longe de Cristo, entre os quais a Igreja não está ainda radicada, e cuja cultura ainda não foi influenciada pelo Evangelho. Distingue-se das outras atividades eclesiais por se dirigir a grupos e ambientes não-cristãos, caracterizados pela ausência ou insuficiência do anúncio evangélico e da presença eclesial. Vem a ser, portanto, a obra do anúncio de Cristo e de seu Evangelho, da edificação da Igreja local, da promoção dos valores do Reino. A peculiaridade da missão ad gentes deriva do fato de se orientar para os não-cristãos. É preciso evitar, por isso, que esta tarefa especificamente missionária, que Jesus confiou e continua, cotidianamente, a confiar à sua Igreja, se torne numa realidade diluída na missão global de todo o Povo de Deus, ficando, desse modo, descurada ou esquecida.

De resto, os confins entre o cuidado pastoral dos fiéis, a nova evangelização e a atividade missionária específica não são facilmente identificáveis, e não se deve pensar em criar entre esses âmbitos barreiras ou compartimentos estanques. Não se pode, no entanto, perder a tensão para o anúncio e para a fundação de novas Igrejas entre povos ou grupos humanos, onde elas ainda não existem, porque esta é a tarefa primeira da Igreja, que é enviada a todos os povos, até aos confins da terra. Sem a missão ad gentes, a própria dimensão missionária da Igreja ficaria privada de seu significado fundamental e de seu exemplo de atuação.

Registre-se, também, uma real e crescente interdependência entre as diversas atividades salvíficas da Igreja: cada uma influi sobre a outra, estimula-a e a ajuda. O dinamismo missionário permite uma troca de valores entre as Igrejas, e projeta, para o mundo exterior, influência positiva, em todos os sentidos. As Igrejas de antiga tradição cristã, por exemplo, preocupadas com a dramática tarefa da nova evangelização, estão mais conscientes de que não podem ser missionárias dos não-cristãos de outros países e continentes, se não se preocuparem seriamente com os não-cristãos da própria casa: a atividade missionária ad intra é sinal de autenticidade e de estímulo para realizar a outra, ad extra, e vice-versa".

#### Nota:74

cf. ICM, II parte: Na Evangelização dos Povos. Essa preocupação já se manifesta em Puebla. cf. n 368.

**Puebla, 368:** "Finalmente chegou para a América Latina a hora de intensificar os serviços recíprocos entre as Igrejas particulares e de estas se projetarem para além de suas próprias fronteiras, ad gentes. É certo que nós próprios precisamos de missionários, mas devemos dar de nossa pobreza. Por outro lado nossas Igrejas podem oferecer algo de original e importante; o seu sentido de salvação e libertação, a riqueza de sua religiosidade popular, a experiência das Comunidades Eclesiais de Base, a floração de seus ministérios, sua esperança e a alegria de sua fé. Já se realizaram esforços missionários que se podem aprofundar e se devem ampliar".

**Nota:75**

Essa dimensão encontra-se fundamentada sobretudo na Constituição Dogmática *Dei Verbum* e no Documento 26 da CNBB, *Catequese Renovada*.

**Nota:76**

**LG 12:** "O povo santo de Deus participa da função profética de Cristo. Dá o testemunho vivo de Cristo, especialmente pela vida de fé e de amor, e oferece a Deus a hóstia de louvor como fruto dos lábios que exaltam o seu nome (cf. Hb 13, 15). O conjunto dos fiéis unidos pelo Espírito Santo (cf. 1Jo 2, 20.27) não pode errar na fé. Esta sua propriedade peculiar se manifesta pelo senso sobrenatural da fé, comum a todo o povo, desde os bispos até o último fiel leigo, demonstrado no acolhimento universal a tudo o que diz respeito à fé e aos costumes. O senso da fé é despertado e sustentado pelo Espírito de verdade. Graças a este senso, o povo de Deus, seguindo fielmente o magistério sagrado, não obedece a uma palavra humana, mas à palavra de Deus (cf. 1Ts 2, 13) transmitida aos fiéis de uma vez por todas (Jd 3). A ela adere firmemente, entende-a em profundidade e a aplica melhor à própria vida.

Mas não é só pelos sacramentos e pelos ministérios que o Espírito Santo santifica, dirige e fortalece o povo de Deus. Distribuindo os seus dons a cada um, conforme quer (1Cor 12, 11), o Espírito Santo distribui graças especiais aos fiéis das mais variadas condições, tornando-os aptos e dispostos a assumir os trabalhos e funções úteis à renovação e ao maior desenvolvimento da Igreja, de acordo com o que está escrito: Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito, para utilidade de todos (1Cor 12, 7). Todos esses carismas, dos mais extraordinários aos mais simples e mais difundidos devem ser acolhidos com ação de graças e satisfação, pois correspondem às necessidades da Igreja e lhe são úteis. Não se deve porém cobiçar temerariamente os dons extraordinários nem esperar deles, com presunção, frutos significativos nos trabalhos apostólicos. A apreciação sobre os dons e seu exercício ordenado no seio da Igreja pertence aos que a presidem, que têm especial mandato de não abafar o Espírito, mas tudo provar e reter o que é bom (cf. 1Ts 5, 12.19-21)".

**Nota:77**

**CR 138:** "No processo de educação permanente da fé, tanto na família como nas outras formas de estruturação da Catequese da comunidade cristã, as crianças e jovens:

- em face de uma sociedade baseada no neo-positivismo e no ativismo, aprenderão o senso do mistério e o gosto pela oração e pelo silêncio;
- em face da sociedade que tudo relativiza e apresenta como valor o que não o é, aprenderão a ter senso crítico;
- em face da sociedade competitiva e de consumo, onde tudo se vende e se compra, aprenderão a viver o senso da simplicidade, da gratuidade, a disposição de compartilhar e a solidariedade libertadora entre os pequenos;
- em face da sociedade repressiva, aprenderão a criatividade, a coragem empreendedora, a compreensão e o perdão;
- em face da sociedade massificante e escravizante, aprenderão a liberdade, a responsabilidade, que permitirão superar o egoísmo, a rotina, o vazio, a manipulação, a exploração;
- em face da sociedade pluralista, invadida por todo tipo de movimentos religiosos e ideológicos, aprenderão a dar razões de sua identidade cristã-católica e de sua esperança.

Aprenderão, enfim, na experiência com o Senhor Jesus e na vivência da comunidade, os valores propostos nas Bem-aventuranças."

**Nota:78**

**DV 24:** "O fundamento inabalável da teologia é, juntamente com a Tradição, a palavra de Deus escrita. Ela tira sua força e constante rejuvenescimento desse fundamento.

Toda verdade do mistério de Cristo deve ser perscrutada à luz da fé. As Sagradas Escrituras contêm a palavra de Deus. Como é inspirada, essa palavra é verdadeira e seu estudo é a alma da teologia.

A palavra da Escritura santifica e alimenta igualmente todo ministério da palavra: a pregação pastoral, a catequese e a instrução cristã, na qual a homilia litúrgica desempenha um papel de grande importância".

**Nota:79**

As orientações básicas dessa dimensão encontram-se, sobretudo, no documento conciliar *Sacrosanctum Concilium*, sobre a Sagrada Liturgia e no documento 43 da CNBB: *Animação da Vida Litúrgica no Brasil*, 1989.

**Nota:80**

João Paulo II, *Respeito à pureza e dignidade da Liturgia; Via privilegiada de evangelização*. Em: *Diretrizes aos Bispos do Brasil*, Loyola, 1991, p.44.

**Nota:81**

**Animação da Vida Litúrgica no Brasil, 174:** "É meta da criatividade a introdução de novos símbolos, mais compreensíveis do povo de hoje, porque criados pela piedade popular ou experimentados nas CEBs e outros grupos de oração. Para isso inaugure-se um processo de pesquisa, reflexão e análise, com ajuda de um grupo de trabalho, integrado por teólogos, liturgistas, pastoralistas e outros especialistas".

**Nota:82**

A dimensão ecumênica funda-se, sobretudo, nos documentos conciliares *Unitatis Redintegratio* e *Nostra Aetate*.

**Nota:83**

A dimensão ecumênica funda-se, sobretudo, nos documentos conciliares *Unitatis Redintegratio* e *Nostra Aetate*.

**Nota:84**

**UR 1:** "Promover a reintegração de todos os cristãos na unidade é um dos principais objetivos do Concílio Ecumênico Vaticano II. Embora a Igreja tenha sido fundada por Cristo como única, diversas comunhões cristãs se propõem hoje como a verdadeira herança de Jesus Cristo. Todos se dizem discípulos do Senhor, mas têm

sentimentos diversos e seguem caminhos diferentes, como se o próprio Cristo estivesse dividido. Essas divisões, evidentemente, contrariam a vontade de Cristo, são um escândalo para o mundo e prejudicam enormemente a pregação do Evangelho a toda a criatura.

Sábria e pacientemente, o Senhor dos séculos persegue os objetivos de sua graça. Ultimamente começou a provocar com maior intensidade, entre os cristãos separados, a dor espiritual pelas separações e o ardente desejo de se unirem. Um número cada vez maior de pessoas foi tocado por essa graça. Surgiu assim, entre os irmãos separados, por inspiração do Espírito Santo, um movimento em favor da restauração da unidade entre todos os cristãos. Desse movimento em prol da unidade, denominado ecumênico, participam todos os que invocam o Deus Trino, confessam que Jesus é Senhor e Salvador, não de cada um de nós em separado, mas das comunidades em que estamos reunidos, em que se ouve o Evangelho, nossa Igreja e de Deus. Embora de maneiras diversas, quase todos aspiram a uma Igreja una, visível, universal de fato, enviada a todo o mundo para que o mundo se converta ao Evangelho e assim seja salvo, para a glória de Deus.

Alegrando-se com tudo isso, o Concílio, depois de declarar a doutrina da Igreja, movido pelo desejo de restaurar a unidade entre todos os discípulos de Cristo, decidiu propor a todos os católicos subsídios, caminhos e maneiras de agir para que também eles, por vocação divina, possam corresponder a essa graça”.

#### **Nota:85**

**NA 1:** “Nessa época, em que o gênero humano se torna cada vez mais um só e em que aumenta a interdependência entre os povos, a Igreja é levada a dar maior atenção a seu relacionamento com as outras religiões. Sua missão de promover a unidade e o amor entre as pessoas, mais ainda, entre os povos, leva-a a considerar melhor o que é comum em todos e o que favorece sua unidade.

Todos os povos são uma só comunidade, por terem uma única origem. Foi Deus quem fez o gênero humano habitar sobre toda a face da terra. Têm também um único fim último: Deus, cuja providência, as manifestações de amor e os auxílios para a salvação se estendem a todos, até que se reúnam todos os eleitos na cidade santa, iluminada pelo brilho de Deus sob cuja luz caminham todos os povos.

Os membros das várias religiões buscam resposta às grandes interrogações sobre a condição humana, que tocam o mais profundo do coração humano, ontem e hoje: que é ser homem ou mulher? Qual é o fim da vida? Que é bem e que é mal? De onde vêm a dor e o sofrimento? Que sentido têm? Qual o caminho para alcançar a verdadeira felicidade? Que é a morte? O juízo? A retribuição depois da morte? Enfim, qual é o mistério final de nossa existência? De onde viemos e para onde vamos?”.

#### **Nota:86**

**LG 16:** “Os que ainda não receberam o Evangelho mantêm, com o povo de Deus, um relacionamento diversificado. Primeiro o povo a que foram dados os testamentos e as promessas, a cuja raça pertenceu Cristo, por nascimento (cf. Rm 9, 4-5). Povo escolhido com amor, definitivamente, pois os dons e vocação divinos nunca voltam atrás (cf. Rm 11, 28-29). A salvação alcança também aqueles que reconhecem o criador, antes de tudo os muçulmanos, que se filiam à fé de Abraão e conosco adoram a Deus, único e misericordioso, juiz de todos os homens no último dia. Mas Deus também não está longe daqueles que o buscam como a um desconhecido, através de suas sombras e imagens, pois a todos dá vida, inspiração e tudo o mais (cf. At 17, 25-28) e, como salvador, os quer salvar a todos, (cf. 1Tm 2, 4). Todos os que buscam a Deus sinceramente, procuram cumprir a sua vontade, conhecida através da consciência, e agem sob o influxo íntimo da graça, podem obter a salvação. A providência divina não priva dos auxílios necessários à salvação aqueles que, sem culpa expressa, ainda não alcançaram o conhecimento de Deus e procuram seguir o caminho do bem, não sem assistência da graça divina. A Igreja interpreta como preparação evangélica tudo que neles há de bom e de verdadeiro, dom daquele que ilumina todos as pessoas a fim de que tenham vida. Os seres humanos são muitas vezes enganados pelo maligno. Com raciocínios vazios trocam a verdade de Deus pela mentira e servem à criatura em lugar do criador (cf. Rm 1, 21.25). Vivendo e morrendo sem Deus, expõem-se ao eterno desespero. Por isso a Igreja, para a glória de Deus e salvação desses homens e mulheres, empenha-se nas missões, de acordo com o preceito do Senhor: Pregai o Evangelho a todas as criaturas. (Mc 16, 15)”.

**NA 2-4:** “Da mais remota antiguidade, até os dias de hoje, todos os povos têm certa percepção da energia latente na vida e nos acontecimentos humanos. Reconhecem assim, de algum modo, a divindade, o Pai. Esta percepção e este reconhecimento correspondem, em profundidade, a seu senso religioso.

A religião, desenvolvendo-se em conexão com a cultura, procura exprimir a resposta a estas questões fundamentais por intermédio de noções mais apuradas e numa linguagem melhor elaborada.

No hinduísmo, por exemplo, medita-se sobre o mistério divino, que se exprime numa fecundidade inexaurível de mitos, envidando incansáveis esforços filosóficos para conseguir a libertação dos vínculos de nossa condição. Com o mesmo objetivo, buscando refúgio em Deus, com amor e confiança, praticam-se diversas formas de vida ascética e de meditação transcendental.

Nas variadas formas de budismo, reconhece-se a radical insuficiência deste mundo mutável e se ensina o caminho a ser seguido pelo homem devoto e confiante, seja para chegar ao estado de perfeita libertação, seja para alcançar a suprema iluminação, com suas próprias forças e contando com o auxílio do alto.

De maneira semelhante, as demais religiões, espalhadas pelo mundo inteiro, procuram vir, de muitos modos, ao encontro da inquietação do coração humano, propondo caminhos, isto é, doutrinas, preceitos e ritos sagrados.

A Igreja Católica não rejeita o que é verdadeiro e santo em todas as religiões. Considera suas práticas, maneiras de viver, preceitos e doutrinas como reflexo, não raramente autêntico, da verdade que ilumina todos os seres humanos, ainda que se distanciem do que ela crê e ensina. Anuncia, porém, a Cristo, e se sente incessantemente obrigada a fazê-lo, como “caminho, verdade e vida” (Jo 14, 16), em que todos somos chamados a encontrar a plenitude da religião e em quem Deus reconciliou consigo todas as coisas.

Por isso a Igreja Católica exorta seus filhos ao diálogo e à colaboração com os seguidores das outras religiões, para que dêem o testemunho da fé e da vida cristã, reconhecendo, servindo e promovendo os bens espirituais e morais assim como os valores sócio-culturais presentes nelas.

**3.** A Igreja tem grande apreço pelos muçulmanos, que adoram a Deus, único, vivo, subsistente, misericordioso e onipotente, Criador do céu e da terra e que falou aos seres humanos, chamados a se submeter inteiramente aos seus decretos, mesmo ocultos, como a ele se submeteu Abraão, a quem a fé islâmica claramente se refere.

Embora não reconheçam Jesus como Deus, veneram-no como profeta, prestam homenagem à maternidade virginal de Maria e a ela se dirigem, às vezes, com grande devoção.

Vivem na expectativa do dia do juízo, em que Deus recompensará a todos os ressuscitados. Valorizam, pois, a vida moral e prestam culto a Deus, especialmente pela oração, com esmolas e jejum.

No correr dos tempos verificaram-se inúmeras dissensões e lutas entre cristãos e muçulmanos. No entanto, o Concílio agora convida todos a superarem esse passado e a cultivar sinceramente a compreensão mútua, a fim de protegermos e promovermos, juntos, em favor de todos os seres humanos, a justiça social, os bens morais, a paz e a liberdade.

**4.** Meditando sobre o mistério da Igreja, o Concílio colocou em evidência o laço de comunhão espiritual que liga o povo do Novo Testamento à raça de Abraão.

A Igreja de Cristo reconhece que sua fé e sua vocação começam com os patriarcas, com Moisés e com os profetas, segundo o mistério da salvação divina. Professora que todos os fiéis, na fé, são filhos de Abraão, participam de seu chamado, e que a saída do povo eleito da terra da servidão prefigura misticamente a salvação da Igreja.

Por isso a Igreja não pode esquecer que recebeu a revelação do Antigo Testamento por intermédio desse Povo, com o qual Deus, num gesto inefável de misericórdia, se dignou fazer a antiga aliança, raiz da boa oliveira, em que as nações foram enxertadas, como ramo adventício. A Igreja acredita que Cristo, nossa paz, reconciliou, pela cruz, judeus e não-judeus, tornando-os um, em si mesmo.

A Igreja tem sempre presente a palavra do apóstolo Paulo a respeito de sua gente, que “possui a adoção filial, a glória, as alianças, a legislação, o culto e as promessas que pertencem aos patriarcas e de quem nasceu Cristo, segundo a condição humana” (Rm 9, 4-5), sendo filho da Virgem Maria. Tem também presente que do mesmo povo judeu nasceram os apóstolos, fundamento e colunas da Igreja, e muitos dos primeiros discípulos, que anunciaram ao mundo o Evangelho.

Como diz a Escritura, Jerusalém não percebeu o alcance do momento em que era visitada. Grande parte dos judeus não acolheu o Evangelho, sendo que alguns deles até se opuseram à sua difusão. No entanto, segundo o Apóstolo, os judeus, por causa de seus antepassados, são ainda muito queridos de Deus, cujos dons nunca voltam atrás. Com os profetas e com o mesmo Apóstolo, a Igreja espera o dia conhecido somente de Deus, em que todos os povos invocarão ao Senhor numa só língua e o servirão unidos, “ombro a ombro” (Sf 3, 9).

O Concílio recomenda e estimula o conhecimento e a estima mútuos entre cristãos e judeus, cujo imenso patrimônio espiritual comum deve ser cultivado nos estudos bíblicos e teológicos e pelo diálogo fraterno.

Apesar de as autoridades judaicas e de seus sequazes terem tramado a morte de Cristo, sua paixão não pode ser indistintamente imputada a todos os judeus daquela época, nem, muito menos aos judeus de hoje. Embora a Igreja seja o novo povo de Deus, nem por isso os judeus, segundo as Escrituras, tornaram-se objeto de reprovação ou maldição de Deus. Sob esse aspecto é preciso cuidadosamente evitar tudo o que na catequese ou na pregação induza a pensar dessa forma, contrariando o Espírito de Cristo.

A Igreja condena todo tipo de perseguição. Movida, pois, pelo amor evangélico e religioso, muito mais do que por razões políticas, e levando em conta o patrimônio comum com os judeus, lamenta profundamente os ódios, perseguições e toda espécie de manifestações anti-semitas de que foram objeto os judeus, em qualquer época ou circunstância.

Aliás, como a Igreja sempre acreditou, Cristo se sujeitou livremente à paixão e morreu por causa do pecado de todos os seres humanos e para que todos se salvassem. Compete à Igreja anunciar a cruz de Cristo como sinal de seu amor universal e fonte de todas as graças”.

#### **Nota:87**

Sobre a presença transformadora da Igreja no mundo, o Concílio falou especialmente na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*. Outros documentos são: *Dignitatis Humanae*, sobre a liberdade religiosa; *Gravissimum Educationis*, sobre a educação; *Inter Mirifica*, sobre os Meios de Comunicação Social; *Apostolicam Actuositatem*, sobre a atuação do leigo no mundo. Ver também os documentos de Medellín e de Puebla (ns.1206 a 1253) e os numerosos documentos da Igreja no Brasil, como *Exigências Cristãs de uma Ordem Política* (1977), *Por uma Nova Ordem Constitucional* (1986). *Exigências Éticas da Ordem Democrática* (1989) e muitos outros documentos referentes a vários aspectos da questão social. A doutrina social da Igreja é enfatizada em muitos documentos pontifícios até a *Centesimus Annus*, fruto maduro de um século de magistério social.

#### **Nota:88**

**Mt 5,6-10:** “Felizes os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados. Felizes os que são misericordiosos, porque encontrarão misericórdia. Felizes os puros de coração, porque verão a Deus. Felizes os que promovem a paz, porque serão chamados filhos de Deus. Felizes os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino do Céu”.

#### **Nota:89**

**GS 4:** “No exercício desta função, a Igreja deve, em todas as épocas, perscrutar os sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho, para ser capaz de oferecer, de forma apropriada ao modo de ser de cada geração, respostas às grandes questões humanas a respeito do sentido da vida presente e futura.

É preciso conhecer e compreender o mundo em que se vive, sua índole, muitas vezes dramática, suas expectativas e seus desejos.

O gênero humano entrou numa nova era de sua história. Rápidas e profundas modificações se estendem paulatinamente a todo o mundo. Provocadas pela inteligência e pela criatividade humanas, recaem sobre o próprio ser humano, influenciando seu julgamento e seus desejos, individuais e coletivos, sua maneira de pensar e de agir tanto em relação às coisas como aos outros. Podemos falar de uma verdadeira transformação social e cultural, que repercute também na vida religiosa.

Como acontece em toda crise de crescimento, estas transformações causam enormes dificuldades. O ser humano vê aumentado enormemente o seu poder, embora nem sempre consiga usá-lo em seu benefício. Procura penetrar a intimidade da mente, mas é assaltado pela dúvida e pela insegurança a respeito de si mesmo. Compreende melhor as leis da vida social, mas hesita no que diz respeito à orientação que lhes deve imprimir.

O gênero humano nunca foi tão rico nem dispôs de tantos recursos e tanto poder econômico, no entanto uma grande parte dos habitantes da terra passa fome, é atormentada pela pobreza e pelo analfabetismo.

Nunca se teve um senso tão aguçado da liberdade, mas, ao mesmo tempo, surgem novas formas de escravidão social e psíquica.

O mundo percebe intensamente sua unidade e a interdependência de uns para com os outros, exigindo ampla e universal solidariedade, mas, ao mesmo tempo, cava-se um abismo cada vez maior entre as forças que se combatem. Persistem as violentas oposições políticas, sociais, econômicas, raciais e ideológicas, e não está afastado o perigo de uma guerra, que destruiria o mundo.

A intercomunicação sempre crescente entre os seres humanos não elimina o fato de que as mesmas palavras, que exprimem conceitos fundamentais adquirem sentidos contrários nas diversas ideologias.

Busca-se, finalmente, a realização de uma ordem temporal, sem preocupação com o aperfeiçoamento espiritual.

Envolvidos em tais condicionamentos, muitos contemporâneos têm dificuldade para captar os valores perenes e compô-los adequadamente com as novas descobertas. Agitados pelas esperanças e pelas angústias do que está acontecendo, tornam-se inquietos com tantas interrogações. Mas, na realidade, é um desafio que requer e até mesmo exige resposta".

#### Nota:90

**CA 37:** "Igualmente preocupante, ao lado do problema do consumismo e com ele estritamente ligada, é a questão ecológica. O homem, tomado mais pelo desejo do ter e do prazer, do que pelo de ser e de crescer, consome de maneira excessiva e desordenada os recursos da terra e da sua própria vida. Na raiz da destruição insensata do ambiente natural, há um erro antropológico, infelizmente muito espalhado no nosso tempo. O homem, que descobre a sua capacidade de transformar e, de certo modo, criar o mundo com o próprio trabalho, esquece que este se desenrola sempre sobre a base da doação originária das coisas por parte de Deus. Pensa que pode dispor arbitrariamente da terra, submetendo-a sem reservas à sua vontade, como se ela não possuísse uma forma própria e um destino anterior que Deus lhe deu, e que o homem pode, sim, desenvolver, mas não deve trair. Em vez de realizar o seu papel de colaborador de Deus na obra da criação, o homem substitui-se a Deus, e deste modo acaba por provocar a revolta da natureza mais tiranizada que governada por ele.

Nota-se aqui, antes de mais, uma pobreza ou mesquinhez da visão humana, mais animada pelo desejo de possuir as coisas do que relacioná-las com a verdade, privado do comportamento desinteressado, gratuito, estético que brota do assombro diante do ser e da beleza, que leva a ler, nas coisas visíveis, a mensagem do Deus invisível que as criou. A respeito disso, a humanidade de hoje deve estar consciente dos seus deveres e tarefas, em vista das gerações futuras".

#### Nota:91

cf. outras indicações no caderno da CNBB, *Sociedade Brasileira e Desafios Pastorais*, Ed. Paulinas, 1990.

#### Nota:92

**CA 41:** "O marxismo criticou as sociedades burguesas capitalistas, censurando-as pela coisificação e alienação da existência humana. Certamente esta censura baseia-se numa concepção errada e inadequada da alienação, porque restringe a sua causa apenas à esfera das relações de produção e propriedade, isto é, atribuindo-lhe um fundamento materialista e, além disso, negando a legitimidade e a positividade das relações de mercado, inclusive no âmbito que lhes é próprio. Acaba assim por afirmar que a alienação só poderia ser eliminada numa sociedade de tipo coletivista. Ora a experiência histórica dos Países socialistas demonstrou tristemente que o coletivismo não suprime a alienação, antes a aumenta, enquanto a ela junta ainda a carência das coisas necessárias e a ineficácia econômica.

A experiência histórica do Ocidente, por sua vez, demonstra que, embora sejam falsas a análise e a fundamentação marxista da alienação, todavia esta, com a perda do sentido autêntico da existência, é também uma experiência real nas sociedades ocidentais. Ela verifica-se no consumo, quando o homem se vê implicado numa rede de falsas e superficiais satisfações, em vez de ser ajudado a fazer a autêntica e concreta experiência da sua personalidade. A alienação verifica-se também no trabalho, quando é organizado de modo a maximizar apenas os seus frutos e rendimentos, não se preocupando de que o trabalhador, por meio de seu trabalho, se realize mais ou menos como homem, conforme cresça a sua participação numa autêntica comunidade humana solidária, ou então cresça o seu isolamento num complexo de relações de exacerçada competição e de recíproco alheamento, no qual ele aparece considerado apenas como um meio, e não como um fim.

É necessário reconduzir o conceito de alienação à perspectiva cristã, reconhecendo-a como a inversão dos meios pelos fins: quando o homem não reconhece o valor e a grandeza da pessoa em si próprio e no outro, de fato priva-se da possibilidade de usufruir da própria humanidade e de entrar na relação de solidariedade e de comunhão com os outros homens para a qual Deus o criou. Com efeito, é mediante o livre dom de si que o homem se torna autenticamente ele próprio, e este dom é possível graças à essencial capacidade de transcendência da pessoa humana. O homem não se pode doar a um projeto somente humano da realidade, nem a um ideal abstrato ou a falsas utopias. Ele, enquanto pessoa, consegue doar-se a uma outra pessoa ou outras pessoas e, enfim, a Deus, que é o autor do seu ser e o único que pode acolher plenamente o seu dom. Alienado é o homem que recusa transcender-se a si próprio e viver a experiência do dom de si e da formação de uma autêntica comunidade humana, orientada para o seu destino último, que é Deus. Alienada é a sociedade que, nas suas formas de organização social, de produção e de consumo, torna mais difícil a realização deste dom e a constituição dessa solidariedade interumana.

Na sociedade ocidental foi superada a exploração, pelo menos nas formas analisadas e descritas por Karl Marx. Pelo contrário, não foi superada a alienação nas várias formas de exploração quando os homens se instrumentalizam mutuamente e, na satisfação cada vez mais refinada das suas necessidades particulares e secundárias, se tornam surdos às suas carências verdadeiras e autênticas, que devem regular as modalidades de satisfação das outras necessidades. O homem que se preocupa só ou prevalentemente do ter e do prazer, incapaz já de dominar os seus instintos e paixões e de subordiná-los pela obediência à verdade, não pode ser livre: a obediência à verdade sobre Deus e o homem é a primeira condição da liberdade, permitindo-lhe ordenar as próprias necessidades, os próprios desejos e as modalidades da sua satisfação, segundo uma justa hierarquia, de modo que a posse das coisas seja para ele um meio de crescimento. Um obstáculo a tal crescimento pode vir da manipulação realizada por alguns meios de comunicação social que impõem, pela força

de uma bem orquestrada insistência, modos e movimentos de opinião, sem ser possível submeter a um exame crítico as premissas sobre as quais se fundamentam”.

**Nota:93**

**CA 46:** “A Igreja encara com simpatia o sistema da democracia, enquanto assegura a participação dos cidadãos nas opções políticas e garante aos governados a possibilidade quer de escolher e controlar os próprios governantes, quer de os substituir pacificamente, quando tal se torne oportuno; ela não pode, portanto, favorecer a formação de grupos restritos de dirigentes, que usurpam o poder do Estado a favor dos seus interesses particulares ou dos objetivos ideológicos.

Uma autêntica democracia só é possível num Estado de direito e sobre a base de uma reta concepção da pessoa humana. Aquela exige que se verifiquem as condições necessárias à promoção quer dos indivíduos através da educação e da formação nos verdadeiros ideais, quer da subjetividade da sociedade, mediante a criação de estruturas de participação e co-responsabilidade. Hoje tende-se a afirmar que o agnosticismo e o relativismo céptico constituem a filosofia e o comportamento fundamental mais idôneos às formas políticas democráticas, e que todos quantos estão convencidos de conhecer a verdade e firmemente aderem a ela não são dignos de confiança do ponto de vista democrático, porque não aceitam que a verdade seja determinada pela maioria ou seja variável segundo os diversos equilíbrios políticos. A este propósito, é necessário notar que, se não existe nenhuma verdade última que guie e oriente a ação política, então as idéias e as convicções podem ser facilmente instrumentalizadas para fins de poder. Uma democracia sem valores converte-se facilmente num totalitarismo aberto ou dissimulado, como a história demonstra.

A Igreja também não fecha os olhos diante do perigo do fanatismo, ou fundamentalismo, daqueles que, em nome de uma ideologia que se pretende científica ou religiosa, defendem poder impor aos outros homens a sua concepção da verdade e do bem. Não é deste tipo a verdade cristã. Não sendo ideológica, a fé cristã não presume encarcerar num esquema rígido a variável realidade sócio-política e reconhece que a vida do homem se realiza na história, em condições diversas e não perfeitas. A Igreja, portanto, reafirmando constantemente a dignidade transcendente da pessoa, tem, por método, o respeito da liberdade.

Mas a liberdade só é plenamente valorizada pela aceitação da verdade: num mundo sem verdade, a liberdade perde a sua consistência, e o homem acaba exposto à violência das paixões e a condicionalismos visíveis ou ocultos. O cristão vive a liberdade (cf. Jo 8,31-32), e serve-a propondo continuamente, segundo a natureza missionária da sua vocação, a verdade que conheceu. No diálogo com os outros homens, ele, atento a toda a parcela de verdade que encontre na experiência de vida e na cultura dos indivíduos e das Nações, não renunciará a afirmar tudo o que a sua fé e o reto uso da razão lhe deram a conhecer”.

**Nota:94**

Tema de análise e denúncia vigorosa da Encíclica do Papa João Paulo II, *Sollicitudo Rei Socialis*, 1987.

**Nota:95**

**ICM 140:** “O descompasso atual da política econômica aumenta a recessão e acentua o desemprego, levando ao desespero milhares de famílias. Analistas econômicos estimam que o desemprego e o subemprego atingem pelo menos 1/3 da população economicamente ativa. Essa situação vem expondo a população, principalmente nos grandes centros urbanos, à marginalização e à violência”.

**Nota:96**

cf. **CNBB, doc. 42 - Exigências éticas da ordem democrática art. 69:** “A democracia não se realiza, de fato, quando o sistema econômico exclui parcelas da população dos meios necessários a uma vida digna: acesso ao trabalho com justa remuneração, à moradia, à terra, à educação, à organização sindical, à participação nos lucros e na gestão da empresa”.

**Nota:97**

cf. **CNBB, Doc. 42 - Exigências éticas da ordem democrática art. 72:** “A existência de milhões de empobrecidos é a negação radical da ordem democrática. A situação em que vivem os pobres é critério para medir a bondade, a justiça, a moralidade, enfim, a efetivação da ordem democrática. Os pobres são os juizes da vida democrática de uma nação”.

**Nota:98**

**CA 46:** “A Igreja encara com simpatia o sistema da democracia, enquanto assegura a participação dos cidadãos nas opções políticas e garante aos governados a possibilidade quer de escolher e controlar os próprios governantes, quer de os substituir pacificamente, quando tal se torne oportuno; ela não pode, portanto, favorecer a formação de grupos restritos de dirigentes, que usurpam o poder do Estado a favor dos seus interesses particulares ou dos objetivos ideológicos.

Uma autêntica democracia só é possível num Estado de direito e sobre a base de uma reta concepção da pessoa humana. Aquela exige que se verifiquem as condições necessárias à promoção quer dos indivíduos através da educação e da formação nos verdadeiros ideais, quer da subjetividade da sociedade, mediante a criação de estruturas de participação e co-responsabilidade. Hoje tende-se a afirmar que o agnosticismo e o relativismo céptico constituem a filosofia e o comportamento fundamental mais idôneos às formas políticas democráticas, e que todos quantos estão convencidos de conhecer a verdade e firmemente aderem a ela não são dignos de confiança do ponto de vista democrático, porque não aceitam que a verdade seja determinada pela maioria ou seja variável segundo os diversos equilíbrios políticos. A este propósito, é necessário notar que, se não existe nenhuma verdade última que guie e oriente a ação política, então as idéias e as convicções podem ser facilmente instrumentalizadas para fins de poder. Uma democracia sem valores converte-se facilmente num totalitarismo aberto ou dissimulado, como a história demonstra.

A Igreja também não fecha os olhos diante do perigo do fanatismo, ou fundamentalismo, daqueles que, em nome de uma ideologia que se pretende científica ou religiosa, defendem poder impor aos outros homens a sua concepção da verdade e do bem. Não é deste tipo a verdade cristã. Não sendo ideológica, a fé cristã não presume encarcerar num esquema rígido a variável realidade sócio-política e reconhece que a vida do homem se realiza na história, em condições diversas e não perfeitas. A Igreja, portanto, reafirmando constantemente a dignidade transcendente da pessoa, tem, por método, o respeito da liberdade.

Mas a liberdade só é plenamente valorizada pela aceitação da verdade: num mundo sem verdade, a liberdade perde a sua consistência, e o homem acaba exposto à violência das paixões e a condicionalismos visíveis ou ocultos. O cristão vive a liberdade (cf. Jo 8,31-32), e serve-a propondo continuamente, segundo a natureza

missionária da sua vocação, a verdade que conheceu. No diálogo com os outros homens, ele, atento a toda a parcela de verdade que encontre na experiência de vida e na cultura dos indivíduos e das Nações, não renunciará a afirmar tudo o que a sua fé e o reto uso da razão lhe deram a conhecer”.

**Nota:99**

**RM 42:** “O homem contemporâneo acredita mais nas testemunhas do que nos mestres, mais na experiência do que na doutrina, mais na vida e nos fatos do que nas teorias. O testemunho da vida cristã é a primeira e insubstituível forma de missão: Cristo, cuja missão nós continuamos, é a testemunha por excelência (Ap 1,5; 3,14) e o modelo do testemunho cristão. O Espírito Santo acompanha o caminho da Igreja, associando-a ao testemunho que ele próprio dá de Cristo (cf. Jo 15,26-27).

A primeira forma de testemunho é a própria vida do missionário, da família cristã e da comunidade eclesial, que torna visível um novo modo de se comportar. O missionário que, apesar dos seus limites e defeitos humanos, vive com simplicidade, segundo o modelo de Cristo, é um sinal de Deus e das realidades transcendentais. Mas todos, na Igreja, esforçando-se por imitar o divino Mestre, podem e devem dar o mesmo testemunho, que é, em muitos casos, o único modo possível de se ser missionário.

O testemunho evangélico, a que o mundo é mais sensível, é o da atenção às pessoas e o da caridade em favor dos pobres, dos mais pequenos, e dos que sofrem. A gratuidade deste relacionamento e destas ações, em profundo contraste com o egoísmo presente no homem, faz nascer questões precisas, que orientam para Deus e para o Evangelho. Também o compromisso com a paz, a justiça, os direitos do homem, a promoção humana, é um testemunho do Evangelho, caso seja um sinal de atenção às pessoas e esteja ordenado ao desenvolvimento integral do homem”.

**Nota:100**

**RM 44:** “O anúncio tem a prioridade permanente na missão: a Igreja não pode esquivar-se ao mandato explícito de Cristo, não pode privar os homens da Boa-Nova de que Deus os ama e salva. A evangelização conterá sempre como base, centro e, ao mesmo tempo, vértice do seu dinamismo uma proclamação clara de que, em Jesus Cristo (...) a salvação é oferecida a cada homem, como dom de graça e de misericórdia do próprio Deus. Todas as formas de atividade missionária tendem para esta proclamação que revela e introduz no mistério, desde sempre escondido e agora revelado em Cristo (cf. Ef 3,3-9; Cl 1,25-29), o qual se encontra no âmago da missão e da vida da Igreja, como ponto fulcral de toda a evangelização.

Na realidade complexa da missão, o primeiro anúncio tem um papel central e insubstituível, porque introduz no mistério do amor de Deus, que, em Cristo, nos chama a uma estreita relação pessoal com ele e predispõe a vida para a conversão. A fé nasce do anúncio, e cada comunidade eclesial consolida-se e vive da resposta pessoal de cada fiel a esse anúncio. Como a economia salvífica está centrada em Cristo, assim a atividade missionária tende para a proclamação de seu mistério.

O anúncio tem por objeto Cristo crucificado, morto e ressuscitado: por meio dele realiza-se a plena e autêntica libertação do mal, do pecado e da morte; nele Deus dá a vida nova, divina e eterna. É esta a Boa-Nova, que muda o homem e a história da humanidade, e que todos os povos têm o direito de conhecer. Um tal anúncio tem de se inserir no contexto vital do homem e dos povos que o recebem. Além disso, ele deve ser feito numa atitude de amor e de estima a quem o escuta, com uma linguagem concreta e adaptada às circunstâncias. Para isso concorre o Espírito, que instaura uma união entre o missionário e os ouvintes, tornada possível enquanto um e os outros, por Cristo, entram em comunhão com o Pai”.

**Nota:101**

**GI 5:** “Cristo nos libertou para que sejamos verdadeiramente livres. Portanto, fiquem firmes e não se submetam de novo ao jugo da escravidão.

Eu, Paulo, declaro: se vocês se fazem circuncidar, Cristo de nada adiantará para vocês. E a todo homem que se faz circuncidar, eu declaro: agora está obrigado a observar toda a Lei. Vocês que buscam a justiça na Lei se desligaram de Cristo e se separaram da graça. Nós, de fato, aguardamos no Espírito a esperança de nos tornarmos justos através da fé, porque, em Jesus Cristo, o que conta não é a circuncisão ou a não circuncisão, mas a fé que age por meio do amor.

Vocês estavam correndo bem. Quem foi que colocou obstáculo para que vocês não obedecessem mais à verdade? Tal influência não vem daquele que chama vocês. Um pouco de fermento basta para levedar toda a massa! Confio no Senhor que vocês estão de acordo com isso. Aquele, porém, que os perturba sofrerá condenação, seja quem for. Quanto a mim, irmãos, se é verdade que ainda prego a circuncisão, por que sou perseguido? Nesse caso, o escândalo da cruz estaria anulado! Tomara que aqueles que estão perturbando vocês se mutilassem de uma vez por todas!

Irmãos, vocês foram chamados para serem livres. Que essa liberdade, porém, não se torne desculpa para vocês viverem satisfazendo os instintos egoístas. Pelo contrário, coloquem-se a serviço uns dos outros através do amor. Pois toda a Lei encontra a sua plenitude num só mandamento: Ame o seu próximo como a si mesmo. Mas, se vocês se mordem e se devoram uns aos outros, tomem cuidado! Vocês vão acabar destruindo-se mutuamente.

Por isso é que lhes digo: vivam segundo o Espírito, e assim não farão mais o que os instintos egoístas desejam. Porque os instintos egoístas têm desejos que estão contra o Espírito, e o Espírito contra os instintos egoístas; os dois estão em conflito, de modo que vocês não fazem o que querem. Mas, se forem conduzidos pelo Espírito, vocês não estarão mais submetidos à Lei. Além disso, as obras dos instintos egoístas são bem conhecidas: fornicação, impureza, libertinagem, idolatria, feitiçaria, ódio, discórdia, ciúme, ira, rivalidade, divisão, sectarismo, inveja, bebedeira, orgias e outras coisas semelhantes. Repito o que já disse: os que fazem tais coisas não herdarão o Reino de Deus. Mas o fruto do Espírito é amor, alegria, paz, paciência, bondade, benevolência, fé, mansidão e domínio de si. Contra essas coisas não existe lei. Os que pertencem a Cristo crucificaram os instintos egoístas junto com suas paixões e desejos. Se vivemos pelo Espírito, caminhemos também sob o impulso do Espírito. Não sejamos ambiciosos de glória, provocando-nos mutuamente e tendo inveja uns dos outros”.

**Lc 4,18:** “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos”.

**Lc, 22-23:** “Felizes de vocês se os homens os odeiam, se os expulsam, os insultam e amaldiçoam o nome de vocês, por causa do Filho do Homem. Alegrem-se nesse dia, pulem de alegria, pois será grande a recompensa de vocês no céu, porque era assim que os antepassados deles tratavam os profetas”.

**Nota:102**

**LG 10-12:** “10. O Cristo Senhor, constituído pontífice dentre os homens (cf. Hb 5, 1-5) fez do novo povo um reino de sacerdotes para Deus, seu Pai (Ap 1, 6; cf. 5, 9-10). Os batizados são consagrados pela regeneração e pela unção do Espírito Santo. Todas as ações dos cristãos são como hóstias oferecidas: proclamam a força daquele que nos libertou das trevas para vivermos na sua luz admirável (cf. 1Pd 2, 4-10). Sendo assim, todos os discípulos de Cristo se oferecem como hóstia viva, santa e agradável a Deus (cf. At 2, 42-47), testemunham Cristo em toda parte e a todos que procuram dão a razão de sua esperança na vida eterna (cf. 1Pd 3, 15).

Há uma diferença de essência e não apenas de grau entre o sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico. Contudo, ambos participam a seu modo do mesmo sacerdócio de Cristo e mantêm, por isso, estreita relação entre si. O sacerdócio ministerial, em virtude do poder sagrado que o caracteriza, visa à formação e governo do povo sacerdotal, realiza o sacrifício eucarístico em nome de Cristo e o oferece, em nome do povo. Os fiéis por sua vez, em virtude de seu sacerdócio régio, tomam parte na oblação eucarística. Exercem contudo seu sacerdócio na recepção dos sacramentos, na oração e na ação de graças, no testemunho da vida santa, na abnegação e na prática da caridade.

**11.** A índole sagrada e a constituição orgânica da comunidade sacerdotal se efetivam nos sacramentos e na prática cristã. Incorporados à Igreja pelo batismo, os fiéis recebem o caráter que os qualifica para o culto. Por outro lado, renascidos como filhos de Deus, devem professar a fé que receberam de Deus, por intermédio da Igreja.

O sacramento da confirmação os vincula ainda mais intimamente à Igreja e lhes confere de modo especial a força do Espírito Santo. Daí a obrigação maior de difundir e defender a fé, pela palavra e pelas obras, como verdadeiras testemunhas de Cristo.

Participando do sacrifício eucarístico, fonte e ápice de toda a vida cristã, os fiéis oferecem a Deus a vítima divina e se oferecem com ela. Juntamente com os ministros, cada um a seu modo, têm todos um papel específico a desempenhar na ação litúrgica, tanto na oblação como na comunhão. Alimentando-se todos com o corpo de Cristo, demonstram de maneira concreta a unidade do povo de Deus, proclamada e realizada pelo sacramento da eucaristia.

Os fiéis que procuram o sacramento da penitência obtêm da misericórdia de Deus o perdão da ofensa que lhe fizeram. Ao mesmo tempo, se reconciliam-se com a Igreja, que ofenderam ao pecar e que contribui para sua conversão pelo amor, pelo exemplo e pelas orações.

Pela sagrada unção dos enfermos e pela oração dos sacerdotes, a Igreja inteira recomenda os doentes ao Senhor, para seu alívio e salvação (cf. Tg 5, 14). Exorta-os a se unirem livremente à paixão e à morte de Cristo (cf. Rm 8, 17; Cl 1, 24; 2Tm 2, 11-12; 1Pd 4, 13), dando assim sua contribuição para o bem do povo de Deus.

Os fiéis marcados pelo sacramento da ordem são igualmente constituídos, em nome de Cristo, para conduzir a Igreja pela palavra e pela graça de Deus.

Finalmente os fiéis se dão o sacramento do matrimônio, manifestação e participação da unidade e do amor fecundo entre Cristo e sua Igreja (cf. Ef 5, 32). Ajudam-se mutuamente a se santificar na vida conjugal, no acolhimento e na educação dos filhos. Contam, por isso, com um dom específico e um lugar próprio ao seu estado de vida, no povo de Deus. A família procede dessa união. Nela nascem os novos membros da sociedade humana que, batizados, se tornarão filhos de Deus pela graça do Espírito Santo e perpetuarão o povo de Deus através dos séculos. A família é uma espécie de Igreja doméstica. Os pais são os primeiros anunciadores da fé e devem cuidar da vocação própria de cada um dos filhos, especialmente da vocação sagrada.

Todos os fiéis, de qualquer estado ou condição, de acordo com o caminho que lhes é próprio, são chamados pelo Senhor à perfeição da santidade, que é a própria perfeição de Deus e, por isso, dispõem de tais e de tantos meios.

**12.** O povo santo de Deus participa da função profética de Cristo. Dá o testemunho vivo de Cristo, especialmente pela vida de fé e de amor, e oferece a Deus a hóstia de louvor como fruto dos lábios que exaltam o seu nome (cf. Hb 13, 15). O conjunto dos fiéis unidos pelos Espírito Santo (cf. 1Jo 2, 20-27) não pode errar na fé. Esta sua propriedade peculiar se manifesta pelo senso sobrenatural da fé, comum a todo o povo, desde os bispos até o último fiel leigo, demonstrado no acolhimento universal a tudo o que diz respeito à fé e aos costumes. O senso da fé é despertado e sustentado pelo Espírito de verdade. Graças a este senso, o povo de Deus, seguindo fielmente o magistério sagrado, não obedece a uma palavra humana, mas à palavra de Deus (cf. 1Ts 2, 13) transmitida aos fiéis de uma vez por todas (Jd 3). A ela adere firmemente, entende-a em profundidade e a aplica melhor à própria vida.

Mas não é só pelos sacramentos e pelos ministérios que o Espírito Santo santifica, dirige e fortalece o povo de Deus. Distribuindo os seus dons a cada um, conforme quer (1Cor 12, 11), o Espírito Santo distribui graças especiais aos fiéis das mais variadas condições, tornando-os aptos e dispostos a assumir os trabalhos e funções úteis à renovação e ao maior desenvolvimento da Igreja, de acordo com o que está escrito: Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito, para utilidade de todos (1Cor 12, 7). Todos esses carismas, dos mais extraordinários aos mais simples e mais difundidos devem ser acolhidos com ação de graças e satisfação, pois correspondem às necessidades da Igreja e lhe são úteis. Não se deve porém cobiçar temerariamente os dons extraordinários nem esperar deles, com presunção, frutos significativos nos trabalhos apostólicos. A apreciação sobre os dons e seu exercício ordenado no seio da Igreja pertence aos que a presidem, que têm especial mandato de não abafar o Espírito, mas tudo provar e reter o que é bom (cf. 1Ts 5, 12.19-21).”

**Nota:103**

**Lc 19,6:** “Ele desceu rapidamente, e recebeu Jesus com alegria”.

**18,15-17:** “Alguns levaram criancinhas para que Jesus tocasse nelas. Vendo isso, os discípulos os repreendiam. Jesus, porém, chamou os discípulos, e disse: Deixem as crianças vir a mim. Não lhes proibam, porque o Reino de Deus pertence a elas. Eu garanto a vocês: quem não receber como criança o Reino de Deus, nunca entrará nele”.

**Jo 13,20-22:** “Eu garanto a vocês: quem recebe aquele que eu envio, está recebendo a mim e quem me recebe, está recebendo aquele que me enviou.”

Depois de dizer essas coisas, Jesus ficou profundamente comovido e disse com toda a clareza: Eu garanto que um de vocês vai me trair. Desconcertados, os discípulos olhavam uns para os outros, pois não sabiam de quem Jesus estava falando.”

**Nota:104**

**ICM 70:** “O anúncio explícito de Jesus Cristo e de sua mensagem exige uma pedagogia. Deve atingir o homem em sua situação e conduzi-lo, sem prender-se a etapas cronológicas, mas progressivamente, à plena maturidade da fé. De fato, num ambiente não evangelizado, a atuação do cristão pode começar pela simples presença, por um testemunho silencioso de solidariedade que vai crescendo num empenho ativo pela justiça e a libertação, num testemunho de oração e de caridade fraterna, para culminar no anúncio explícito e pleno da riqueza da mensagem evangélica”.

**Nota:105**

**CA 39:** “A primeira e fundamental estrutura a favor da ecologia humana é a família, no seio da qual o homem recebe as primeiras e determinantes noções acerca da verdade e do bem, aprende o que significa amar e ser amado e, conseqüentemente, o que quer dizer, em concreto, ser uma pessoa. Pensa-se aqui na família fundada sobre o matrimônio, onde a doação recíproca de si mesmo, por parte do homem e da mulher, cria um ambiente vital onde a criança pode nascer e desenvolver as suas potencialidades, tornar-se consciente da sua dignidade e preparar-se para enfrentar o seu único e irrepetível destino. Muitas vezes dá-se o inverso; o homem é desencorajado de realizar as autênticas condições da geração humana, e aliciado a considerar a si próprio e à sua vida mais como um conjunto de sensações a serem experimentadas do que como uma obra a realizar. Daqui nasce uma carência de liberdade que o leva a renunciar ao compromisso de se ligar estavelmente com outra pessoa e de gerar filhos, ou que o induz a considerar estes últimos como uma de tantas coisas que é possível ter ou não ter, segundo os próprios gostos, e que entram em concorrência com outras possibilidades. É necessário voltar a considerar a família como o santuário da vida. De fato, ela é sagrada: é o lugar onde a vida, dom de Deus, pode ser convenientemente acolhida e protegida contra os múltiplos ataques a que está exposta, e pode desenvolver-se segundo as exigências de um crescimento humano autêntico. Contra a denominada cultura da morte, a família constitui a sede da cultura da vida.

O engenho humano parece orientar-se, nesse campo, mais para limitar, suprimir ou anular as fontes da vida, chegando até ao recurso do aborto, infelizmente tão espalhado pelo mundo, do que para defender e criar possibilidades à mesma vida. Na Encíclica **Sollicitudo Rei Socialis**, foram denunciadas as campanhas sistemáticas contra a natalidade, que, baseadas numa concepção distorcida do problema demográfico e num clima de absoluta falta de respeito pela liberdade de decisão das pessoas interessadas, as submetem muitas vezes a pressões intoleráveis (...) a fim de cederem a esta nova forma de opressão. Trata-se de políticas que, com novas técnicas, estendem o seu raio de ação até ao ponto de chegarem, como numa guerra química, a envenenar a vida de milhões de seres humanos indefesos.

Estas críticas, são dirigidas não tanto contra um sistema econômico, quanto contra um sistema ético-cultural. De fato, a economia é apenas um aspecto e uma dimensão da complexa atividade humana. Se ela for absolutizada, se a produção e o consumo das coisas acabar por ocupar o centro da vida social, tornando-se o único valor verdadeiro da sociedade, não subordinado a nenhum outro, a causa terá de ser procurada não tanto no próprio sistema econômico, quanto no fato de que todo o sistema sócio-cultural, ignorando a dimensão ética e religiosa, ficou debilitado, limitando-se apenas à produção dos bens e dos serviços.

Tudo isto se pode resumir afirmando mais uma vez que a liberdade econômica é apenas um elemento da liberdade humana. Quando aquela se torna autônoma, isto é, quando o homem é visto mais como um produtor ou um consumidor de bens do que como um sujeito que produz e consome para viver, então ela perde a sua necessária relação com a pessoa humana e acaba por a alienar e oprimir”.

**Nota:106**

**CR 113:** “Pois, por tudo o que vimos anteriormente, na Catequese realiza-se uma *inter-ação* (= um relacionamento mútuo e eficaz) entre a experiência de vida e a formulação da fé; entre a vivência atual e o dado da Tradição. De um lado, a experiência da vida levanta perguntas de outro, a formulação da fé é busca e explicitação das respostas a essas perguntas. De um lado, a fé propõe a mensagem de Deus e convida a uma comunhão com ele, que ultrapassa a busca e as expectativas humanas; de outro, a experiência humana é questionada e estimulada a abrir-se para esse horizonte mais amplo”.

**Nota:107**

cf. CNBB, Doc. 43, **Animação da Vida Litúrgica no Brasil, art. 83:** “Nosso corpo, sensível e dócil ao movimento, é uma fonte inesgotável de expressão. Por isso, na liturgia têm importância os gestos, as posturas, as caminhadas e a dança”.

**Nota:108**

cf. especialmente Dignitatis Humanae (DH) e Unitatis Redintegratio (UR), documentos do Concílio Vaticano II.

**Nota:109**

cf. **Familiaris Consortio (FC), 52:** “À medida que a família cristã acolhe o Evangelho e amadurece na fé, torna-se comunidade evangelizadora. Escutemos de novo Paulo VI: “A família, como a Igreja, deve ser um lugar onde se transmite o Evangelho e donde o Evangelho irradia. Portanto, no interior de uma família consciente desta missão, todos os componentes evangelizam e são evangelizados. Os pais não só comunicam aos filhos o Evangelho, mas podem também receber deles o mesmo Evangelho profundamente vivido. Uma tal família torna-se, então, evangelizadora de muitas outras famílias e do ambiente no qual está inserida”.

Como repetiu o Sínodo, retomando o meu apelo lançado em Puebla, a futura evangelização depende em grande parte da Igreja doméstica. Esta missão apostólica da família tem as suas raízes no batismo e recebe da graça sacramental do matrimônio uma nova força para transmitir a fé, para santificar e transformar a sociedade atual segundo o desígnio de Deus.

A família cristã, sobretudo hoje, tem uma especial vocação para ser testemunha da aliança pascal de Cristo, mediante a irradiação constante da alegria do amor e da certeza da esperança, da qual deve tornar-se reflexo: “A família cristã proclama em alta voz as virtudes presentes do Reino de Deus e a esperança na vida bem-aventurada.

A absoluta necessidade da catequese familiar surge com singular vigor em determinadas situações que infelizmente a Igreja experimenta em diversos lugares: “Onde uma legislação anti-religiosa pretende impedir

até a educação na fé, onde uma incredulidade difundida ou um secularismo invasor tornam praticamente impossível um verdadeiro crescimento religioso, aquela que poderia ser chamada “Igreja doméstica” fica como único ambiente, no qual crianças e jovens podem receber uma autêntica catequese”.

**Nota:110**

**Jo 10,14:** “Eu sou o bom pastor: conheço minhas ovelhas, e elas me conhecem”.

**Nota:111**

cf. **SC 42:** “Mas o bispo não pode estar sempre presente à sua igreja, nem presidir o rebanho em toda parte. É preciso, por isso que se constituam comunidades de fiéis. Entre essas, têm especial relevo as paróquias locais, organizadas em torno de um pastor que faz as vezes de bispo. São elas que, de certa forma, representam a Igreja visível existente no mundo.

A vida litúrgica paroquial deve manter no espírito e na prática, estreita relação com o bispo, tanto por parte dos fiéis como pelo clero. A celebração da missa dominical é a principal expressão e o sustento do espírito paroquial comunitário”.

**LG 26:** “O bispo possui a plenitude do sacramento da ordem. É chamado administrador da graça do sacerdócio supremo especialmente quando oferece ou cuida que seja oferecida a eucaristia, que alimenta e faz crescer continuamente a Igreja. São Igreja de Cristo todas as comunidades legítimas de fiéis, espalhadas por toda a parte, em torno de seus respectivos pastores. No Novo Testamento, merecem o nome de Igrejas. Lá onde estão, são, em plenitude, o novo povo chamado por Deus, no Espírito Santo (cf. 1Ts 1, 5). Os fiéis se reúnem em igrejas pela pregação do Evangelho de Cristo e celebram o mistério da ceia do Senhor de maneira que a fraternidade de todos se concretize pela comida e pela bebida do corpo do Senhor. No altar de cada comunidade, reunida pelo santo ministério do bispo, oferece-se o símbolo da caridade e da unidade do corpo místico, sem as quais não pode haver salvação. Tendo consigo a Igreja una, santa, católica e apostólica, Cristo está presente em todas essas comunidades, por pequenas e pobres que sejam, mesmo quando vivem no isolamento, pois a participação no corpo e no sangue de Cristo nos transforma naquilo que tomamos.

Toda celebração legítima da eucaristia é dirigida pelo bispo, a quem foi confiado o culto da religião cristã, que deve ser prestado a Deus, administrado conforme os preceitos do Senhor e as leis da Igreja, segundo as determinações do bispo, em sua diocese.

Os bispos difundem a plenitude da santidade de Cristo de maneira variada e abundante, quando oram e trabalham para o povo. Comunicam aos fiéis a força de Deus, que salva, pelo ministério da palavra (cf. Rm 1, 16). Santificam os fiéis pelos sacramentos, cuja distribuição regular e frutuosa devem dispor segundo sua autoridade. Devem estabelecer as normas para o batismo, que dá participação no sacerdócio régio de Cristo. São os ministros ordinários da confirmação, os dispensadores das ordens sagradas e os moderadores da disciplina penitencial. Devem exortar e instruir o povo para que participe com fé e respeito da liturgia, especialmente do sagrado sacrifício da missa. Devem finalmente dar exemplo de vida aos que são por ele presididos, afastando-se de todo mal, convertendo-se ao bem, graças ao auxílio do Senhor, para que alcancem a vida eterna, juntamente com seu rebanho”.

**Nota:112**

**CT 67:** “Quer se queira quer não, a paróquia continua a ser um ponto de referência importante para o povo cristão, e até mesmo para os não-praticantes...”.

**Nota:113**

**LG 9:** “Todo aquele que pratica a justiça é acolhido por Deus (cf. At 10, 35), em qualquer situação, tempo ou lugar. Deus quis entretanto santificar e salvar os homens não como simples pessoas, independentemente dos laços sociais que os unem, mas constituiu um povo para reconhecê-lo na verdade e servi-lo na santidade.

Escolheu então o povo judeu, fez com ele uma aliança e o foi instruindo gradativamente. Manifestou-se-lhe revelando sua vontade através da história e o santificando para si.

Tudo isso, porém, era preparação e prenúncio da nova aliança, perfeita, a ser realizada em Cristo, Revelação plena, que seria selada pelo próprio Verbo de Deus encarnado. Virão os dias, diz o Senhor, que farei com a casa de Israel e com a casa de Judá uma nova aliança... Colocarei minha lei em seu peito e a escreverei em seu coração. Serei o Deus deles e eles serão o meu povo... Porque todos, grandes e pequenos, me conhecerão (Jr 31, 31-34).

Foi Cristo quem instituiu essa nova aliança, testamento novo, firmado com seu sangue (cf. 1Cor 11, 25), reunindo judeus e pagãos na unidade de um só povo, não segundo a raça, mas segundo o Espírito: o povo de Deus. Os fiéis renascem em Cristo pela palavra de Deus vivo (cf. 1Pd 1, 23), que não está sujeita à corrupção como o está a geração humana. Renascem não da carne, mas pela água e pelo Espírito Santo (cf. Jo 3, 5-6). Constituem, assim, uma raça eleita, sacerdócio régio, nação santa e povo adquirido (...) que antes não era povo, mas se tornou povo de Deus (1Pd 2, 9-10)”.

**AG 2:** “A Igreja peregrina é por natureza missionária. Nasce, segundo o desígnio divino, da própria missão do Filho e do Espírito Santo.

Tal designo flui do “amor original” ou da caridade do Pai, Princípio imprincipiado, de que o Filho é gerado e de que procede o Espírito Santo, por intermédio do Filho. Por sua infinita misericórdia e ternura, a bondade divina nos cria livremente e nos chama graciosamente a participar de sua vida e de sua glória, difundindo a bondade com liberalidade sem fim, de tal sorte que o criador de todas as coisas venha a ser, ao cabo e ao fim, *tudo em todos* (1Cor 15, 28), para sua glória e nossa felicidade. Deus não chama os seres humanos individualmente, independentemente das relações de uns com os outros, pois visa a constituir um só povo, em que estejam reunidos todos os seus filhos”.

**RMI 48:** “A conversão e o batismo inserem na Igreja, onde ela já existe, ou então implicam a constituição de novas comunidades, que confessem Jesus Senhor e Salvador. Isto faz parte do desígnio de Deus, a quem aprouve chamar os homens a participar de sua própria vida, não um a um, mas constituídos como povo, no qual seus filhos dispersos fossem reconduzidos à unidade.

A missão ad gentes tem este objetivo: fundar comunidades cristãs, desenvolver Igrejas até sua completa maturação. Esta é uma meta central e qualificativa da atividade missionária, de tal modo que esta não se pode considerar verdadeiramente concluída, enquanto não tiver conseguido edificar uma nova Igreja particular, atuando normalmente no ambiente local. Disto fala amplamente o Decreto Ad Gentes, e, já depois do Concílio, se consolidou a linha teológica que defende que todo o mistério da Igreja está contido em cada uma das Igrejas

particulares, desde que esta não se isole, mas permaneça em comunhão com a Igreja universal e, por sua vez, se faça também missionária. Trata-se de um grande e longo trabalho, onde é difícil indicar as etapas em que cessa a ação propriamente missionária para se passar à atividade pastoral. Mas alguns pontos devem ficar claros”.

**Nota:114**

**Mt 11,25:** “Naquele tempo, Jesus disse: Eu te louvo, Pai, Senhor do céu e da terra, porque escondeste essas coisas aos sábios e inteligentes, e as revelaste aos pequeninos”.

**Nota:115**

**Puebla 152:** “Dará importância à pastoral urbana com a criação de novas estruturas eclesiais, que, sem desconhecer a validade da paróquia renovada, permitam que se enfrente a problemática apresentada pelas enormes concentrações humanas de hoje. Também multiplicará esforços para atender melhor a pastoral do campo”.

**Nota:116**

**Puebla 441:** “A necessidade de traçar critérios e caminhos, baseados na experiência e na imaginação, para uma pastoral da cidade, onde se encontram em gestação os novos modos de cultura bem como o aumento do esforço evangelizador e promotor dos grupos indígenas e afro-americanos”.

**Nota:117**

**Cfl 26:** “A comunhão eclesial, embora possua sempre uma dimensão universal, encontra a sua expressão mais imediata e visível na paróquia: esta é a última localização da Igreja; é, em certo sentido, a própria Igreja que vive no meio das casas dos seus filhos e das suas filhas.

É necessário que todos redescubramos, na fé, a verdadeira face da paróquia, ou seja, o próprio mistério da Igreja presente e operante nela: embora, por vezes, pobre em pessoas e em meios, e outras vezes dispersa em territórios vastíssimos ou quase desaparecida no meio de bairros modernos populosos e caóticos, a paróquia não é principalmente uma estrutura, um território, um edifício, mas é sobretudo a família de Deus, como uma fraternidade animada pelo espírito de unidade, é uma casa de família, fraterna e acolhedora, é a comunidade de fiéis. Em definitivo, a paróquia está fundada sobre uma realidade teológica, pois ela é uma comunidade eucarística. Isso significa que ela é uma comunidade idônea para celebrar a Eucaristia, na qual se situa a raiz viva do seu edificar-se e o vínculo sacramental do seu estar em plena comunhão com toda a Igreja. Essa idoneidade mergulha no fato de a paróquia ser uma comunidade de fé e uma comunidade orgânica, isto é, constituída pelos ministros ordenados e pelos outros cristãos, na qual o pároco que representa o bispo diocesano é o vínculo hierárquico com toda a Igreja particular.

É deveras imenso o trabalho da Igreja nos nossos dias e, para realizá-lo, a paróquia sozinha não pode bastar. Por isso, o Código de Direito Canônico prevê formas de colaboração entre paróquias no âmbito do território e recomenda ao bispo o cuidado de todas as categorias de fiéis, até das que não são atingidas pelo cuidado pastoral ordinário.

De fato, muitos lugares e formas de presença e de ação são absolutamente necessários para levar a palavra e a graça do Evangelho às variadas condições de vida dos homens de hoje, e muitas outras funções de irradiação religiosa e de apostolado do ambiente, no campo cultural, social, educativo, profissional etc., não podem ter como centro ou ponto de partida a paróquia. Todavia, a paróquia ainda hoje vive uma fase nova e prometedora. Como dizia Paulo VI, no início do seu pontificado, dirigindo-se ao clero romano: Acreditamos simplesmente que esta antiga e venerada estrutura da paróquia tem uma missão indispensável de grande atualidade: pertence-lhe criar a primeira comunidade do povo cristão, iniciar e reunir o povo na expressão normal da vida litúrgica, conservar e reanimar a fé nas pessoas de hoje, dar-lhes a escola da doutrina salvadora de Cristo, praticar no sentir e na ação a humilde caridade das obras boas e fraternas.

Os padres sinodais, por sua vez, debruçaram-se cuidadosamente sobre a situação atual de muitas paróquias, pedindo para elas uma mais decidida renovação: Muitas paróquias, tanto nas zonas urbanas como em terras de missão, não conseguem funcionar plena e efetivamente por falta de meios materiais ou de homens ordenados, ou também pela excessiva extensão geográfica e pela especial condição de alguns cristãos (como, por exemplo, os refugiados e os imigrantes). Para que tais paróquias sejam verdadeiramente comunidades cristãs, as autoridades locais devem favorecer: a) a adaptação das estruturas paroquiais à ampla flexibilidade concedida pelo Direito Canônico, sobretudo ao promover a participação dos leigos nas responsabilidades pastorais; b) as pequenas comunidades eclesiais de base, também chamadas comunidades vivas, onde os fiéis possam comunicar entre si a Palavra de Deus e exprimir-se no serviço e no amor; estas comunidades são autênticas expressões da comunhão eclesial e centros de evangelização, em comunhão com os seus pastores.... Para a renovação das paróquias e para melhor assegurar a sua eficácia operativa devem favorecer-se também formas institucionais de cooperação entre as diversas paróquias de um mesmo território”.

**Nota:118**

**Cfl 27:** “Necessário se torna agora considerar mais de perto a comunhão e a participação dos fiéis leigos na vida da paróquia. Nesse sentido deve chamar-se a atenção de todos os fiéis leigos, homens e mulheres, para uma observação tão verdadeira, significativa e estimulante, feita pelo Concílio: No seio das comunidades da Igreja lemos no Decreto sobre o apostolado dos leigos a sua ação é tão necessária que, sem ela, o próprio apostolado dos pastores não pode conseguir, na maior parte das vezes, todo o seu efeito. Esta é uma afirmação radical que, evidentemente, deve ser vista à luz da eclesiologia de comunhão: sendo diferentes e complementares, os ministérios e os carismas são todos necessários para o crescimento da Igreja, cada um segundo a própria modalidade.

Os fiéis leigos devem convencer-se cada vez mais do particular significado que tem o empenho apostólico na sua paróquia. É ainda o Concílio que com autoridade o sublinha: A paróquia dá-nos um exemplo claro de apostolado comunitário porque congrega numa unidade toda a diversidade humana que aí se encontra e insere essa diversidade na universalidade da Igreja. Habituem-se os leigos a trabalhar na paróquia intimamente unidos aos seus sacerdotes, a trazer para a comunidade eclesial os próprios problemas e os do mundo e as questões que dizem respeito à salvação dos homens, para que se examinem e resolvam com o concurso de todos. Habituem-se a prestar auxílio a toda a iniciativa apostólica e missionária da sua comunidade eclesial na medida das próprias forças.

O acento posto pelo Concílio na análise e na solução dos problemas pastorais com o contributo de todos deve encontrar o seu progresso adequado e estruturado na valorização cada vez mais convicta, ampla e decidida dos Conselhos Pastorais paroquiais, nos quais justamente insistiram os padres sinodais.

Nas atuais circunstâncias, os fiéis leigos podem e devem fazer muitíssimo para o crescimento de uma autêntica comunhão eclesial no seio das suas paróquias e para o despertar do impulso missionário em ordem aos não-crentes e, mesmo, aos crentes que tenham abandonado ou arrefecido a prática da vida cristã.

A paróquia, sendo a Igreja colocada no meio das casas dos homens, vive e atua profundamente integrada na sociedade humana e intimamente solidária com as suas aspirações e os seus dramas. Frequentemente, o contexto social, sobretudo em certos países e ambientes, é violentamente sacudido por forças de desagregação e de desumanização: o homem pode encontrar-se perdido e desorientado, mas no seu coração permanece o desejo, cada vez maior, de poder sentir e cultivar relações mais fraternas e humanas. A resposta a esse desejo pode ser dada pela paróquia, quando esta, graças à participação viva dos fiéis leigos, se mantém coerente com a sua originária vocação e missão: ser no mundo lugar da comunhão dos crentes e, ao mesmo tempo, sinal e instrumento da vocação de todos para a comunhão; numa palavra, ser a casa que se abre para todos e que está a serviço de todos, ou, como gostava de dizer o Papa João XXIII, a fonte da aldeia a que todos acorrem na sua sede".

**Nota:119**

**RMi 51:** "Um fenómeno, com crescimento rápido nas jovens Igrejas, promovido pelos bispos ou mesmo pelas Conferências episcopais, por vezes como opção prioritária da pastoral, são as comunidades eclesiais de base (conhecidas, também, por outros nomes), que estão dando boas provas como centros de formação cristã e de irradiação missionária. Trata-se de grupos de cristãos, a nível familiar ou de ambientes restritos, que se encontram para a oração, a leitura da Sagrada Escritura, a catequese, para a partilha dos problemas humanos e eclesiais, em vista de um compromisso comum. Elas são um sinal da vitalidade da Igreja, instrumento de formação e evangelização, um ponto de partida válido para uma nova sociedade, fundada na civilização do amor.

Tais comunidades descentralizam e, simultaneamente, articulam a comunidade paroquial, à qual sempre permanecem unidas; radicam-se em ambientes simples das aldeias, tornando-se fermento de vida cristã, de atenção aos últimos, de empenho na transformação da sociedade. O indivíduo cristão faz nelas uma experiência comunitária, onde ele próprio se sente um elemento ativo, estimulado a dar a sua colaboração para proveito de todos. Deste modo, elas tornam-se instrumento de evangelização e de primeiro anúncio, bem como fonte de novos ministérios; enquanto, animadas pela caridade de Cristo, oferecem uma indicação sobre o modo de superar divisões, tribalismos, racismos.

De fato, cada comunidade, para ser cristã, deve fundar-se e viver em Cristo, na escuta da Palavra de Deus, na oração onde a Eucaristia ocupa o lugar central, na comunhão expressa pela unidade de coração e de alma, e pela partilha conforme as necessidades dos vários membros (cf. At 2,42-47). Toda a comunidade, recordava Paulo VI, deve viver em unidade com a Igreja particular e universal, na comunhão sincera com os Pastores e o Magistério, empenhada na irradiação missionária e evitando fechar-se em si mesma ou deixar-se instrumentalizar ideologicamente. O Sínodo dos bispos afirmou: Uma vez que a Igreja é comunhão, as novas comunidades de base, se verdadeiramente vivem em unidade com a Igreja, representam uma verdadeira expressão de comunhão e um meio eficaz para construir uma comunhão ainda mais profunda. Por isso, são um motivo de grande esperança para a vida da Igreja".

**Nota:120**

**RMi 51:** "Um fenómeno, com crescimento rápido nas jovens Igrejas, promovido pelos bispos ou mesmo pelas Conferências episcopais, por vezes como opção prioritária da pastoral, são as comunidades eclesiais de base (conhecidas, também, por outros nomes), que estão dando boas provas como centros de formação cristã e de irradiação missionária. Trata-se de grupos de cristãos, a nível familiar ou de ambientes restritos, que se encontram para a oração, a leitura da Sagrada Escritura, a catequese, para a partilha dos problemas humanos e eclesiais, em vista de um compromisso comum. Elas são um sinal da vitalidade da Igreja, instrumento de formação e evangelização, um ponto de partida válido para uma nova sociedade, fundada na civilização do amor.

Tais comunidades descentralizam e, simultaneamente, articulam a comunidade paroquial, à qual sempre permanecem unidas; radicam-se em ambientes simples das aldeias, tornando-se fermento de vida cristã, de atenção aos últimos, de empenho na transformação da sociedade. O indivíduo cristão faz nelas uma experiência comunitária, onde ele próprio se sente um elemento ativo, estimulado a dar a sua colaboração para proveito de todos. Deste modo, elas tornam-se instrumento de evangelização e de primeiro anúncio, bem como fonte de novos ministérios; enquanto, animadas pela caridade de Cristo, oferecem uma indicação sobre o modo de superar divisões, tribalismos, racismos.

De fato, cada comunidade, para ser cristã, deve fundar-se e viver em Cristo, na escuta da Palavra de Deus, na oração onde a Eucaristia ocupa o lugar central, na comunhão expressa pela unidade de coração e de alma, e pela partilha conforme as necessidades dos vários membros (cf. At 2,42-47). Toda a comunidade, recordava Paulo VI, deve viver em unidade com a Igreja particular e universal, na comunhão sincera com os Pastores e o Magistério, empenhada na irradiação missionária e evitando fechar-se em si mesma ou deixar-se instrumentalizar ideologicamente. O Sínodo dos bispos afirmou: Uma vez que a Igreja é comunhão, as novas comunidades de base, se verdadeiramente vivem em unidade com a Igreja, representam uma verdadeira expressão de comunhão e um meio eficaz para construir uma comunhão ainda mais profunda. Por isso, são um motivo de grande esperança para a vida da Igreja".

**Nota:121**

**CfL 29:** "A comunhão eclesial, já presente e operante na ação do indivíduo, encontra uma expressão específica no operar associado dos fiéis leigos, isto é, na ação solidária que eles desenvolvem ao participar responsabilmente da vida e da missão da Igreja.

Nestes tempos mais recentes, o fenómeno da agregação dos leigos entre si assumiu formas de particular variedade e vivacidade. Se na história da Igreja tal fenómeno representou sempre uma linha constante, como o provam até aos nossos dias as várias confrarias, as ordens terceiras e os diversos sodalícios, ele recebeu, todavia, um notável impulso nos tempos modernos que têm visto o nascer e o irradiar de múltiplas formas

agregativas: associações, grupos, comunidades, movimentos. Pode falar-se de uma nova era agregativa dos fiéis leigos. Com efeito, ao lado do associativismo tradicional e, por vezes, nas suas próprias raízes, brotaram movimentos e sodalícios novos, com fisionomia e finalidade específicas: tão grande é a riqueza e a versatilidade de recursos que o Espírito infunde no tecido eclesial e tamanha é a capacidade de iniciativa e a generosidade do nosso laicato.

Estas agregações de leigos aparecem muitas vezes bastante diferentes uma das outras em vários aspectos, como a configuração exterior, os caminhos e métodos educativos e os campos operativos. Encontram, porém, as linhas de uma vasta e profunda convergência na finalidade que as anima: a de participar responsabilmente da missão da Igreja de levar o Evangelho de Cristo, qual fonte de esperança para o homem e de renovação para a sociedade.

A agregação dos fiéis leigos por motivos espirituais e apostólicos brota de várias fontes e vai ao encontro de diversas exigências: exprime, de fato, a natureza social da pessoa e obedece ao imperativo de uma mais vasta e incisiva eficácia operativa. Na verdade, a incidência cultural fonte e estímulo e, simultaneamente, fruto e sinal de todas as demais transformações do ambiente e da sociedade, só se pode alcançar com a ação, não tanto dos indivíduos, mas de um sujeito social, isto é, com a ação de um grupo, de uma comunidade, de uma associação, de um movimento. E isso é particularmente verdade no contexto de uma sociedade pluralista e fragmentada como é, em tantas partes do mundo, a atual e perante os problemas tornados enormemente complexos e difíceis. Por outro lado, sobretudo num mundo secularizado, as várias formas agregativas podem representar para muitos uma ajuda preciosa em favor de uma vida cristã coerente, com as exigências do Evangelho e de um empenho missionário e apostólico.

Além destes motivos, a razão profunda que justifica e exige o agregar-se dos fiéis leigos é de ordem teológica: uma razão eclesiológica, como abertamente reconhece o Concílio Vaticano II, ao apontar o apostolado associado como um sinal da comunhão e da unidade da Igreja em Cristo.

É um sinal que deve manifestar-se nas relações de comunhão, tanto no interior como no exterior das várias formas agregativas, no mais vasto contexto da comunidade cristã. É a própria razão eclesiológica apontada que explica, por um lado, o direito de agregação próprio dos fiéis leigos e, por outro, a necessidade de critérios de discernimento sobre a autenticidade eclesial das suas formas agregativas.

Antes de mais, é necessário reconhecer-se a liberdade associativa dos fiéis leigos na Igreja. Essa liberdade constitui um verdadeiro e próprio direito que não deriva de uma espécie de concessão da autoridade, mas que promana do Batismo, qual sacramento que chama os fiéis leigos para participarem ativamente da comunhão e da missão da Igreja. O Concílio é muito explícito a este propósito: Respeitada a devida relação com a autoridade eclesiástica, os leigos têm o direito de fundar associações, dirigi-las e dar nome às já existentes. E o recente Código textualmente diz: Os fiéis podem livremente fundar e dirigir associações para fins de caridade ou de piedade, ou para fomentar a vocação cristã no mundo, e reunir-se para alcançar em comum esses mesmos fins.

Trata-se de uma liberdade reconhecida e garantida pela autoridade eclesiástica e que deve ser exercida sempre e só na comunhão da Igreja: nesse sentido o direito dos fiéis leigos em agregar-se é essencialmente relativo à vida de comunhão e à missão da própria Igreja".

#### **Nota: 122**

**CfL 31:** "Os pastores na Igreja, mesmo perante possíveis e compreensíveis dificuldades de algumas formas agregativas e perante novas formas que se vão impondo, não podem abdicar do serviço da sua autoridade, não apenas pelo bem da Igreja, mas até pelo bem dessas mesmas agregações laicais. Nesse sentido, eles devem acompanhar a sua ação de discernimento com a orientação e, sobretudo, com o encorajamento em ordem a um crescimento das agregações dos fiéis leigos na comunhão e na missão da Igreja.

É sem dúvida oportuno que algumas novas associações e alguns novos movimentos pela sua difusão, muitas vezes nacional e até internacional, venham a receber um reconhecimento oficial, uma aprovação explícita da competente autoridade eclesiástica. Nesse sentido, já dizia o Concílio: O apostolado dos leigos admite diversos modos de relação com a Hierarquia, segundo as suas várias formas e seus objetivos... Certas formas de apostolado dos leigos são, de diversos modos, expressamente reconhecidas pela Hierarquia. Além disso, a autoridade eclesiástica, tendo em conta as exigências do bem da Igreja, pode escolher de entre as várias associações e iniciativas apostólicas com um fim diretamente espiritual, algumas em particular, e promovê-las de um modo especial, assumindo sobre elas uma maior responsabilidade.

Entre as várias formas de apostolado dos leigos, que têm particular relação com a Hierarquia, os padres sinodais expressamente mencionaram vários movimentos e associações de Ação Católica, onde os leigos se associam livremente de forma orgânica e estável, sob o impulso do Espírito Santo, na comunhão com o bispo e com os sacerdotes, de forma a poderem servir, no estilo próprio da sua vocação, com um método particular, o crescimento de toda a comunidade cristã, os projetos pastorais e a animação evangélica de todos os âmbitos da vida, com fidelidade e operosidade.

Foi confiado ao Pontifício Conselho dos Leigos o encargo de elaborar um elenco das associações que recebem a aprovação oficial da Santa Sé e de definir, em colaboração com o Secretariado da Unidade dos Cristãos, as condições segundo as quais se pode aprovar uma associação ecumênica, onde a maioria seja católica ao lado de uma minoria não católica, estabelecendo também em que casos se não pode dar parecer positivo.

Todos, pastores e fiéis, temos a obrigação de favorecer e de alimentar constantemente os vínculos e as relações fraternas de estima, cordialidade e colaboração entre as várias formas agregativas de leigos. Só assim a riqueza dos dons e dos carismas que o Senhor nos dá pode dar o seu contributo fecundo e ordenado para a edificação da casa comum: Para se edificar solidariamente a casa comum, é preciso, além do mais, depor todo o espírito de antagonismo e de disputa, e que a competição se faça, antes, na estima mútua (cf. Rm 12,10), na recíproca antecipação do afeto e na vontade de colaboração, com a paciência, a abertura de visão, a disponibilidade para o sacrifício, que isso, por vezes, pode comportar.

Voltamos de novo às palavras de Jesus: Eu sou a videira e vós as vides (Jo 15,5), para darmos graças a Deus pelo grande dom da comunhão eclesial, que reflete no tempo a comunhão eterna e inefável do amor de Deus Uno e Trino. A consciência do dom deve ser acompanhada de um grande sentido de responsabilidade: trata-se, com efeito, de um dom que, à semelhança do talento evangélico, deve ser posto a render numa vida de crescente comunhão.

Ser responsáveis pelo dom da comunhão significa, antes de mais, empenharmo-nos na vitória sobre toda a tentação de divisão e de contraposição que ameaça a vida e o empenho apostólico dos cristãos. O grito de dor e de estranheza do apóstolo Paulo: Refiro-me ao fato de cada um de vós dizer: Eu sou de Paulo, Eu, porém, sou de Apolo, E eu sou de Cefas, E eu de Cristo! Foi Cristo porventura dividido? (1Cor 1,12-13) continua a ecoar como repreensão pelas feridas feitas ao Corpo de Cristo. Ressoem, antes, como apelo persuasivo estas outras palavras do apóstolo: Exorto-vos, irmãos, no nome de nosso Senhor Jesus Cristo, a serdes unânimes no falar, para que não haja divisões entre vós, mas vivais em perfeita união de pensamento e de propósitos (1Cor 1,10).

Assim, a vida de comunhão eclesial torna-se um sinal para o mundo e uma força de atração que leva à fé em Cristo: Como tu, ó Pai, estás em mim e eu em ti, que também eles estejam em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste (Jo 17,21). Dessa maneira, a comunhão abre-se para a missão e converte-se ela própria em missão”.

#### **Nota:123**

**CfL 31:** “Os pastores na Igreja, mesmo perante possíveis e compreensíveis dificuldades de algumas formas agregativas e perante novas formas que se vão impondo, não podem abdicar do serviço da sua autoridade, não apenas pelo bem da Igreja, mas até pelo bem dessas mesmas agregações laicais. Nesse sentido, eles devem acompanhar a sua ação de discernimento com a orientação e, sobretudo, com o encorajamento em ordem a um crescimento das agregações dos fiéis leigos na comunhão e na missão da Igreja.

É sem dúvida oportuno que algumas novas associações e alguns novos movimentos pela sua difusão, muitas vezes nacional e até internacional, venham a receber um reconhecimento oficial, uma aprovação explícita da competente autoridade eclesiástica. Nesse sentido, já dizia o Concílio: O apostolado dos leigos admite diversos modos de relação com a Hierarquia, segundo as suas várias formas e seus objetivos... Certas formas de apostolado dos leigos são, de diversos modos, expressamente reconhecidas pela Hierarquia. Além disso, a autoridade eclesiástica, tendo em conta as exigências do bem da Igreja, pode escolher de entre as várias associações e iniciativas apostólicas com um fim diretamente espiritual, algumas em particular, e promovê-las de um modo especial, assumindo sobre elas uma maior responsabilidade.

Entre as várias formas de apostolado dos leigos, que têm particular relação com a Hierarquia, os padres sinodais expressamente mencionaram vários movimentos e associações de Ação Católica, onde os leigos se associam livremente de forma orgânica e estável, sob o impulso do Espírito Santo, na comunhão com o bispo e com os sacerdotes, de forma a poderem servir, no estilo próprio da sua vocação, com um método particular, o crescimento de toda a comunidade cristã, os projetos pastorais e a animação evangélica de todos os âmbitos da vida, com fidelidade e operosidade.

Foi confiado ao Pontifício Conselho dos Leigos o encargo de elaborar um elenco das associações que recebem a aprovação oficial da Santa Sé e de definir, em colaboração com o Secretariado da Unidade dos Cristãos, as condições segundo as quais se pode aprovar uma associação ecumênica, onde a maioria seja católica ao lado de uma minoria não católica, estabelecendo também em que casos se não pode dar parecer positivo.

Todos, pastores e fiéis, temos a obrigação de favorecer e de alimentar constantemente os vínculos e as relações fraternas de estima, cordialidade e colaboração entre as várias formas agregativas de leigos. Só assim a riqueza dos dons e dos carismas que o Senhor nos dá pode dar o seu contributo fecundo e ordenado para a edificação da casa comum: Para se edificar solidariamente a casa comum, é preciso, além do mais, depor todo o espírito de antagonismo e de disputa, e que a competição se faça, antes, na estima mútua (cf. Rm 12,10), na recíproca antecipação do afeto e na vontade de colaboração, com a paciência, a abertura de visão, a disponibilidade para o sacrifício, que isso, por vezes, pode comportar.

Voltamos de novo às palavras de Jesus: Eu sou a videira e vós as vides (Jo 15,5), para darmos graças a Deus pelo grande dom da comunhão eclesial, que reflete no tempo a comunhão eterna e inefável do amor de Deus Uno e Trino. A consciência do dom deve ser acompanhada de um grande sentido de responsabilidade: trata-se, com efeito, de um dom que, à semelhança do talento evangélico, deve ser posto a render numa vida de crescente comunhão.

Ser responsáveis pelo dom da comunhão significa, antes de mais, empenharmo-nos na vitória sobre toda a tentação de divisão e de contraposição que ameaça a vida e o empenho apostólico dos cristãos. O grito de dor e de estranheza do apóstolo Paulo: Refiro-me ao fato de cada um de vós dizer: Eu sou de Paulo, Eu, porém, sou de Apolo, E eu sou de Cefas, E eu de Cristo! Foi Cristo porventura dividido? (1Cor 1,12-13) continua a ecoar como repreensão pelas feridas feitas ao Corpo de Cristo. Ressoem, antes, como apelo persuasivo estas outras palavras do apóstolo: Exorto-vos, irmãos, no nome de nosso Senhor Jesus Cristo, a serdes unânimes no falar, para que não haja divisões entre vós, mas vivais em perfeita união de pensamento e de propósitos (1Cor 1,10).

Assim, a vida de comunhão eclesial torna-se um sinal para o mundo e uma força de atração que leva à fé em Cristo: Como tu, ó Pai, estás em mim e eu em ti, que também eles estejam em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste (Jo 17,21). Dessa maneira, a comunhão abre-se para a missão e converte-se ela própria em missão”.

#### **Nota:124**

**CA 39:** “A primeira e fundamental estrutura a favor da ecologia humana é a família, no seio da qual o homem recebe as primeiras e determinantes noções acerca da verdade e do bem, aprende o que significa amar e ser amado e, conseqüentemente, o que quer dizer, em concreto, ser uma pessoa. Pensa-se aqui na família fundada sobre o matrimônio, onde a doação recíproca de si mesmo, por parte do homem e da mulher, cria um ambiente vital onde a criança pode nascer e desenvolver as suas potencialidades, tornar-se consciente da sua dignidade e preparar-se para enfrentar o seu único e irrepitível destino. Muitas vezes dá-se o inverso; o homem é desencorajado de realizar as autênticas condições da geração humana, e aliciado a considerar a si próprio e à sua vida mais como um conjunto de sensações a serem experimentadas do que como uma obra a realizar. Daqui nasce uma carência de liberdade que o leva a renunciar ao compromisso de se ligar estavelmente com outra pessoa e de gerar filhos, ou que o induz a considerar estes últimos como uma de tantas coisas que é possível ter ou não ter, segundo os próprios gostos, e que entram em concorrência com outras possibilidades.

É necessário voltar a considerar a família como o santuário da vida. De fato, ela é sagrada: é o lugar onde a vida, dom de Deus, pode ser convenientemente acolhida e protegida contra os múltiplos ataques a que está

exposta, e pode desenvolver-se segundo as exigências de um crescimento humano autêntico. Contra a denominada cultura da morte, a família constitui a sede da cultura da vida.

O engenho humano parece orientar-se, nesse campo, mais para limitar, suprimir ou anular as fontes da vida, chegando até ao recurso do aborto, infelizmente tão espalhado pelo mundo, do que para defender e criar possibilidades à mesma vida. Na Encíclica *Sollicitudo rei socialis*, foram denunciadas as campanhas sistemáticas contra a natalidade, que, baseadas numa concepção distorcida do problema demográfico e num clima de absoluta falta de respeito pela liberdade de decisão das pessoas interessadas, as submetem muitas vezes a pressões intoleráveis (...) a fim de cederem a esta nova forma de opressão. Trata-se de políticas que, com novas técnicas, estendem o seu raio de ação até ao ponto de chegarem, como numa guerra química, a envenenar a vida de milhões de seres humanos indefesos.

Estas críticas, são dirigidas não tanto contra um sistema económico, quanto contra um sistema ético-cultural. De fato, a economia é apenas um aspecto e uma dimensão da complexa atividade humana. Se ela for absolutizada, se a produção e o consumo das coisas acabar por ocupar o centro da vida social, tornando-se o único valor verdadeiro da sociedade, não subordinado a nenhum outro, a causa terá de ser procurada não tanto no próprio sistema económico, quanto no fato de que todo o sistema sócio-cultural, ignorando a dimensão ética e religiosa, ficou debilitado, limitando-se apenas à produção dos bens e dos serviços.

Tudo isto se pode resumir afirmando mais uma vez que a liberdade económica é apenas um elemento da liberdade humana. Quando aquela se torna autônoma, isto é, quando o homem é visto mais como um produtor ou um consumidor de bens do que como um sujeito que produz e consome para viver, então ela perde a sua necessária relação com a pessoa humana e acaba por a alienar e oprimir”.

**Nota:125**

**Discurso Inaugural de Puebla, 4:** “A família. Fazei todos os esforços para que haja uma pastoral familiar. Atendei um campo tão prioritário com a certeza de que a evangelização no futuro depende em grande parte da Igreja doméstica. É a escola do amor do conhecimento de Deus, do respeito à vida, à dignidade do homem. E esta pastoral é tanto mais importante quanto a família é objeto de tantas ameaças. Pensai nas campanhas favoráveis ao divórcio, ao uso de práticas anticoncepcionais, ao aborto, que destroem a sociedade”.

**Nota:126**

**Puebla, 1166:** “Apresentar aos jovens o Cristo vivo, como único Salvador, para que, evangelizados, evangelizem e contribuam, como em resposta de amor a Cristo, para a libertação integral do homem e da sociedade, levando uma vida de comunhão e participação”.

**Nota:127**

**Puebla, 368:** “Finalmente chegou para a América Latina a hora de intensificar os serviços recíprocos entre as Igrejas particulares e de estas se projetarem para além de suas próprias fronteiras, ad gentes. É certo que nós próprios precisamos de missionários, mas devemos dar de nossa pobreza. Por outro lado nossas Igrejas podem oferecer algo de original e importante; o seu sentido de salvação e libertação, a riqueza de sua religiosidade popular, a experiência das Comunidades Eclesiais de Base, a floração de seus ministérios, sua esperança e a alegria de sua fé. Já se realizaram esforços missionários que se podem aprofundar e se devem ampliar”.

**ICM 113-133:** “113. A missão da Igreja se estende até os confins da terra, pela ordem que ela recebeu de Cristo e pela vontade de Deus Pai, que “quer que todos se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade”. Por isso, a missão da Igreja, que abrange todo o seu ser e constitui seu dinamismo essencial, se expressa de um modo particularmente significativo na missão “Ad gentes”, na evangelização dos povos, a tal ponto que “as missões” se tornaram sinónimo de missão. Hoje uma nova consciência missionária não somente revigora a evangelização dentro de nosso país, como em todos os países de maior tradição cristã, mas suscita também nas novas Igrejas e, particularmente na América Latina, um novo empenho com a evangelização dos povos. Muitos sinais anunciam uma hora missionária para o Brasil.

**114.** Finalmente chegou para a América Latina a hora de intensificar a ajuda mútua entre as Igrejas particulares e de se abrir para além de suas próprias fronteiras: ‘Ad gentes’. É verdade que também nós precisamos de missionários. Porém, devemos dar de nossa pobreza.

**115.** São sinais indicativos desta “hora missionária” para o Brasil e a América Latina:

- A exigência de justiça que convida a partilhar com os outros o dom da fé que recebemos através de outras Igrejas;
- O aumento do número dos católicos na América Latina, que dentro de poucos anos serão a metade dos católicos do mundo;
- O crescimento vocacional na América Latina;
- A diminuição do fluxo missionário dos países do primeiro mundo;
- A exigência do envio de missionários latino-americanos para países do Terceiro Mundo que, nos últimos anos, conseguiram sua independência política;
- A opção preferencial pelos pobres que leva a pensar nos pobres que, além da carência de bens materiais, são pobres do conhecimento do Evangelho;
- A consciência da situação extremamente grave dos povos indígenas em nosso país;
- Pedidos diversos e insistentes, vindos de fora e de dentro do país, que apelam para a capacidade missionária de nossas Igrejas.

**116.** As exigências do trabalho pastoral em nossas dioceses não nos dispensam da missão “Ad gentes”. Antes, o envio missionário contribui para a renovação e vitalidade das Igrejas particulares. É também uma maneira evangélica de retribuir o muito que recebemos, durante séculos, da parte de missionários de outras nações. Embora insuficiente, é significativo o aumento do número de missionários brasileiros - sacerdotes, religiosos, leigos - que deixam suas comunidades de origem para assumirem trabalhos missionários dentro e fora do país.

**117.** A Igreja Universal, verdadeira esposa de Cristo, Comunhão de todas as Igrejas locais que o Espírito Santo suscita, realiza-se em cada uma delas. Por isso, cada Igreja local ou particular é co-responsável pela Igreja inteira e por sua missão de evangelização dos povos. Para permanecer na comunhão eclesial e realizá-la efetivamente, a Igreja particular deve pôr em comum seus recursos espirituais e materiais, a serviço da difusão do Evangelho. Concretamente, cada diocese - e, dentro dela, cada paróquia ou comunidade, cada cristão - pelo próprio dinamismo da comunhão eclesial é chamado a participar da missão. As missões “Ad gentes” não são, portanto, algo facultativo para a Igreja local, mas fazem parte constitutiva de sua responsabilidade. As missões

não são apenas tarefa de Institutos Missionários ou de Obras Pontifícias, que antes solicitam e exigem o crescimento do espírito missionário das Igrejas particulares.

**118.** A maturidade de uma Igreja local é fortalecida, na medida em que ela se abre a outros horizontes e contextos eclesiais, sociais e culturais: passa, então, ao assumir, co-responsavelmente, o mandato do Senhor de evangelizar todos os povos.

**119.** Por isso mesmo, uma Igreja local não pode esperar atingir a plena maturidade eclesial e, só então, começar a preocupar-se com a missão para além de seu território. A maturidade eclesial é consequência e não apenas condição de abertura missionária. Estaria condenando-se à esterilidade a Igreja que deixasse atrofiado seu espírito missionário, sob a alegação de que ainda não foram plenamente atendidas todas as necessidades locais.

**120.** É certo que a grande maioria das Igrejas particulares no Brasil é pobre em recursos humanos e materiais, mas, nossas Igrejas podem oferecer algo de original: a busca de salvação e libertação, a riqueza de sua religiosidade popular, a experiência das Comunidades Eclesiais de Base, a floração de seus ministérios, sua esperança e a alegria de sua fé. Já se realizaram esforços missionários que se podem aprofundar e se devem ampliar.

**121.** Nesses últimos anos, a Igreja descobriu situações missionárias dentro do próprio país, principalmente, no Norte, Nordeste e nas regiões de forte migração, nas periferias das grandes cidades, que exigem uma resposta missionária, "Ad gentes":

- Grupos que ainda não receberam o primeiro anúncio do Evangelho ou grupos especiais que precisam do anúncio missionário específico
- Regiões onde ainda não existe uma Igreja local formada, ou a que faltem os recursos humanos e materiais necessários.

**122.** A dimensão missionária da Igreja Particular exige uma evangelização que:

- anuncie explicitamente Jesus Cristo, isto é, "o nome, a doutrina, a vida, as promessas, o Reino, o mistério de Jesus de Nazaré, Filho de Deus";
- vise à inculturação da fé, empenhe todos os cristãos na construção de uma sociedade justa, fraterna, participativa, digna da grande família de Deus;
- comprometa a todos na comunhão e participação;
- baseada no diálogo, favoreça o intercâmbio, o enriquecimento recíproco, a colaboração com todos os homens de boa vontade, crentes ou não, que procuram caminhos de justiça, de fraternidade e comunhão;
- assuma a encarnação como caminho da missão e se fundamente na plena inserção na realidade sócio-cultural. Essa inserção pressupõe a preservação e o cultivo da identidade específica do missionário ordenado, religioso ou leigo;
- vise à formação de comunidades cristãs, capazes de ligar constantemente fé e vida, e, dentro delas, a formação dos agentes de pastoral necessários;
- se realize de pobre para pobre, sem abundância de recursos, sem resquícios de dominação cultural, política e econômica;
- saiba enfrentar o conflito e acolher a perseguição e o martírio por causa do Reino de Deus.

**123.** Quanto mais viva é a Igreja particular, tanto mais tornará presente e visível a Igreja universal e mais forte será o seu espírito missionário. Assim:

**124.** a) Cada Igreja Particular se organize como "Igreja Missionária".

A dimensão missionária iluminará, de certo modo, toda a pastoral da Igreja particular. Para isso, designará um sacerdote como responsável em suscitar e incentivar iniciativas que promovam, em todos os cristãos, a consciência missionária. Cada diocese tenha a sua equipe de animação missionária destinada à tarefa de coordenar, estimular e planejar as atividades missionárias da comunidade, de tal maneira que, pouco a pouco, nas paróquias e nas pequenas comunidades que as constituem, todo o povo de Deus tome consciência da sua vocação missionária. Nos Seminários Maiores, o estudo da Missiologia seja incluído entre as disciplinas do currículo teológico.

O Curso de pós-graduação em Missiologia, inaugurado recentemente no Brasil, deve propiciar a preparação adequada de professores dessa disciplina e, ao mesmo tempo, despertar e ajudar a reflexão missionária, em nossas Igrejas.

**125.** b) O "Projeto Igrejas-Irmãs" seja revisto e dinamizado a partir de novos critérios.

Durante vários anos o "Projeto Igrejas-Irmãs" respondeu - e está ainda respondendo - ao imperativo do ideal missionário de numerosas dioceses e prelazias da Igreja no Brasil. Favoreceu a ajuda e a comunhão entre diversas Igrejas particulares e proporcionou a muitos sacerdotes, seminaristas, comunidades religiosas e agentes de pastoral leigos, experiências apostólicas, que os enriqueceram grandemente. Após vários anos de experiência, vemo-nos hoje, na necessidade de revitalizar essa iniciativa. Importa aprofundar a reflexão teológica e pastoral sobre a solidariedade com as Igrejas necessitadas; definir tipos de ajuda, com projetos concretos; escolher, formar, acompanhar os agentes missionários; estar, enfim, aberto à reciprocidade na ajuda fraterna. Para isso, certamente se faz necessária uma coordenação diocesana, regional e nacional. Começam a surgir, felizmente, os projetos regionais unindo várias Igrejas, na mesma vocação missionária e no propósito comum de atenderem às necessidades pastorais da região-irmã. Esta iniciativa, entretanto, não deve prejudicar a possibilidade de intercâmbio entre uma Igreja particular e outra.

**126.** c) A Pastoral Indigenista receba tratamento adequado por parte das Igrejas do Brasil.

Existem, no Brasil, mais de 70 circunscrições eclesiais com presença indígena. Várias Congregações Religiosas e cristãos leigos estão comprometidos com a Pastoral Indigenista, inserindo-se nas comunidades indígenas, numa dimensão de evangélica solidariedade. Não podemos deixar de incentivar esta Pastoral.

Os missionários encontram sérios obstáculos no exercício de sua ação evangelizadora. Uns são expulsos das áreas onde atuavam, outros proibidos de entrar nelas. Muitos povos indígenas são hoje completamente abandonados e estão à espera da presença solidária de missionários.

É, pois, urgente garantir a presença missionária nas comunidades indígenas. Não podemos silenciar diante das violências de que são vítimas (falta da demarcação e garantia de suas terras, invasão e saque das riquezas naturais nelas existentes; violência à sua identidade, cultura e à sua sobrevivência como povos). Esperamos

que as autoridades governamentais deixem de dificultar ou inibir a Pastoral Indigenista realizada pela Igreja e devolvam aos missionários a liberdade de ação, reconhecendo-lhes o “direito de evangelizar”.

**127. d)** O espírito missionário da Igreja responda às interpelações de algumas situações especiais:

- muitas migrações internas e a conseqüente inchaço das cidades nas periferias pouco assistidas religiosamente, causando o agravamento da violência, do abandono da infância e da delinqüência juvenil;
- os nômades (ciganos) hoje cerca de 300 mil, muitos deles católicos, e sem a necessária assistência pastoral;
- a população negra, com sua cultura e sincretismo religioso.

**128. e)** Os Institutos de religiosos e outros, sejam, de certa forma, a memória missionária da Igreja.

Uma vocação especial de Deus os levou a maior disponibilidade para o Senhor e para o serviço do seu Reino e a assumirem situações missionárias as mais difíceis. Seus membros consagram-se ao Senhor e doam-se totalmente à causa do Evangelho. Cada Instituto lembra, assim, segundo o seu carisma, a dimensão missionária da Igreja, integrando-se nas Igrejas particulares, como presença dinamizadora do espírito missionário delas. Mesmo as ordens religiosas de vida contemplativa, por sua especial vocação e carisma, assumem a dimensão missionária.

**129. f)** Aprofunde-se a reflexão sobre “o envio missionário” de cristãos-leigos.

Todos os cristãos são chamados a viver a dimensão missionária de sua fé. Muitos desejam testemunhar a própria fé, consagrando-se igualmente à Missão dentro e fora do Brasil - e constituem assim um desafio à criatividade e organização missionária das Igrejas. Importa aprofundar a reflexão missionária. Compreendê-los e apoiá-los. Elaborar com eles e com as Igrejas interessadas, projetos concretos de serviço missionário. Selecionar e formar, de maneira adequada, os eventuais candidatos à Missão. Estudar a formação de uma eventual coordenação dos Organismos Missionários leigos.

**130. g)** Os problemas do mundo relacionados com a justiça e a paz sejam vistos na dimensão missionária da Igreja.

Bem analisados, esses problemas manifestam a relação de dependência e de injustiça entre o Norte e o Sul, ou entre os blocos de interesses políticos, geopolíticos, econômicos e ideológicos opostos.

A Igreja será a consciência crítica em face de tais situações. Promoverá ou apoiará ações concretas de solidariedade com as vítimas da injustiça. Denunciará toda injustiça no mundo sem se desviar da sua missão e sem perder a própria identidade.

**131.** A dimensão missionária da Igreja se concretiza, tanto no atendimento aos apelos do Evangelho na própria Igreja Particular quanto na sua abertura à evangelização dos povos.

A abertura missionária ao mundo, será o grande fruto e a prova de nossa opção missionária como serviço à Igreja Universal. Será, também, um testemunho eloqüente de nossa “evangélica opção preferencial pelos pobres”, segundo o programa que a Igreja do Brasil assumiu em suas diretrizes gerais da Ação Pastoral.

**132.** O Trabalho humano é fator fundamental da sociedade. Na organização social, a divisão do trabalho inclui a produção da riqueza e sua distribuição. Neste contexto, a organização do trabalho (jornada de trabalho, condições de trabalho, direitos trabalhistas, organização sindical, remuneração, previdência social, política salarial, destinação dos excedentes) determina as condições de vida e de cultura da maioria da população. Através dessa realidade se mede a real situação da justiça, da democracia e da liberdade. Na Encíclica “Laborem Exercens”, João Paulo II considera o trabalho humano “uma chave, provavelmente a chave essencial, de toda a questão social”.

**133.** Por isso, o trabalho humano “assume uma importância fundamental e decisiva”, que exige constante e renovada atenção. A Igreja no Brasil, fiel à sua missão de Evangelização, não pode deixar de refletir a complexa situação do trabalho no país, especialmente, neste momento histórico”.

**Nota:128**

**LG 1:** “O Concílio deseja ardentemente iluminar todos os homens com a claridade de Cristo, luz dos povos, que brilha na Igreja, para que o Evangelho seja anunciado a todas as criaturas (cf. Mc 16, 15).

A Igreja é em Cristo como que o sacramento ou o sinal e instrumento da união com Deus e da unidade de todo o gênero humano.

Insistindo no tema dos concílios anteriores, ela quer manifestar, tanto aos fiéis como ao universo inteiro, com redobrado vigor, sua natureza e sua missão universal.

Nos dias de hoje, os homens estão profundamente ligados uns aos outros pelos laços sociais, pela interdependência técnica e pela cultura. Torna-se então mais urgente o dever que tem a Igreja de promover a unidade perfeita de todos, em Cristo”.

**Nota:129**

**GS 76:** “É muito importante, especialmente numa sociedade pluralista, que haja um clima de respeito mútuo entre a comunidade política e a Igreja e se distinga claramente a atividade política individual e comunitária dos fiéis, exercida em seu próprio nome, por inspiração da consciência cristã, e a ação que exercem em nome da Igreja, juntamente com seus pastores.

Em virtude de sua competência e função, como sinal e salvaguarda da transcendência da pessoa, a Igreja não se confunde de maneira alguma com a comunidade política, nem está presa a nenhum sistema político determinado.

A comunidade política e a Igreja, em suas respectivas esferas de ação, são independentes e autônomas. As duas estão a serviço da mesma vocação pessoal do ser humano, embora a títulos diversos. Este serviço será tanto mais eficaz, para o bem de todos, quando houver cooperação entre ambas, de acordo com as circunstâncias de tempo e lugar.

O ser humano não está totalmente encerrado na esfera política. Vive, na história, sua vocação integral, que aponta para a eternidade. Nessa perspectiva, a Igreja, baseada no amor que tem por nós o Redentor, deve contribuir para que prevaleça cada vez mais o amor nas relações humanas, nacionais e internacionais. Deve pregar a verdade do Evangelho e iluminar com sua doutrina e com o testemunho dos fiéis todas as esferas da atividade humana, promover a liberdade e a responsabilidade políticas dos cidadãos.

Ao serem enviados ao mundo para anunciar a todos Cristo, Salvador do mundo, os apóstolos e seus sucessores se baseiam no poder de Deus, que manifesta a força do Evangelho através da fraqueza do presépio. Todos os que se consagram ao ministério da palavra divina devem adotar os meios e as maneiras de agir próprias do Evangelho, que diferem profundamente dos caminhos trilhados pelo poder civil.

Na atual condição humana, as realidades terrestres estão intimamente conexas com as que superam este mundo. A própria Igreja precisa das coisas temporais para cumprir sua missão. Mas não deposita sua esperança nos eventuais privilégios que obtenha dos governos. Pelo contrário, está disposta a renunciar mesmo ao exercício de direitos adquiridos quando o exigirem o testemunho da sinceridade de sua missão ou se modificarem as condições de vida.

Sempre porém, e em toda parte, que lhe seja possível pregar livremente a fé e manifestar a sua doutrina social, não deixará de cumprir sua função entre os seres humanos. Dará a conhecer seu ponto de vista ético, mesmo a respeito das realidades políticas, desde que o exijam os direitos fundamentais da pessoa ou a salvação das almas. Falará de tudo, mas unicamente na perspectiva do Evangelho e do bem de todos, de acordo com as mais diversas circunstâncias de tempo e lugar.

Aderindo fielmente ao Evangelho e exercendo sua missão no mundo, a Igreja, que deve promover e elevar tudo que há de verdadeiro, bom e belo na humanidade, consolida a paz entre os seres humanos, para a glória de Deus”.

**Nota:130**

**RMI 59:** “Com a mensagem evangélica, a Igreja oferece uma força libertadora e criadora de desenvolvimento, exatamente porque leva à conversão do coração e da mentalidade, faz reconhecer a dignidade de cada pessoa, predispõe à solidariedade, ao compromisso e ao serviço dos irmãos, insere o homem no projeto de Deus, que é a construção do Reino de paz e de justiça, já a partir desta vida. É a perspectiva bíblica dos novos céus e da nova Terra (cf. Is 65,17; 2Pd 3,13; Ap 21,1), a qual inseriu na história, o estímulo e a meta para o avanço da humanidade. O progresso do homem vem de Deus, do modelo Jesus e deve conduzir a Deus. Eis porque, entre anúncio evangélico e promoção do homem, existe uma estreita conexão.

O contributo da Igreja e de sua obra evangelizadora para o desenvolvimento dos povos não se restringe apenas ao hemisfério Sul, visando combater, aí, a miséria material e o subdesenvolvimento, mas envolve também o Norte, que está exposto à miséria moral e espiritual, causada pelo superdesenvolvimento. Uma certa concepção a-religiosa da vida moderna, dominante em algumas partes do mundo, está baseada na idéia de que, para tornar o homem mais homem, basta enriquecer e elevar o crescimento técnico e econômico. Todavia, um desenvolvimento sem alma não pode bastar ao homem, e o excesso de opulência é tão nocivo quanto o excesso de pobreza. O hemisfério Norte construiu um modelo de desenvolvimento e quer difundir-lo para o Sul, onde o sentido de religiosidade e os valores humanos, que ali existem, correm o risco de serem submersos pela vaga do consumismo.

Contra a fome: muda de vida é um lema, nascido em ambientes eclesiais, que indica, aos povos ricos, o caminho para se tornarem irmãos dos pobres: é preciso voltar a uma vida mais austera que favoreça um novo modelo de progresso, atento aos valores éticos e religiosos. A atividade missionária leva aos pobres a luz e o estímulo para o verdadeiro progresso, enquanto a nova evangelização, entre outras tarefas, deve criar, nos ricos, a consciência de que chegou o momento de se tornarem realmente irmãos dos pobres, na conversão comum ao progresso integral, aberto ao Absoluto”.

**Nota:131**

**Mc 10,45:** “Porque o Filho do Homem não veio para ser servido. Ele veio para servir e para dar a sua vida como resgate em favor de muitos”.

**Nota:132**

**CA 5 e 26:** “5. As coisas novas a que o Papa se referia, estavam longe de ser positivas. O primeiro parágrafo da Encíclica descreve as coisas novas, que lhe deram o nome, com traços fortes: Dado que uma ânsia ardente de coisas novas já há tempos agitava os Estados, seguir-se-lhe-ia como conseqüência que os desejos de mudança acabariam por se transferir do campo político para o setor conexo da economia. De fato, os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos abertos ao emprego, as diversas relações entre patrões e operários; o acumular da riqueza nas mãos de poucos, ao lado da miséria de muitos; a maior consciência que os trabalhadores adquiriram de si mesmos e, por conseguinte, uma maior união entre eles, e além disso a decadência dos costumes, todas estas coisas fizeram deflagrar um conflito.

O Papa, e com ele a Igreja, bem como a comunidade civil, encontram-se frente a uma sociedade dividida por um conflito, tanto mais duro e desumano por não conhecer regra nem diretriz. Foi precisamente sobre o conflito entre o capital e o trabalho, ou como o chamava a Encíclica a questão operária, nos termos gravíssimos que então se revelava, que o Papa não hesitou em dizer a sua palavra.

Aparece aqui a primeira reflexão, que a Encíclica sugere para o tempo presente. Em face de um conflito que opunha, quase como “lobos”, o homem ao próprio homem, exatamente no plano da sobrevivência vital de uns e da opulência dos outros, o Papa não duvidou ser seu dever intervir, em virtude do seu ministério apostólico ou seja, da missão recebida do próprio Jesus Cristo de apascentar os cordeiros e as ovelhas (cf. Jo 21,15-17) e de ligar e desligar na terra para o Reino dos Céus (cf. Mt 16,19). A sua intenção era com certeza restabelecer a paz, e o leitor contemporâneo não pode deixar de notar a severa condenação da luta de classes, que ele proferia sem meios termos. Porém, estava bem consciente do fato de que a paz se edifica sobre o fundamento da justiça: o conteúdo essencial da Encíclica foi precisamente a proclamação das condições fundamentais da justiça na conjuntura econômica e social de então.

Deste modo Leão XIII, no rasto dos predecessores, estabelecia um paradigma permanente para a Igreja. Esta, com efeito, tem a sua palavra a dizer perante determinadas situações humanas, individuais e comunitárias, nacionais e internacionais, para as quais formula uma verdadeira doutrina, um corpus, que lhe permite analisar as realidades sociais, pronunciar-se sobre elas e indicar diretrizes para a justa solução dos problemas que daí derivam.

No tempo de Leão XIII, semelhante concepção do direito-dever da Igreja estava muito longe de ser comumente aceite. Prevalcia, de fato, uma dupla tendência: uma orientada para este mundo e esta vida, à qual a fé devia permanecer estranha; e outra dedicada a uma salvação puramente ultraterrena, que todavia não iluminava nem orientava a presença sobre a terra. A própria atitude do Papa de publicar a *Rerum novarum* conferiu à Igreja quase um “estatuto de cidadania” no meio das variáveis realidades da vida pública, e isto confirmar-se-ia ainda mais em seguida. Efetivamente, para a Igreja, ensinar e difundir a doutrina social pertence à sua missão evangelizadora e faz parte essencial da mensagem cristã, porque essa doutrina propõe as suas conseqüências diretas na vida da sociedade e enquadra o trabalho diário e as lutas pela justiça no testemunho de Cristo

Salvador. Ela constitui, além disso, uma fonte de unidade e de paz, em face dos conflitos que inevitavelmente se levantam no setor econômico-social. Torna-se possível desse modo viver as novas situações sem envilecer a dignidade transcendente da pessoa humana, nem em si próprio nem nos adversários, e encaminhá-las para uma reta solução.

Ora, a validade de tal orientação oferece-me, à distância de cem anos, a oportunidade de dar um contributo para a elaboração da doutrina social cristã. A nova evangelização, da qual o mundo moderno tem urgente necessidade, e sobre a qual várias vezes insisti, deve incluir entre as suas componentes essenciais o anúncio da doutrina social da Igreja, tão idônea hoje como no tempo de Leão XIII para indicar o reto caminho de resposta aos grandes desafios da idade contemporânea, enquanto cresce o descrédito das ideologias. Como então, é preciso repetir que não existe verdadeira solução para a questão social fora do Evangelho e que, por outro lado, as coisas novas podem encontrar neste o seu espaço de verdade e a devida avaliação moral.

**26.** Os acontecimentos de 89 desenrolam-se prevalentemente nos Países da Europa oriental e central; têm todavia uma importância universal, já que deles provêm conseqüências positivas e negativas que interessam a toda a família humana. Tais conseqüências não se revestem de um caráter mecânico-fatalista, trata-se antes de ocasiões oferecidas à liberdade humana para colaborar com o desígnio misericordioso de Deus que atua na história.

A primeira conseqüência, em alguns Países, foi o encontro entre a Igreja e o Movimento operário, nascido de uma reação de ordem ética e explicitamente cristã, contra uma geral situação de injustiça. O referido Movimento, durante um século aproximadamente, esteve em parte sob a hegemonia do marxismo, na convicção de que, para lutar eficazmente contra a opressão, os proletários deveriam apropriar-se das teorias materialistas e economicistas.

Na crise do marxismo, ressurgem as formas espontâneas da consciência operária, que exprimem um pedido de justiça e reconhecimento da dignidade do trabalho, segundo a doutrina social da Igreja. O Movimento operário insere-se numa movimentação mais geral dos homens do trabalho e dos homens de boa vontade a favor da libertação da pessoa humana e da afirmação dos seus direitos; aquele cresce hoje em muitos Países, e, longe de se contrapor à Igreja Católica, olha-a com esperança.

A crise do marxismo não elimina as situações de injustiça e de opressão no mundo, das quais o próprio marxismo, instrumentalizando-as, tirava alimento. Àqueles que hoje estão à procura de uma nova e autêntica teoria e práxis de libertação, a Igreja oferece não só a sua doutrina social e, de um modo geral, o seu ensinamento acerca da pessoa redimida em Cristo, mas também o seu empenho concreto no combate da marginalização e do sofrimento.

Em passado recente, o desejo sincero de se colocar da parte dos oprimidos e de não ser lançado fora do curso da história induziu muitos crentes a procurar de diversos modos um compromisso impossível entre marxismo e cristianismo. O tempo presente, enquanto supera tudo o que havia de caduco nessas tentativas, convida a reafirmar a positividade de uma autêntica teologia da libertação humana integral. Considerados sob este ponto de vista, os acontecimentos de 1989 revelam-se importantes também para os Países do Terceiro Mundo, que estão à procura do caminho do seu desenvolvimento, num processo idêntico àqueles da Europa central e oriental".

#### **Nota:133**

**CA 44:** "Leão XIII não ignorava que uma sã teoria do Estado é necessária para assegurar o desenvolvimento normal das atividades humanas: tanto as espirituais, como as materiais, sendo ambas indispensáveis. Por isso, numa passagem da *Rerum novarum*, ele apresenta a organização da sociedade segundo três poderes legislativo, executivo e judicial o que constituía, naquele tempo, uma novidade no ensinamento da Igreja. Tal ordenamento reflete uma visão realista da natureza social do homem a qual exige uma legislação adequada para proteger a liberdade de todos. Para tal fim é preferível que cada poder seja equilibrado por outros poderes e outras esferas de competência que o mantenham no seu justo limite. Este é o princípio do Estado de direito, no qual é soberana a lei, e não a vontade arbitrária dos homens.

A esta concepção se opôs, nos tempos modernos, o totalitarismo, o qual, na forma marxista-leninista, defende que alguns homens, em virtude de um conhecimento mais profundo das leis do desenvolvimento da sociedade, ou de uma particular consciência de classe ou por um contato com as fontes mais profundas da consciência coletiva, estão isentos de erro e podem, por conseguinte, arrogar-se o exercício de um poder absoluto. Acrescente-se que o totalitarismo nasce da negação da verdade em sentido objetivo: se não existe uma verdade transcendente, na obediência à qual o homem adquire a sua plena identidade, então não há qualquer princípio seguro que garanta relações justas entre os homens. Com efeito, o seu interesse de classe, de grupo, de Nação, contrapõe-nos inevitavelmente uns aos outros. Se não se reconhece a verdade transcendente, triunfa a força do poder, e cada um tende a aproveitar-se ao máximo dos meios à sua disposição para impor o próprio interesse ou opinião, sem atender aos direitos do outro. Então o homem é respeitado apenas na medida em que for possível instrumentalizá-lo no sentido de uma afirmação egoísta. A raiz do totalitarismo moderno, portanto, deve ser individuada na negação da transcendente dignidade da pessoa humana, imagem visível de Deus invisível e, precisamente por isso, pela sua própria natureza, sujeito de direitos que ninguém pode violar: seja indivíduo, grupo, classe, Nação ou Estado. Nem tão pouco o pode fazer a maioria de um corpo social, lançando-se contra a minoria, marginalizando, oprimindo, explorando ou tentando destruí-la".

#### **Nota:134**

**Exigências éticas da ordem democrática 54-64:** "54. Verificamos que há esforços sérios para viver os valores que realizam o ideal democrático:

**55.** - o espírito de solidariedade de tantas comunidades de base, grupos e associações de bairro, movimentos de trabalhadores; espírito este que se afirma mesmo lá onde se desagrega a cultura tradicional, resistindo ao individualismo da modernidade;

**56.** - o crescente desejo de participação, em todos os níveis, que leva pessoas e grupos a sair da atitude de passividade e resignação, para assumir atitudes críticas, tomar iniciativas e promover a defesa de seus direitos;

**57.** - o reconhecimento do valor único, irrepetível, de cada pessoa humana, a qual reivindica o direito à palavra, à livre expressão, às suas opções;

**58.** - o fortalecimento da organização e o dinamismo de movimentos populares e de associações de classe que, por sua autenticidade, se empenham em compreender, representar e promover as justas aspirações do povo;

- 59.** - a descoberta do verdadeiro sentido da política, como serviço ao bem comum e, para o cristão, forma de exercer sua missão profética e alta expressão do amor ao próximo;
- 60.** - a busca de conhecimentos científicos e técnicos e a vontade de canalizar o progresso econômico, em benefício da sociedade inteira e, em particular, das populações mais carentes;
- 61.** - o sentido da celebração, da festa e da partilha, que contrasta com o espírito de ganância e de lucro desenfreado, colocando acima do poder econômico, a beleza, a criatividade, a gratuidade, o valor da pessoa humana em si mesma;
- 62.** - a busca de fé mais autêntica, pura, aberta à comunhão com Deus, que está com seu povo, e comprometida com a caminhada da liberdade humana;
- 63.** - o progresso na compreensão e colaboração entre os integrantes das diversas igrejas-cristãs, que procuram mais o que une do que o que separa, num autêntico ecumenismo;
- 64.** - o testemunho supremo daqueles que sacrificaram a vida por amor ao próximo e em defesa da justiça”.

**ICM 215:** “No mundo da política, marcado pelo pluralismo ideológico conflitivo, a Igreja, respeitando o legítimo pluralismo das opções partidárias e distinguindo o papel dos leigos e da hierarquia, procura ser um sinal daquela unidade e comunhão, que é vontade de Cristo e anseio último da humanidade. “Os leigos, de um lado, não podem deixar de procurar, no campo sóciopolítico, uma “práxis” em indefectível coerência com o ensinamento constante do Magistério”. De outro lado, os Pastores não elaborem Doutrina Social da Igreja sem a participação dos leigos cristãos, sobretudo, de pessoas competentes, pois, essa ampla e complexa tarefa ‘requer a contribuição de todos os carismas experiências e competências”.

**Nota:135**

**RMI 60:** “A Igreja, em todo o mundo, afirmei durante minha visita ao Brasil quer ser a Igreja dos pobres. Ela deseja extrair toda a verdade contida nas bem-aventuranças, e em particular, na primeira: Bem-aventurados os pobres em espírito.... Ela quer ensinar e pôr em prática esta verdade, como Jesus, que veio fazer e ensinar. As jovens Igrejas, que, em sua maioria, vivem no meio de povos que sofrem de uma enorme pobreza, referem, muitas vezes esta preocupação como parte integrante da sua missão. A Conferência dos Bispos latino-americanos, em Puebla, depois de ter recordado o exemplo de Jesus, escreve que os pobres merecem uma atenção preferencial, seja qual for a situação moral ou pessoal em que se encontrem. Criados à imagem e semelhança de Deus, para serem seus filhos, essa imagem está ofuscada e até ultrajada. Por isso, Deus toma sua defesa e os ama. Daí resulta que os primeiros destinatários da missão são os pobres, sendo sua evangelização, sinal e prova, por excelência, da missão de Jesus.

Fiel ao espírito das bem-aventuranças, a Igreja é chamada à partilha com os pobres e oprimidos de qualquer gênero. Assim, exorto os discípulos de Cristo e as comunidades cristãs, desde as famílias às dioceses, das paróquias aos institutos religiosos, a fazerem uma sincera revisão da própria vida, na perspectiva da solidariedade com os pobres. Ao mesmo tempo, agradeço aos missionários que, com sua presença amorosa e seu serviço humilde, trabalham para o desenvolvimento integral da pessoa e da sociedade, levantando escolas, centros sanitários, leprosários, casas de assistência para deficientes físicos e anciãos, iniciativas para a promoção da mulher. Agradeço, em particular, às religiosas, aos irmãos e aos leigos missionários, por sua dedicação, enquanto encorajo os voluntários de organizações não-governamentais, hoje cada vez mais numerosos, que se dedicam a estas obras de caridade e de promoção humana.

De fato, são essas obras de caridade que dão testemunho da alma de toda a atividade missionária: o amor, que é e permanece o verdadeiro motor da missão, constituindo também o único critério pelo qual tudo deve ser feito ou deixado de fazer, mudado ou mantido. É o princípio que deve dirigir cada ação, e o fim para o qual deve tender. Agindo na perspectiva da caridade ou inspirados pela caridade, nada é impróprio, e tudo é bom”.

**Nota:136**

**EN 75:** “Nunca será possível haver evangelização sem a ação do Espírito Santo. Sobre Jesus de Nazaré, esse Espírito desceu no momento do batismo, ao mesmo tempo, que a voz do Pai - “Este é o meu Filho no qual ponho as minhas complacências” - manifestava de maneira sensível a eleição e a missão do mesmo Jesus. Depois, foi “conduzido pelo Espírito” que ele viveu no deserto o combate decisivo e superou a última prova antes de começar essa sua missão. Foi “com a potência do Espírito”, ainda, que Jesus voltou para a Galiléia e inaugurou a sua pregação, aplicando a si próprio a passagem de Isaías, “o Espírito do Senhor está sobre mim”. “Cumpru-se hoje - acrescentou ele - esta passagem da Escritura”. E aos discípulos que estava prestes a enviar, disse soprando ao mesmo tempo sobre eles: “Recebei o Espírito Santo”.

Realmente, não foi senão depois da vinda do Espírito Santo, no dia do Pentecostes, que os apóstolos partiram para todas as partes do mundo a fim de começarem a grande obra da evangelização da Igreja; e Pedro explica o acontecimento como sendo a realização da profecia de Joel: “Eu fundirei o meu Espírito”. E o mesmo Pedro é cheio do Espírito Santo para falar ao povo acerca de Jesus Filho de Deus. Mais tarde, Paulo, também ele é cheio do Espírito Santo antes de se entregar ao seu ministério apostólico, e do mesmo modo Estevão, quando foi escolhido para a diaconia e algum tempo depois para o testemunho do martírio. O Espírito que impele Pedro, Paulo, ou os doze a falarem inspira-lhes as palavras que eles devem proferir e desce também “sobre todos os que ouviam a sua palavra”.

Repleta do “conforto do Espírito Santo”, a Igreja “ia crescendo”. Ele é a alma desta mesma Igreja. É ele que faz com que os fiéis possam entender os ensinamentos de Jesus e o seu mistério. Ele é aquele que, hoje ainda, como nos inícios da Igreja, age em cada um dos evangelizadores que se deixa possuir e conduzir por ele, e põe na sua boca as palavras que ele sozinho não poderia encontrar, ao mesmo tempo, que predispõe a alma daqueles que escutam a fim de a tornar aberta e acolhedora para a Boa Nova e para o reino anunciado.

As técnicas da evangelização são boas, obviamente; mas, ainda as mais aperfeiçoadas não poderiam substituir a ação discreta do Espírito Santo. A preparação mais apurada do evangelizador nada faz sem ele. De igual modo, a dialética mais convincente, sem ele, permanece impotente em relação ao espírito dos homens. E, ainda, os mais bem elaborados esquemas com base sociológica e psicológica, sem ele, em breve se demonstram desprovidos de valor.

Nós vivemos na Igreja um momento privilegiado do Espírito. Procura-se por toda parte conhecê-lo melhor, tal como a Escritura o revela. De bom grado as pessoas se colocam sob a sua moção. Fazem-se assembléias em torno dele. Aspira-se, enfim, a deixar-se conduzir por ele. É um fato que o Espírito de Deus tem um lugar eminente em toda a vida da Igreja; mas, é na missão evangelizadora da mesma Igreja que ele mais age. Não

foi por puro acaso que a grande renovada para a evangelização sucedeu na manhã do Pentecostes, sob a inspiração do Espírito.

Pode-se dizer que o Espírito Santo é o agente principal da evangelização: é ele, efetivamente que impele para anunciar o Evangelho, como é ele que nos mais íntimo das consciências leva a aceitar a Palavra da salvação. Mas pode-se dizer igualmente que ele é o termo da evangelização: de fato, somente ele suscita a nova criação, a humanidade nova que a evangelização há de ter como objetivo, com a unidade na variedade que a mesma evangelização intenta promover na comunidade cristã. Através dele, do Espírito Santo, o Evangelho penetra no coração do mundo, porque é ele que faz discernir os sinais dos tempos - os sinais de Deus - que a evangelização descobre e valoriza no interior da história.

O Sínodo dos Bispos de 1974, que insistiu muito sobre a importância do Espírito Santo na evangelização, exprimiu também o voto de que Pastores e teólogos - e nós acrescentaremos ainda os fiéis marcados com o selo do Espírito pelo batismo - estudem melhor a natureza e os modos da ação do Espírito Santo na evangelização, em nossos dias. Fazemos nosso também este voto, ao mesmo tempo que exortamos os evangelizadores, sejam eles quem forem, a pedir sem cessar ao Espírito Santo fé e fervor, bem como a se deixarem prudentemente guiar por ele, qual inspirador decisivo dos seus planos, das suas iniciativas e da sua atividade evangelizadora”.

**Nota:137**

**RMi 48:** “A conversão e o batismo inserem na Igreja, onde ela já existe, ou então implicam a constituição de novas comunidades, que confessem Jesus Senhor e Salvador. Isto faz parte do desígnio de Deus, a quem aprouve chamar os homens a participar de sua própria vida, não um a um, mas constituídos como povo, no qual seus filhos dispersos fossem reconduzidos à unidade.

A missão ad gentes tem este objetivo: fundar comunidades cristãs, desenvolver Igrejas até sua completa maturação. Esta é uma meta central e qualificativa da atividade missionária, de tal modo que esta não se pode considerar verdadeiramente concluída, enquanto não tiver conseguido edificar uma nova Igreja particular, atuando normalmente no ambiente local. Disto fala amplamente o Decreto Ad Gentes, e, já depois do Concílio, se consolidou a linha teológica que defende que todo o mistério da Igreja está contido em cada uma das Igrejas particulares, desde que esta não se isole, mas permaneça em comunhão com a Igreja universal e, por sua vez, se faça também missionária. Trata-se de um grande e longo trabalho, onde é difícil indicar as etapas em que cessa a ação propriamente missionária para se passar à atividade pastoral. Mas alguns pontos devem ficar claros”.

**Nota:138**

**Ef 4,11-13:** “Foi ele quem estabeleceu alguns como apóstolos, outros como profetas, outros como evangelistas e outros como pastores e mestres. Assim, ele preparou os cristãos para o trabalho do ministério que constrói o Corpo de Cristo. A meta é que todos juntos nos encontremos unidos na mesma fé e no conhecimento do Filho de Deus, para chegarmos a ser o homem perfeito que, na maturidade do seu desenvolvimento, é a plenitude de Cristo”.

**Nota:139**

**EN 60:** “O fato de a Igreja ser enviada e mandada para a evangelização do mundo, é uma observação que deveria despertar em nós uma dupla convicção.

A primeira é a seguinte: evangelizar não é para quem quer que seja um ato individual e isolado, mas profundamente eclesial. Assim, quando o mais obscuro dos pregadores, dos catequistas ou dos pastores, no rincão mais remoto, prega o Evangelho, reúne a sua pequena comunidade, ou administra um sacramento, mesmo sozinho, ele realiza um ato de Igreja e o seu gesto está certamente conexo, por relações institucionais, como também por vínculos invisíveis e por raízes recônditas da ordem da graça, à atividade evangelizadora de toda a Igreja. Isto pressupõe, porém, que ele age, não por uma missão pessoal que se atribuisse a si próprio, ou por uma inspiração pessoal, mas em união com a missão da Igreja e em nome da mesma.

Daí a segunda convicção: se cada um evangeliza em nome da Igreja, o que ela mesma faz em virtude de um mandato do Senhor, nenhum evangelizador é o senhor absoluto da sua ação evangelizadora, dotado de um poder discricionário para realizar segundo critérios e perspectivas individualistas tal obra, mas em comunhão com a Igreja e com os seus Pastores.

A Igreja é ela toda inteiramente evangelizadora, como frisamos acima. Ora isso quer dizer que, para o conjunto do mundo e para cada parcela do mundo onde ela se encontra, a Igreja se sente responsável pela missão de difundir o Evangelho”.

**Nota:140**

**CfL 23:** “A missão salvífica da Igreja no mundo realiza-se não só pelos ministros, que o são em virtude do sacramento da Ordem, mas também por todos os fiéis leigos: estes, com efeito, por força da sua condição batismal e da sua vocação específica, na medida própria de cada um, participam do múnus sacerdotal, profético e real de Cristo.

Por isso, os pastores devem reconhecer e promover os ofícios e as funções dos fiéis leigos, que têm o seu fundamento sacramental no Batismo e na Confirmação, bem como, para muitos deles, no Matrimônio.

E, quando a necessidade ou a utilidade da Igreja o pedir, os pastores podem, segundo as normas estabelecidas pelo direito universal, confiar aos fiéis leigos certos ofícios e certas funções que, embora ligadas ao seu próprio ministério de pastores, não exigem, contudo, o caráter da Ordem. O Código de Direito Canônico escreve: Onde as necessidades da Igreja o aconselharem, por falta de ministros, os leigos, mesmo que não sejam leitores ou acólitos, podem suprir alguns ofícios, como os de exercer o ministério da palavra, presidir às orações litúrgicas, conferir o Batismo e distribuir a Sagrada Comunhão, segundo as prescrições do direito. Todavia, o exercício de semelhante tarefa não transforma o fiel leigo em pastor: na realidade, o que constitui o ministério não é a tarefa, mas a ordenação sacramental. Só o sacramento da Ordem confere ao ministro ordenado uma peculiar participação no ofício de Cristo, Chefe e Pastor, e no seu sacerdócio eterno. A tarefa que se exerce como suplente recebe a sua legitimidade, formal e imediatamente, da delegação oficial que lhe dão os pastores e, no seu exercício concreto, submete-se à direção da autoridade eclesial.

A recente assembléia sinodal perspectivou um vasto e significativo panorama da situação eclesial acerca dos ministérios, ofícios e funções dos batizados. Os padres manifestaram vivo apreço pelo notável contributo apostólico dos fiéis leigos, homens e mulheres, pelos seus carismas e por toda a sua ação em favor da

evangelização, da santificação e da animação cristã das realidades temporais. Ao mesmo tempo, foi muito apreciado o seu serviço ordinário nas comunidade eclesiais e a sua generosa disponibilidade para a suplência em situações de emergência e de necessidades crônicas.

Na seqüência da renovação litúrgica promovida pelo Concílio, os próprios fiéis leigos, tomando mais viva consciência das tarefas que lhes pertencem na assembléia litúrgica e na sua preparação, tornaram-se largamente disponíveis no seu desempenho: a celebração litúrgica, com efeito, é uma ação sagrada, não só do clero, mas de toda a assembléia. É, portanto, natural que as tarefas que não são exclusivas dos ministros ordenados sejam desempenhadas pelos fiéis leigos. Torna-se assim espontânea a passagem de um efetivo envolvimento dos fiéis leigos na ação litúrgica para o anúncio da Palavra de Deus e para a cura pastoral.

Na mesma assembléia sinodal, porém, não faltaram, ao lado dos positivos, pareceres críticos sobre o uso indiscriminado do termo ministério, a confusão e o nivelamento entre sacerdócio comum e sacerdócio ministerial, a pouca observância de leis e normas eclesiásticas, a interpretação arbitrária do conceito de suplência, uma certa tolerância por parte da própria autoridade legítima, a clericalização dos fiéis leigos e o risco de se criar de fato uma estrutura eclesial de serviço, paralela à fundada no sacramento da Ordem.

Precisamente para obviar tais perigos, os padres sinodais insistiram na necessidade de serem expressas com clareza, até na própria terminologia, quer a unidade de missão da Igreja, de que participam todos os batizados, quer a diversidade substancial do ministério dos pastores, radicado no sacramento da Ordem, em relação com ou outros ofícios e as outras funções eclesiais, radicados nos sacramentos do Batismo e da Confirmação.

É, pois, necessário, em primeiro lugar, que os pastores, ao reconhecer e ao conferir aos fiéis leigos os vários ministérios, ofícios e funções, tenham o máximo cuidado em instruí-los sobre a raiz batismal destas tarefas. Igualmente, os pastores deverão zelar para que se evite um recurso fácil e abusivo a presumíveis situações de emergência ou de necessária suplência, onde objetivamente não existam ou onde é possível remediar com uma programação pastoral mais racional.

Os vários ofícios e funções que os fiéis leigos podem legitimamente desempenhar na liturgia, na transmissão da fé e nas estruturas pastorais da Igreja deverão ser exercidos em conformidade com a sua específica vocação laical, diferente da dos ministros sagrados. Nesse sentido, a Exortação Evangelii nuntiandi, que teve tanto e tão benéfico mérito em estimular a diversificada colaboração dos fiéis leigos na vida e na missão evangelizadora da Igreja, lembra que o campo próprio da sua atividade evangelizadora é o mesmo mundo vasto e complicado da política, da realidade social e da economia, como também o da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos mass-media e, ainda, outras realidades abertas para a evangelização, como sejam, o amor, a família, a educação das crianças e dos adolescentes, o trabalho profissional e o sofrimento. Quantos mais leigos houver impregnados do Evangelho, responsáveis em relação a tais realidades e comprometidos claramente com as mesmas, competentes para as promover e conscientes de que é necessário fazer desabrochar a sua capacidade cristã, muitas vezes escondida e asfiziada, tanto mais essas realidades, sem nada perderem ou sacrificarem do próprio coeficiente humano, mas patenteando uma dimensão transcendente para o além, não raro desconhecida, se virão a encontrar a serviço da edificação do Reino de Deus e, por conseguinte, da salvação em Jesus Cristo.

Durante os trabalhos do Sínodo, os padres dedicaram bastante atenção ao leitorado e ao acolitado. Enquanto, no passado, eles existiam na Igreja Latina apenas como etapas espirituais do itinerário para os ministérios ordenados, com o Motu Próprio de Paulo VI, Ministeria quaedam (15 de agosto de 1972), eles adquiriram uma própria autonomia e estabilidade, bem como uma sua possível destinação aos próprios fiéis leigos, se bem que exclusivamente para os homens. No mesmo sentido se expressou o novo Código de Direito Canônico. Agora, os padres sinodais manifestaram o desejo de que o Motu Próprio Ministeria quaedam fosse revisto, tendo em conta o uso das Igrejas locais e sobretudo indicando os critérios segundo os quais se devam escolher os destinatários de cada ministério.

Em tal sentido foi constituída expressamente uma comissão, não só para responder a este desejo manifestado pelos padres sinodais, mas também e ainda mais para estudar de modo aprofundado os diversos problemas teológicos, litúrgicos, jurídicos e pastorais levantados pelo atual grande florescimento de ministérios confiados aos fiéis leigos.

Esperando que a Comissão conclua o seu estudo, para que a praxe eclesial dos ministérios confiados aos fiéis leigos resulte ordenada e frutuosa, deverão ser fielmente respeitados por todas as Igrejas particulares os princípios teológicos atrás recordados, em particular a diversidade essencial entre o sacerdócio ministerial e o sacerdócio comum e, conseqüentemente, a diversidade entre os ministérios derivados do sacramento da Ordem e os ministérios derivados dos sacramentos do Batismo e da Confirmação".

**Nota: 141**

**EN 70:** "Os leigos, a quem a sua vocação específica coloca no meio do mundo e à frente das mais variadas tarefas na ordem temporal, devem também eles, através disso mesmo, atuar uma singular forma de evangelização.

A sua primeira e imediata tarefa não é a instituição e o desenvolvimento da comunidade eclesial - esse é o papel específico dos Pastores - mas sim, pôr em prática todas as possibilidades cristãs e evangélicas escondidas, mas já presentes e operantes, nas coisas do mundo. O campo próprio da sua atividade evangelizadora é o mesmo mundo vasto e complicado da política, da realidade social e da economia, como também o da cultura, das ciências e das artes, da vida internacional, dos meios de comunicação e, ainda, outras realidades abertas para a evangelização, como seja, o amor, a família, a educação das crianças e dos adolescentes, o trabalho profissional e o sofrimento. Quanto mais leigos houver impregnados do Evangelho, responsáveis em relação a tais realidades e comprometidos claramente nas mesmas, competentes para as promover e conscientes de que é necessário fazer desabrochar a sua capacidade cristã muitas vezes escondida e asfiziada, tanto mais essas realidades, sem nada perder ou sacrificar do próprio coeficiente humano, mas patenteando uma dimensão transcendente para o além, não raro desconhecida, se virão a encontrar a serviço da edificação do reino de Deus e, por conseguinte, da salvação em Jesus Cristo".

**Nota: 142**

**Mensagem ao Episcopado Brasileiro, 1986, n. 3:** "...Bem conscientes de que não podem abdicar de sua específica missão episcopal para assumir tarefas temporais, os Senhores lamentam, por outro lado, a inquietante escassez dos leigos devidamente preparados para assumir esses últimos desafios. Mas sei que poso

manter vivo o apelo que tive ocasião de reiterar na correr da *Visita ad limina*, para que uma prioridade importante e inadiável na ação dos Senhores seja a de formar leigos, quer entre os construtores da sociedade pluralista (cf. Documento de Puebla, IV parte, capítulo III), quer entre as massas populares, quer nos ambientes operários e rurais, quer entre os jovens, sempre em vista da sua presença atuante nas tarefas temporais. Formar leigos significa favorecer-lhes a aquisição de verdadeira competência e habilitação no campo em que devem atuar; mas significa, sobretudo, educá-los na fé e no conhecimento da doutrina da Igreja naquele mesmo campo”.

**Nota:143**

**PO 22:** “Tendo diante dos olhos as alegrias da vida sacerdotal, o Concílio não esquece as dificuldades que os padres enfrentam nas atuais circunstâncias. As condições econômicas e sociais sofrem profundas transformações. Evoluem igualmente os costumes. Os valores e a mentalidade dos seres humanos passam por mudanças radicais. Os ministros da Igreja e até mesmo os fiéis se sentem como que estranhos no mundo, ansiosos por estabelecer pontos de contato e até por descobrir a linguagem adequada para se comunicar. As dificuldades encontradas pela fé deixam amarga sensação de esterilidade do trabalho, provocam o sentimento de solidão e levam à depressão.

Mas esse mundo que se apresenta hoje ao amor e ao empenho dos pastores da Igreja, o mundo que Deus ama, a ponto de ter dado seu próprio Filho, por ele. Mundo envolvido no pecado, mas, ao mesmo tempo, dotado de indubitáveis riquezas, que são, para a Igreja, como pedras vivas a serem aproveitadas na construção da morada de Deus, no Espírito. Este mesmo Espírito, levando a Igreja a estar presente no mundo de hoje, abre novos caminhos, sugere e estimula transformações e adaptações no ministério sacerdotal.

Lembrem-se os padres de que nunca estão sozinhos no trabalho. Apóia-os a força de Deus. Confiantes em Cristo, que os chamou à participação em seu sacerdócio, consagrem-se ao ministério na fé, sabendo que Deus sempre lhes há de fazer crescer o amor.

Lembrem-se também de que estão associados aos demais irmãos no sacerdócio e aos fiéis, em geral. Todos os padres cooperam na realização do desígnio salvador de Deus, o mistério de Cristo, sacramento escondido em Deus desde todos os séculos, que vai sendo aos poucos realizado pela cooperação de todos os ministérios na edificação do corpo de Cristo, até que se cumpra a medida dos tempos.

Tudo isto está escondido, com Cristo, em Deus e só se percebe na fé. Os dirigentes do povo de Deus precisam caminhar na fé, seguindo o exemplo de Abraão, que, na fé, *obedeceu a respeito do lugar que receberia em herança e partiu, sem saber para onde* (Hb 11, 8). O dispensador dos mistérios de Deus é comparável ao homem que semeou o campo e, como diz o Senhor, *dormia e levantava, noite e dia, enquanto a semente germinava e crescia, sem que ele o soubesse* (Mc 4, 27).

Ao dizer: *Tenham confiança, eu venci o mundo* (Jo 16, 36), Jesus não prometeu à Igreja uma vitória completa nesta terra. O Concílio se alegra porque, semeada com a semente do Evangelho, a terra frutifica hoje em inúmeros lugares, sob a conduta do Espírito do Senhor, que enche o universo e suscita no coração de muitos padres e de muitos fiéis um verdadeiro espírito missionário. Por tudo isso o Concílio agradece a todos os padres do mundo, e *àquele que pode realizar muito mais do que pedimos ou imaginamos, por meio de seu poder, que age em nós, seja dada a glória na Igreja e em Cristo Jesus* (Ef. 3, 20s)“.

**Nota:144**

cf. **Ratio Fundamentalis, 4.**

**Nota:145**

**PO 6:** “Como participantes da função de Cristo, cabeça e pastor, os padres, em nome do bispo, reúnem a família de Deus numa única fraternidade em torno de Deus Pai, no Espírito. Para o cumprimento desta missão e exercício de todas as outras funções, o padre recebe um poder espiritual de edificação da Igreja, que o dispõe a tratar a todos com a maior humanidade, a exemplo do Senhor. Não no sentido de querer sempre agradar a todos, mas levando a admoestá-los como a filhos caríssimos de acordo com as exigências da doutrina e da vida cristã, segundo o que diz o apóstolo: *Insiste, oportuna e importunamente, argumenta e corrige, com toda paciência e doutrina.*

Como educadores na fé, os sacerdotes, pessoalmente ou por meio de outros, cuidem de cada fiel em particular, para que sigam sua vocação própria, segundo o Evangelho. Ensine-os a agir segundo o Espírito Santo, na caridade e na liberdade pela qual Cristo nos libertou.

Pouco adiantam as belas cerimônias ou as associações cheias de vida, se não contribuem para o amadurecimento cristão das pessoas. Em vista desse objetivo, será de grande valia para os sacerdotes analisarem os acontecimentos, grandes e pequenos, em que se manifesta a vontade de Deus.

Ensinem os fiéis a não viverem exclusivamente em função de si mesmos. Com as graças que recebeu, cada um deve-se colocar a serviço dos outros e cumprir cristãmente seus deveres na sociedade, de acordo com as exigências da caridade.

Embora estejam a serviço de todos, os sacerdotes devem se dedicar de modo especial aos pobres e aos mais fracos, com que o Senhor se mostra mais intimamente unido e cuja evangelização é sinal da obra messiânica.

Cuidem igualmente dos jovens. Também dos casais e dos pais, promovendo grupos de amizade e de ajuda mútua na vida cristã, que muito contribuem para enfrentar com maior facilidade os duros problemas do dia-a-dia.

Saibam os padres que os religiosos, homens e mulheres, são o que há de mais nobre na casa do Senhor, com direito a toda atenção, em vista de seu proveito espiritual, para o bem de toda a Igreja. Acima de tudo, assistam os doentes e agonizantes, visitando-os e confortando-os.

A função pastoral não se limita aos fiéis na sua individualidade, mas visa à formação da comunidade propriamente dita. O espírito comunitário deve ser alimentado tanto na Igreja local como em relação à Igreja universal. A comunidade local não guarde para si os seus fiéis, mas estimule seu espírito missionário, para que se empenhem em abrir para todos os homens o caminho de Cristo.

Recomenda-se especial cuidado com os catecúmenos e neófitos que devem ser progressivamente levados a conhecer melhor e a praticar a vida cristã.

A comunidade cristã se edifica a partir da eucaristia, em que fixa suas raízes e apóia sua estrutura. É a base de todo trabalho pedagógico. A celebração eucarística quando autêntica e plena, leva à prática de todas as obras de caridade, à ação missionária, ao auxílio às missões e a todas as múltiplas formas de testemunho cristão.

Sejam verdadeiras mães da comunidade eclesial pela caridade, oração, exemplo e obras de penitência, levando as almas a Cristo. É a forma mais eficaz de preparar o caminho de Cristo e da Igreja, mostrando-o aos que ainda não crêem, de estimular os fiéis e de prepará-los para os combates espirituais.

Na edificação da comunidade cristã, os sacerdotes não estejam a serviço de nenhuma ideologia ou partido humanos. Como arautos do Evangelho e pastores da Igreja, trabalhem sempre para o crescimento espiritual do corpo de Cristo”.

**Nota:146**

**EN 46:** “E é por isso que, ao lado da proclamação geral para todos do Evangelho, uma outra forma da sua transmissão, de pessoa a pessoa, continua a ser válida e importante. O mesmo Senhor a pôs em prática muitas vezes - por exemplo as conversas com Nicodemos, com Zaqueu, com a Samaritana, com Simão, o fariseu, e com outros, o atestam - assim como os apóstolos. E observando bem as coisas, haveria uma outra forma melhor de transmitir o Evangelho, para além da que consiste em comunicar a outrem a sua própria experiência de fé? Importaria, pois, que a urgência de anunciar a Boa Nova às multidões de homens, nunca fizesse esquecer esta forma de anúncio, pela qual a consciência pessoal de um homem é atingida, tocada por uma palavra realmente extraordinária que ele recebe de outro. Nós não poderíamos dizer nunca e enaltecer bastante todo o bem que fazem os sacerdotes que, através do sacramento da Penitência ou através do diálogo pastoral, se demonstram dispostos a orientar as pessoas pelas sendas do Evangelho, a ajudá-las a se firmarem nos seus esforços, a auxiliá-las a reerguerem-se se porventura caíram, enfim, a assisti-las continuamente, com discernimento e disponibilidade”.

**Nota:147**

**Carta aos Religiosos e Religiosas da América Latina 1990, 24-29:** “24. A celebração do V Centenário do início da Evangelização da América impele-nos, de modo particular, a uma nova proclamação da mensagem salvífica de Cristo aos homens e às mulheres de nosso mundo e de nosso tempo.

A Igreja como eu indicava na Exortação Apostólica pós-sinodal *Christifideles Laici* deve dar, hoje, um grande passo em frente na sua evangelização, deve entrar numa nova etapa histórica de seu dinamismo missionário. Nesse mesmo documento, olhando de modo especial para a América Latina, eu escrevia: Noutras regiões ou nações, conservam-se bem vivas, ainda, tradições de piedade e de religiosidade popular cristã; mas esse patrimônio moral e espiritual corre, atualmente, o risco de desaparecer sob o impacto de múltiplos processos, entre os quais sobressaem a secularização e a difusão das seitas. Só uma nova evangelização poderá assegurar o crescimento de uma fé límpida e profunda, capaz de converter tais tradições numa força de liberdade autêntica. É urgente, sem dúvida, restaurar, em toda a parte, o tecido cristão da sociedade humana. Mas a condição é a de fazer o tecido cristão das próprias comunidades eclesiais que vivem nesses países e nessas nações.

Os religiosos, que foram os primeiros evangelizadores e contribuíram de modo tão relevante para manter viva a fé no Continente -, não podem faltar a esta convocatória eclesial da nova evangelização. Os diversos carismas da vida consagrada tornam viva a mensagem de Jesus, presente e atual em todos os tempos e lugares, também, mediante as palavras e o testemunho dos fundadores que expressaram, ao longo da história da Igreja, a riqueza sublime do mistério e ministério de Cristo, orando sobre o monte, anunciando às multidões o reino de Deus, curando os doentes e feridos, trazendo os pecadores à conversão, abençoando as criancinhas e fazendo bem a todos, obediente em tudo à vontade do Pai que o enviou.

Por isso, a Igreja espera dos religiosos e das religiosas, cada qual segundo seu carisma, um impulso constante e decidido na obra da nova evangelização, já que estão chamados a difundir pelo mundo inteiro a Boa Nova de Cristo. A urgência da nova evangelização na América Latina que vivifique suas raízes católicas, sua religiosidade popular, suas tradições e culturas, exige que os religiosos, hoje como outrora, - e em estreita comunhão com os seus pastores - continuem a estar na vanguarda mesma da pregação, dando sempre testemunho do Evangelho da salvação.

A respeito disso, queria oferecer-vos mais algumas orientações, que vos podem servir de encorajamento e estímulo na nossa vida consagrada ao serviço do Reino.

**25.** Uma das notas que caracterizam a vida consagrada na América Latina, nos últimos decênios, foi a busca de uma autêntica experiência de Deus, que é como que um novo nome da contemplação, a partir da meditação da Palavra, da oração pessoal e comunitária, da descoberta da presença e da ação divina na vida, compartilhando ao mesmo tempo, esta experiência com todo o povo de Deus. O documento de Puebla fazia eco desta busca, indicando que há certos indícios que exprimem um desejo de interiorização e aprofundamento na vivência da fé, ao comprovar que, sem o contato com o Senhor, não se consegue uma evangelização convincente e perseverante.

Não raro, como dão testemunho muitos de vós, a fé simples e sentida do povo vos evangelizou e vos fez tomar consciência da necessidade da oração e da profunda experiência de Deus. Por isso, a meditação pessoal e comunitária da Palavra de vida será sempre fonte profunda que suscite um impulso evangelizador, à imitação de Jesus, cuja atividade apostólica estava unida àquele diálogo com o Pai, do qual fluíam os seus ensinamentos de vida eterna.

Evangelizar a partir de uma profunda experiência de Deus, buscando, comunitariamente, a luz e o discernimento, para enfrentar os problemas da vida quotidiana, será garantia de uma eficaz e transparente pregação do Evangelho aos homens e às mulheres do nosso tempo; será autêntico anúncio e testemunho da Palavra de vida, acolhida com fé e experimentada na comunhão eclesial (cf. 1Jo 1,1-3).

**26.** Amados religiosos e religiosas, do mesmo modo que fizeram no seu tempo, os vossos fundadores poriam também, nos nossos dias, ao serviço de Cristo suas melhores energias apostólicas, o seu profundo sentido eclesial, a criatividade de suas iniciativas pastorais, seu amor aos pobres, do qual nasceram tantas obras eclesiais.

A mesma generosidade e abnegação, que impeliram os fundadores, devem mover-vos, a vós, seus filhos espirituais, a manter vivos os seus carismas, os quais, com a mesma força do Espírito que os suscitou, continuam a enriquecer-se e a adaptar-se, sem perder seu caráter genuíno, para se porem ao serviço da Igreja e levarem à plenitude a implantação de seu Reino.

A América Latina, durante estes cinco séculos, tem sido, certamente, crisol de muitos carismas de vida consagrada, nascidos noutras lugares, mas encarnados e consolidados nessas terras. Ao mesmo tempo, ela foi,

também, berço de novos Institutos religiosos, que respondem à experiência espiritual de seus filhos e às necessidades apostólicas do Continente.

Toda esta riqueza de energias e carismas, com que Deus abençoou esse Continente, deve orientar-se, convenientemente, para que redunde numa ação pastoral cada vez mais encarnada. A este propósito, a participação espiritual e apostólica de todos os consagrados, mediante os organismos comuns de serviço e de coordenação, é, sem dúvida, muito importante para obter uma maior eficácia na nova evangelização. Daqui sua responsabilidade e seu dever de atuarem sempre em comunhão com a hierarquia, segundo as normas e diretrizes da Santa Sé.

**27.** A nova evangelização exige, também, uma estreita cooperação dos religiosos com os sacerdotes diocesanos, que, com dedicação e generosidade, desempenham seu trabalho pastoral como prósperos colaboradores dos bispos. Deveis cooperar, de igual modo, com os leigos, com suas associações e movimentos, alguns dos quais tem, hoje, uma grande vitalidade.

Com efeito, vós, religiosos, a partir da própria identidade, deveis dar exemplo de uma renovada comunhão espiritual com os demais agentes de pastoral, promovendo uma colaboração apostólica que respeite e consolide as responsabilidades de cada vocação na Igreja. A força da evangelização está arraigada no testemunho de unidade de todos os discípulos de Cristo (cf. Jo 17,21-23). Por isso, sacerdotes, religiosos e leigos devem ajudar-se, reciprocamente, em seu caminho espiritual e pastoral, dando exemplo de autêntica fraternidade cristã.

**28.** O desafio da nova evangelização exige que a mensagem salvífica penetre no coração dos homens e nas estruturas da vida social. Assim eu quis ressaltar na minha alocução à recente Assembléia Plenária da Pontifícia Comissão para a América Latina.

É um fato que as Ordens e Congregações religiosas tem sido, sempre, promotoras da cultura desde o início mesmo da pregação da mensagem de Cristo no Continente; e também o são pela variedade de seus carismas, suas obras apostólicas, sua presença na sociedade latino-americana. Com efeito, os religiosos exercem sua atividade em todos os campos do ensino, desde a escola elementar e a média até a profissional e universitária; também na catequese, desde a das crianças até a dos adultos, tratando-se de formar, apostolicamente, os leigos. Encontram-se no coração das grandes metrópoles, nos bairros de periferia, entre os indígenas, cuja cultura estudam e cujos direitos defendem.

Estou certo de que vós, religiosos e religiosas na América Latina, sabereis estar na vanguarda desta nova responsabilidade evangelizadora, que há de assumir, com a força da mensagem salvífica, toda a riqueza cultural dos povos e etnias do Continente, numa solidária e esperançosa civilização do amor. Contribuí, pois, para forjar uma cultura que esteja sempre aberta aos valores da vida, à originalidade da mensagem evangélica, à solidariedade entre as pessoas; uma cultura da paz e da unidade que Cristo pediu ao Pai para todos os que nele creem.

Para isso, os religiosos, na medida em que forem fiéis ao próprio carisma, hão de encontrar a força da criatividade apostólica, que os guiará na pregação e inculturação do Evangelho. Tenho plena confiança em que, com o vosso contributo generoso, se continuará a levar a cabo a desejada transformação cultural e social desse Continente. Com efeito, a história da primeira evangelização da América Latina é, para todos, um chamado iniludível a perseverar na obra empreendida e, ao mesmo tempo, constitui um motivo de viva esperança cristã.

**29.** Antes de concluir estas reflexões sobre a nova evangelização desse Continente, desejo referir-me a um desafio que já está despertando certa inquietude apostólica em muitos de vós, religiosos e religiosas: a necessidade e a disponibilidade para evangelizar fora das vossas fronteiras.

Desde a chegada mesma do Evangelho, a América Latina tem acolhido com generosa hospitalidade muitos religiosos e religiosas de outras nações, os quais fizeram dessas terras a sua pátria espiritual e adotiva. Muitos deles identificaram-se totalmente com as vossas Igrejas e com os vossos povos, dando prova do alcance universal da vocação religiosa. Alguns deles quero recordá-lo assim como outros religiosos e religiosas nativos, selaram com o próprio sangue sua fidelidade ao Evangelho e sua entrega aos mais pobres, defendendo os direitos deles e acompanhando-os no seu caminho. Por todos eles, dou graças a Deus Pai que suscita continuamente novas vocações ao seguimento de Cristo. Nutro, pois, a firme esperança de que, para levar a cabo as tarefas da nova evangelização, a América Latina saberá acolher, com igual sentido de hospitalidade eclesial, todos aqueles que se sentem chamados a trabalhar nessa porção da vinha do Senhor.

Por outro lado, há uma exigência insubstituível de todos os Institutos promoverem, com maior generosidade do que noutras épocas, uma pastoral vocacional e uma adequada formação dos candidatos à vida consagrada, que façam com que a América Latina possa dispor, em número e em qualidade, daqueles novos evangelizadores de que necessita para o seu futuro.

Além disso, chegou a hora para vós, homens e mulheres consagrados da América Latina, de vos tornardes cada vez mais presentes noutras Igrejas do mundo, com um dinamismo sem fronteiras, e de oferecerdes, de maneira generosa, inclusive a partir da vossa pobreza, ajuda à missão evangelizadora da Igreja noutras nações, que também estão necessitadas de uma primeira ou de uma nova evangelização. Esta reciprocidade, prova do dinamismo cristão e missionário das Igrejas em que trabalhais, será também manifestação da maturidade de um Continente que, evangelizado há cinco séculos, quer, por sua vez, ser, na Igreja universal, um Continente evangelizador”.

#### **Nota: 148**

**CfL 20:** “A comunhão eclesial configura-se, mais precisamente, como uma comunhão orgânica, análoga à de um corpo vivo e operante: ela, de fato, caracteriza-se pela presença simultânea da diversidade e da complementaridade das vocações e condições de vida, dos ministérios, carismas e responsabilidades. Graças a essa diversidade e complementaridade, cada fiel leigo encontra-se em relação com todo o corpo e dá-lhe o seu próprio contributo.

Sobre a comunhão orgânica do Corpo místico de Cristo insiste com muita ênfase o apóstolo Paulo, cuja doutrina tão rica podemos reencontrar na síntese que o Concílio esboçou: Jesus Cristo lemos na Constituição *Lumen Gentium*, comunicando o seu Espírito, fez dos seus irmãos, chamados de entre todos os povos, como que o seu Corpo místico. Nesse corpo a vida de Cristo difunde-se nos crentes... Como todos os membros do corpo humano, apesar de serem muitos, formam no entanto um só corpo, assim também os fiéis em Cristo (cf. 1Cor 12, 12). Também na edificação do Corpo de Cristo existe diversidade de membros e de funções. É um mesmo

Espírito que distribui os seus vários dons segundo a sua riqueza da Igreja (cf. 1Cor 12,1-11). Entre estes dons, sobressai a graça dos apóstolos, a cuja autoridade o mesmo Espírito submete também os carismáticos (cf. 1Cor 14). O mesmo Espírito, unificando o corpo por si e pela sua força e pela conexão interna dos membros, produz e promove a caridade entre os fiéis. Daí que, se algum membro padece, todos os membros sofrem juntamente (cf. 1Cor 12,26).

É sempre o único e idêntico Espírito o princípio dinâmico da variedade e da unicidade na e da Igreja. Lemos de novo na Constituição *Lumen Gentium*: E para que sem cessar nos renovemos nele (Cristo) (cf. Ef 4,23), deus do seu Espírito, o qual, sendo um e o mesmo na cabeça e nos membros, unifica e move o corpo inteiro, a ponto de os Santos Padres compararem a sua ação à que o princípio vital, ou alma, desempenha no corpo humano. E numa outra passagem, particularmente densa e preciosa para podermos compreender a organicidade própria da comunhão eclesial, também no seu aspecto de constante crescimento para a comunhão perfeita, o Concílio escreve: O Espírito habita na Igreja e nos corações dos fiéis, como num templo (cf. 1Cor 3,16; 6,19) e dentro deles ora e dá testemunho da adoção de filhos (cf. Gl 4,6; Rm 8,15-16.26). A Igreja, que ele conduz à verdade total (cf. Jo 16,13) e unifica na comunhão e no ministério, enriquece-a e guia-a com diversos dons hierárquicos e carismáticos e adorna-a com os seus frutos (cf. Ef 4,11-12; 1Cor 12,4; Gl 5,22). Pela força do Evangelho rejuvenesce a Igreja e renova-a continuamente e leva-a à união perfeita com o seu Esposo. Porque o Espírito e a Esposa dizem ao Senhor Jesus: Vem! (cf. Ap 22,17).

A comunhão eclesial é, portanto, um dom, um grande dom do Espírito Santo, que os fiéis leigos são chamados a acolher com gratidão e, ao mesmo tempo, a viver com profundo sentido de responsabilidade. Isso é concretamente realizado através da sua participação na vida e na missão da Igreja, a cujo serviço os fiéis leigos colocam os seus variados e complementares ministérios e carismas.

O fiel leigo não pode nunca fechar-se em si mesmo, isolando-se espiritualmente da comunidade, mas deve viver num contínuo intercâmbio com os outros, com um vivo sentido de fraternidade, na alegria de uma igual dignidade e no empenho em fazer frutificar ao mesmo tempo o imenso tesouro recebido em herança. O Espírito do Senhor dá-lhe, como aos outros, múltiplos carismas, convida-o a diferentes ministérios e funções, recorda-lhe, como também recorda aos outros em relação a ele, que tudo o que o distingue não é um suplemento de dignidade, mas uma especial e complementar habilitação para o serviço... Deste modo os carismas, os ministérios, as funções e os serviços do fiel leigo existem na comunhão e para a comunhão. São riquezas complementares em favor de todos, sob a sábia orientação dos pastores”.

**Nota:149**

**Puebla, 1306 e 1307:** “1306. Para realizar concretamente essas opções pastorais básicas da evangelização, o caminho prático é uma pastoral planejada.

1307. A ação pastoral planejada é a resposta específica, consciente e intencional às exigências da evangelização. Deverá realizar-se num processo de participação em todos os níveis das comunidades e pessoas interessadas, educando-as numa metodologia de análise da realidade, para depois refletir sobre essa realidade do ponto de vista do Evangelho e optar pelos objetivos e meios mais aptos e fazer deles um uso mais racional na ação evangelizadora”.

**Nota:150**

**EN 75:** “Nunca será possível haver evangelização sem a ação do Espírito Santo. Sobre Jesus de Nazaré, esse Espírito desceu no momento do batismo, ao mesmo tempo que a voz do Pai - “Este é o meu Filho no qual ponho as minhas complacências” - manifestava de maneira sensível a eleição e a missão do mesmo Jesus.

Depois, foi “conduzido pelo Espírito” que ele viveu no deserto o combate decisivo e superou a última prova antes de começar essa sua missão. Foi “com a potência do Espírito”, ainda, que Jesus voltou para a Galiléia e inaugurou a sua pregação, aplicando a si próprio a passagem de Isaías, “o Espírito do Senhor está sobre mim”. “Cumpriu-se hoje - acrescentou ele - esta passagem da Escritura”. E aos discípulos que estava prestes a enviar, disse soprando ao mesmo tempo sobre eles: “Recebei o Espírito Santo”.

Realmente, não foi senão depois da vinda do Espírito Santo, no dia do Pentecostes, que os apóstolos partiram para todas as partes do mundo a fim de começarem a grande obra da evangelização da Igreja; e Pedro explica o acontecimento como sendo a realização da profecia de Joel: “Eu efundirei o meu Espírito”. E o mesmo Pedro é cheio do Espírito Santo para falar ao povo acerca de Jesus Filho de Deus. Mais tarde, Paulo, também ele é cheio do Espírito Santo antes de se entregar ao seu ministério apostólico, e do mesmo modo Estevão, quando foi escolhido para a diaconia e algum tempo depois para o testemunho do martírio. O Espírito que impele Pedro, Paulo, ou os doze a falarem inspira-lhes as palavras que eles devem proferir e desce também “sobre todos os que ouviam a sua palavra”.

Repleta do “conforto do Espírito Santo”, a Igreja “ia crescendo”. Ele é a alma desta mesma Igreja. É ele que faz com que os fiéis possam entender os ensinamentos de Jesus e o seu mistério. Ele é aquele que, hoje ainda, como nos inícios da Igreja, age em cada um dos evangelizadores que se deixa possuir e conduzir por ele, e põe na sua boca as palavras que ele sozinho não poderia encontrar, ao mesmo tempo que predispõe a alma daqueles que escutam a fim de a tornar aberta e acolhedora para a Boa Nova e para o reino anunciado.

As técnicas da evangelização são boas, obviamente; mas, ainda as mais aperfeiçoadas não poderiam substituir a ação discreta do Espírito Santo. A preparação mais apurada do evangelizador nada faz sem ele. De igual modo, a dialética mais convincente, sem ele, permanece impotente em relação ao espírito dos homens. E, ainda, os mais bem elaborados esquemas com base sociológica e psicológica, sem ele, em breve se demonstram desprovidos de valor.

Nós vivemos na Igreja um momento privilegiado do Espírito. Procura-se por toda parte conhecê-lo melhor, tal como a Escritura o revela. De bom grado as pessoas se colocam sob a sua moção. Fazem-se assembleias em torno dele. Aspira-se, enfim, a deixar-se conduzir por ele. É um fato que o Espírito de Deus tem um lugar eminente em toda a vida da Igreja; mas, é na missão evangelizadora da mesma Igreja que ele mais age. Não foi por puro acaso que a grande renovada para a evangelização sucedeu na manhã do Pentecostes, sob a inspiração do Espírito.

Pode-se dizer que o Espírito Santo é o agente principal da evangelização: é ele, efetivamente que impele para anunciar o Evangelho, como é ele que nos mais íntimo das consciências leva a aceitar a Palavra da salvação. Mas pode-se dizer igualmente que ele é o termo da evangelização: de fato, somente ele suscita a nova criação, a humanidade nova que a evangelização há de ter como objetivo, com a unidade na variedade que a mesma

evangelização intenta promover na comunidade cristã. Através dele, do Espírito Santo, o Evangelho penetra no coração do mundo, porque é ele que faz discernir os sinais dos tempos - os sinais de Deus - que a evangelização descobre e valoriza no interior da história.

O Sínodo dos Bispos de 1974, que insistiu muito sobre a importância do Espírito Santo na evangelização, exprimiu também o voto de que Pastores e teólogos - e nós acrescentaremos ainda os fiéis marcados com o selo do Espírito pelo batismo - estudem melhor a natureza e os modos da ação do Espírito Santo na evangelização, em nossos dias. Fazemos nosso também este voto, ao mesmo tempo que exortamos os evangelizadores, sejam eles quem forem, a pedir sem cessar ao Espírito Santo fé e fervor, bem como a se deixarem prudentemente guiar por ele, qual inspirador decisivo dos seus planos, das suas iniciativas e da sua atividade evangelizadora”.